

deBates #1

**JUNTAR
FORÇAS**



VI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

7 e 8 Fevereiro 2009 | LISBOA | Complexo Municipal Belavista - Areiro

www.esquerda.net



VI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

7 e 8 Fevereiro 2009 | LISBOA | Complexo Municipal Belavista - Areeiro

www.esquerda.net

INTRODUÇÃO

O processo da VI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda teve início com a sua convocação pela reunião da Mesa Nacional de 4 de Outubro e já está em marcha. A sessão final terá lugar nos próximos dias 7 e 8 de Fevereiro, na nave principal do Complexo Desportivo Municipal da Belavista - Areeiro, em Lisboa, e reunirá cerca de 600 delegadas/os em representação do universo de aderentes de todos os distritos, regiões autónomas e emigração. Até lá, o caminho ainda é longo e exige, desde já, ampla mobilização, informação e participação das diversas organizações bloquistas.

Com a saída deste deBatEs #1, estão criadas todas as condições para que as Moções validadas para debate no processo convencional, promovam sessões de apresentação e de controvérsia por todo o país, que decorrerão até dia 28 de Janeiro. Encerrada esta primeira fase, terão início as assembleias para eleição dos delegadas/os à Convenção que terminarão a 1 de Fevereiro. Os dias seguintes constituirão a recta final dedicada à preparação da deslocação das delegações até ao Pavilhão da Belavista.

Entretanto, muito mais haverá a fazer. Até 15 de Janeiro, as/os novos aderentes que pretendam votar e ser eleitos como delegadas/os têm de dar entrada da sua inscrição nos serviços centrais do Bloco. Entretanto, todos as/os aderentes deverão proceder ao pagamento da sua quota de 2009, como condição indispensável para votar e/ou ser eleito. O prazo para apresentação de propostas de adenda e alteração às Moções termina a 5 de Janeiro, bem como para entrega à Comissão Organizadora da Convenção (COC) das propostas de alteração aos Estatutos.

Com três propostas de Moção de Orientação em debate, o Bloco demonstra a sua vitalidade, assume o seu carácter plural e afirma de modo ímpar a sua democracia interna.

O próximo boletim deBatEs sairá no dia 14 de Janeiro e será enviado apenas para as/os aderentes que tenham as suas quotas em dia. Esse boletim contará com os contributos, opiniões e propostas de todas/os que queiram apresentar e divulgar as suas próprias ideias. É assim que estamos a construir o Bloco, com a tua participação, e será também nesse sentido que todos os números do deBatEs ficarão disponíveis na internet, no sítio do Bloco de Esquerda. Neste mesmo espaço será criada uma página própria para debate, com publicação de textos dos apoiantes de cada moção. Poderemos, como tem sido hábito no Bloco desde a sua fundação, ter uma creche onde os/as delegados/as poderão deixar os/as filhos/as durante o período em que decorrem os trabalhos da Convenção. Mas só se justificará este espaço se a COC receber inscrições de crianças para usufruírem dele até ao dia 2 de Fevereiro.

Resta informar que a COC é composta pelos camaradas Pedro Soares, André Beja, Dina Nunes, Helena Oliveira, Isabel Faria, José Carreira e Vítor Franco, eleitos na Mesa Nacional para esse efeito, e pelos representantes das moções A, B e C, respectivamente os camaradas José Gusmão, Teodósio Alcobia, Gil Garcia. A comunicação com a COC deverá ser feita através do e-mail coc6@bloco.org ou pelo telefone da sede nacional (+351 213510510).

Bons debates!

A Comissão Organizadora da Convenção

REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA VI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da VI Convenção Nacional do BE.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional, a **04 de Outubro de 2008**.

2. A VI Convenção Nacional é convocada para os dias **07 e 08 de Fevereiro de 2009**, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

P.1 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;

P.2 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;

P.3 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

3. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: Pedro Soares, André Beja, Dina Nunes, Helena Oliveira, Isabel Faria, José Carreira e Vítor Franco. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um(a) representante para integrar a COC.

4. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da VI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da

COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a recepção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição dos delegados.

5. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

6. Qualquer grupo de 20 aderentes no pleno uso dos seus direitos pode apresentar à Convenção Nacional uma Moção de Orientação. Estas moções deverão ser entregues à COC no dia **05 de Dezembro de 2008, até às 24 horas**, sendo publicadas no deBatEs n.º 1 **até 15 de Dezembro**. As Moções deverão ser entregues em suporte informático e não ultrapassar os 50 mil caracteres. Os boletins deBatEs ficarão disponíveis no site do Bloco de Esquerda.

7. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários aos aderentes, compete em exclusivo aos promotores das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respectivas propostas, **no período compreendido entre os dias 06 e 28 de Janeiro de 2009**.

a) A COC garantirá a realização e os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, que também poderá ser realizada

em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respectiva deslocação dos/as representantes das Moções para esse efeito.

b) Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas acções e o quadro regulamentar estabelecido.

8. **Até 05 de Janeiro**, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade. Os redactores de cada uma das Moções dispõem de uma semana para decidirem da inclusão, ou não, de tais propostas. Do facto, o boletim deBatEs n.º 2, a publicar **até 14 de Janeiro**, dará informação circunstanciada. Essas propostas não incluídas poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as. Os textos a publicar no deBatEs n.º 2 deverão ser entregues em suporte informático e não poderão ultrapassar os **5 mil caracteres**.

9. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.

10. Só serão admitidas a votação as Moções subscritas por 15 delegados/as. O regimento dos trabalhos, a aprovar no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

11. Qualquer aderente poderá, até **29 de Novembro**, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos.

12. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos actuais Estatutos, discutirá e aprovará

uma proposta de alteração aos Estatutos no dia **06 de Dezembro**.

13. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs n.º1, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de actividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

14. Qualquer aderente poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, **até 05 de Janeiro**, de modo a serem incluídas no deBatEs n.º2. Cada proposta terá de ser enviada em **suporte informático** e não deverá exceder os **2000 caracteres** de fundamentação.

15. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do regimento dos trabalhos, as propostas de revisão de Estatutos subscritas por, pelo menos, 15 delegadas/os.

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

16. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, no mínimo de 15, e estão vinculadas a apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.

17. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, pelo menos uma mulher ou um homem em cada ordenação sequencial de três candidatas/os, de modo a assegurar um resultado final de acordo com critérios mínimos de paridade.

18. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade directa.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

19. As/os delegados são eleitos pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral activa. Ou seja, cujas inscrições constem dos registos centrais até ao dia **15 de Janeiro** de 2009 (e, consequentemente, dos cadernos eleitorais), e que tenham regularizado, até à data da eleição, o pagamento da jóia referente ao ano de 2009.

20. A eleição dos delegados/as far-se-á por listas e por voto secreto, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas coordenadoras distritais/regionais, entre **29 de Janeiro e 01 de Fevereiro** de 2009.

21. As e os delegadas/os são eleitos na **proporção de 1 para 10 aderentes**, tendo por base o apuramento dos inscritos até **15 de Janeiro** de 2009 (conforme cadernos eleitorais), por distrito, no caso do território continental, e por região autónoma, nos casos dos Açores e da Madeira.

22. As listas de candidatos/as a delegadas/os podem, em alternativa:

- a) estar associadas a uma Moção de Orientação;
- b) ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada.

As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade dos candidatos/as elegíveis por cada Assembleia Eleitoral.

23. As assembleias eleitorais são de âmbito distrital (continente) ou regional (regiões autónomas), nos termos deste Regulamento, e podem repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

24. As coordenadoras distritais e regionais podem decidir que o âmbito das assembleias para a eleição de delegados seja o de freguesia ou de agrupamentos de freguesias, de concelho ou agrupamentos de concelhos, desde que **cumulativamente** se observem as seguintes condições:

- a) que o número de inscritos, até **15 de Janeiro** de

2009, no distrito ou região seja superior a 100 aderentes;

b) que seja assegurada a proporção de 1 delegado para 10 aderentes em cada uma das assembleias resultantes;

c) que se garantam todos os direitos estatutários.

25. Às coordenadoras distritais e regionais competirá organizar o processo eleitoral, tendo em conta os seguintes aspectos:

a) As listas de candidato/as deverão ser entregues às coordenadoras até duas semanas antes da assembleia eleitoral, de modo a poderem ser enviadas aos aderentes com a antecedência mínima de 10 dias relativamente ao dia da votação;

b) O voto por correspondência será validado se estiver colocado num envelope sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior com o nome e assinatura do aderente para efeitos da verificação da regularidade do pagamento da sua quota, devendo ser entregue em mão à coordenadora distrital/regional até ao dia anterior ao da votação ou chegar à sede distrital/regional via CTT a tempo de ser incluído no escrutínio a realizar no final da Assembleia Distrital/Regional;

c) As mesas eleitorais são indicadas pelas respectivas Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação direito a indicar um representante para cada mesa eleitoral constituída.

26. A eleição dos delegado/as respeitará a proporção directa dos votos obtidos por cada lista.

27. As mesas eleitorais devem, terminada a votação, elaborar a acta com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, e enviá-las de imediato à COC que verificará a legitimidade do processo de eleição. As comissões distritais/regionais decidirão até 48 horas após as respectivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respectiva Assembleia Eleitoral.

Aprovado na reunião da Mesa Nacional em 04 de Outubro de 2009

RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2007-2008)

NOTA INTRODUTÓRIA

Como sempre tem sido feito pela Mesa Nacional, ao terminar o mandato definido pela Vª Convenção é apresentado um relatório factual acerca dos seus trabalhos e decisões, e acerca da actividade do Bloco.

Este relatório não incide sobre os debates da Convenção, que são tratados pelos projectos de Moção de Orientação apresentados por grupos de aderentes nos termos dos Estatutos.

1. UM MOVIMENTO POLÍTICO NA ACÇÃO

1.1. A LUTA SOCIAL

Ao longo dos dois anos de mandato, a luta social contra as políticas do Governo tem-se intensificado. O Bloco apoiou, participou e ajudou a animar essas lutas.

A V Convenção definiu uma política de oposição ao Governo Sócrates. A MN desenvolveu essa oposição, que assentou no empenhamento nas lutas sociais, na promoção de campanhas concretas e na apresentação de propostas sobre os grandes temas sociais, coordenada com uma actividade parlamentar em que o Governo foi confrontado com as nossas alternativas.

A intervenção dos activistas do Bloco na luta social desenvolveu-se de forma autónoma e sem ingerência partidária. A Mesa Nacional acompanhou e debateu esses processos de contestação, procurando articular a sua agenda, as suas campanhas, a sua actividade parlamentar, de forma a aumentar o impacto dessas lutas em todas as esferas da vida pública.

1.1.1. A LUTA CONTRA O CÓDIGO DO TRABALHO E A PRECARIIDADE

A luta contra o Código do Trabalho e toda a política laboral do Governo Sócrates foi e continua a ser uma realidade incontornável dos últimos anos. Uma greve geral e algumas das maiores manifestações de sempre em Portugal foram o espelho do descontentamento dos trabalhadores com os sucessivos ataques a direitos adquiridos, à contratação colectiva, aos horários, salários e condições de trabalho.

Em Maio de 2007 a greve geral aconteceu contra o código que se desenhava e viria a ser aprovado e, não obstante termos considerado que não era feita no melhor momento participámos activamente na sua concretização. A Manifestação de 18 de Outubro de 2007 contra o tratado reformador e a directiva Bolkestein que contou com a presença de 200 mil pessoas foi também um momento alto da luta. Na Administração Pública sucederam-se muitas manifestações e greves com elevado grau de participação contra a lei dos disponíveis, a avaliação de desempenho, e o contrato de trabalho em funções públicas. Em 16/17 de Abril deste ano, bem como em 22 de Novembro, realizaram-se novas manifestações da CGTP, com enorme participação.

O Bloco empenhou-se nos vários momentos desta contestação através do activismo nas estruturas representativas dos trabalhadores e também trabalhando para uma maior projecção e esclarecimento em torno das suas reivindicações, utilizando para isso todos os seus instrumentos de comunicação, desde a propaganda até ao portal.

Os activistas do Bloco de Esquerda, que participam nas Comissões de Trabalhadores em diversos sectores de actividade, têm desenvolvido uma acção de referência no incentivo à participação dos trabalhadores e à prática da democracia na base (com

exemplos importantes nos bancários e no sector automóvel).

Realçamos o papel dos activistas do Bloco em áreas como os Bancários, no processo referendário em defesa dos SAMS (onde o NÃO à venda ganhou), os Intermittentes dos espectáculos, pelo reconhecimento do seu estatuto profissional, os trabalhadores da ENU, pelo direito às indemnizações, os transportes, em particular no Metro, os trabalhadores da Gestnave e do Arsenal do Alfeite ou os CTT, entre outros.

Uma área em que os trabalhadores se estão a organizar progressivamente e a que o Bloco tem dado uma atenção particular é a do trabalho precário. Num terreno em que a organização e o activismo são particularmente difíceis, têm surgido os primeiros movimentos consistentes, como o FERVE e os Precários Inflexíveis. Em 2007, a primeira manifestação MayDay juntara três centenas de jovens, partilhando diferentes experiências de precariedade. A dinâmica então inaugurada avançou muito neste período. O Mayday 2008 juntou um milhar de participantes e dele resultaram iniciativas como os Prémios da Precariedade. O tema tornou-se central no debate social e político e as experiências destes movimentos ganharam um protagonismo próprio.

1.1.2. A LUTA DOS PROFESSORES

A luta de professores e professoras tem sido o espelho do autoritarismo do Governo PS e é agora um espelho do seu controleirismo e chantagem em nome do slogan que Sócrates quer manter até às eleições de 2009: avaliar e submeter os professores e as professoras, a qualquer preço.

A avaliação de desempenho docente foi, no entanto, a gota de água e não a fonte. O problema é multidimensional: a privatização parcial do currículo no primeiro ciclo, a precariedade extrema dos professores de actividades de enriquecimento curricular, a alteração da rede com punho de ferro, a imposição de directores na escola, a divisão entre professores titulares e os restantes, mostraram desde cedo que o governo do PS impunha a desfiguração da escola pública, processo que já tinha iniciado com o

Estatuto da Carreira Docente.

A manifestação de dia 8 de Novembro, que pôs na rua mais de 120.000 profissionais, e depois a manifestação de 15 de Novembro que mostrou a profundidade do descontentamento, o processo de decisão de base, em que professores e escolas tomaram nas suas mãos a suspensão do modelo de avaliação.

O Bloco esteve envolvido nas mobilizações dos professores e em todo o processo de contestação ao Ministério, assumindo as suas responsabilidades. @s seus militantes envolvid@s no Movimento Escola Pública levantaram, desde a primeira hora, a campanha pela suspensão da avaliação em cada escola, e foram um importante elo de ligação dos movimentos com os sindicatos.

1.1.3. OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os militantes do Bloco envolveram-se igualmente em muitos outros movimentos sociais, para além da sua actividade política nas empresas e locais de trabalho:

- :: Organização de imigrantes, contra o Pacto Sarkozy e as políticas xenófobas na Europa e em Portugal;

- :: Luta dos estudantes do ensino secundário, pela educação sexual e contra o Estatuto do aluno e o Regime de Faltas;

- :: Luta dos estudantes do ensino superior, contra o estrangulamento financeiro e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;

- :: Movimentos feministas, com destaque para o combate à violência de género, a recente realização do Congresso Feminista e a aprovação da paridade na Assembleia da República;

- :: Movimentos LGBT e de direitos sexuais, contra a violência e a discriminação, pela consagração da igualdade de direitos a todos os níveis;

- :: Movimentos ambientalistas e ecologistas, sobre questões como as alterações climáticas, política energética, áreas protegidas, os OGM, mobilidade;

- :: Mobilização contra as linhas da alta tensão e os abusos da REN e da EDP.

1.2. ELEIÇÕES

Realizaram-se durante o mandato desta Mesa Nacional três actos eleitorais: as Eleições Intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa e Eleições Regionais na Região Autónoma dos Açores e da Madeira.

Na Madeira, o Bloco manteve o seu deputado na Assembleia Regional, depois de uma campanha difícil com fortíssima polarização populista, tendo sido desencadeada num espírito referendário por João Jardim.

Em Lisboa, à reeleição do vereador Sá Fernandes, no quadro de uma disputa difícil em que várias candidaturas se multiplicaram, seguiu-se a celebração do acordo de políticas para Lisboa, discutido em Mesa Nacional.

A Mesa Nacional discutiu a condução da política do Bloco na autarquia de Lisboa, acompanhando o cumprimento do acordo e do programa “Lisboa é Gente”, em coordenação com a Concelhia de Lisboa. O balanço sobre esse processo político, aprovado pela Comissão Política e pela Assembleia Concelhia de Lisboa, veio a determinar o fim da relação política com o vereador Sá Fernandes.

A Mesa Nacional acompanhou ainda o processo eleitoral nos Açores, onde o Bloco se candidatou com o propósito de conseguir, pela primeira vez, representação parlamentar. Esse objectivo foi plenamente alcançado, com a eleição de dois deputados regionais. O Bloco tem agora um grupo parlamentar e é a quarta força política na região.

1.3. AUTARQUIAS E TRABALHO LOCAL

A Mesa Nacional acompanhou a mudança estatutária, decidida pela V Convenção, de consagração das coordenadoras concelhias como órgãos próprios do Bloco, que passaram a ser, em geral, a principal instância de debate e decisão da política local. As coordenadoras concelhias e alguns grupos de trabalho autárquicos constituíram-se como os principais pontos de apoio da rede de activismo autárquico e

local, que passou a ter alguma expressão após as eleições de 2005.

Nessas eleições, o Bloco alargou a sua rede de eleitos locais que, dinamizaram a intervenção e apresentação de propostas ao nível dos municípios e freguesias, em torno de problemas locais e nacionais. É também de destacar o trabalho dos eleitos do Bloco nas Assembleias Metropolitanas. Esta rede de eleitos locais é hoje, mais do que uma representação institucional, um factor estruturante da intervenção do Bloco.

A constituição da Comissão Nacional Autárquica, eleita na Mesa Nacional e composta por responsáveis autárquicos de várias regiões do país, procurou impulsionar a reflexão e a produção política sobre questões autárquicas no Bloco, ao mesmo tempo que coordenou uma intervenção autárquica coerente a nível nacional, propondo a definição de eixos políticos de abordagem temática (IMI, orçamentos, papel social das autarquias, legislação autárquica, leis eleitorais, empresas municipais, etc.).

Foram realizadas diversas jornadas autárquicas, nacionais e distritais, sempre com uma componente de formação temática (lei dos solos e especulação, preservação dos recursos naturais, finanças locais, agenda 21 local, orçamento participativo, etc.) e de debate político. Foi dada continuidade à publicação do Rede Local, sem periodicidade estabelecida, e promoveu-se a divulgação das várias intervenções autárquicas no site do Bloco, que passou a ser incluída na newsletter de distribuição geral, como forma de generalização dos muitos combates locais travados pelas/os autarcas do Bloco. A formação do Gabinete de Apoio Autárquico, no grupo parlamentar, com experiência e formação adequadas para apoio aos autarcas, revelou-se acertada e com resultados positivos na resposta política e tecnicamente competente.

A Mesa Nacional aprovou, por maioria, a resolução “Mais esquerda nas autarquias – reforçar o activismo local e preparar as próximas autárquicas” que inicia o balanço da actividade autárquica do mandato em curso e define orientações políticas para a intervenção política autárquica e local.

1.4. REUNIÕES E DELIBERAÇÕES DA MESA NACIONAL

Desde a última Convenção, a Mesa Nacional reuniu-se em Junho, Setembro e Outubro de 2007; Janeiro, Abril, Junho, Outubro e Dezembro de 2008. Realizaram-se portanto oito reuniões em cerca de um ano e oito meses, mantendo a periodicidade de mandatos anteriores. A Mesa Nacional aprovou na sua penúltima reunião uma comissão organizadora (COC) para a preparação da VI Convenção Nacional.

Ao longo do mandato registaram-se oito substituições de membros da Mesa Nacional que, por razões de índole diversa, apresentaram a sua demissão. A Mesa Nacional aprovou no início do seu mandato o Regulamento do Direito de Tendência do Bloco, que estabeleceu os direitos e deveres das tendências que se constituírem no Bloco.

Desde a última Convenção, passou a ser publicado um Correio da Mesa com informação sobre a actividade do Bloco, preparação das reuniões da MN, minutas das reuniões anteriores, informação sobre a Comissão Política e as comissões nacionais, debate, correspondência, acompanhamento regular da actividade parlamentar e outros documentos.

A Mesa Nacional aprovou textos de orientação sobre as questões fundamentais da vida do Bloco e, em particular, dedicou uma parte das suas reuniões a aprofundamento programático, votando textos de fundos sobre quatro temas:

- :: Saúde
- :: Educação
- :: Precariedade
- :: Direitos LGBT

Em todos estes casos, os textos foram aprovados por unanimidade.

1.5. INICIATIVAS, CAMPANHAS NACIONAIS E ACTIVIDADE PARLAMENTAR

O Mandato da Mesa Nacional que agora cessa funções foi marcado por várias campanhas nacionais promovidas pelo Bloco em torno de grandes temas políticos da actualidade.

1.5.1. TRABALHO E PRECARIEDADE

A actividade do Bloco neste último mandato teve dois grandes momentos e áreas de intervenção: a contestação ao Código Vieira da Silva e a Marcha contra a Precariedade.

A Marcha Contra a Precariedade foi parte da nossa resposta à nova legislação laboral do PS. Ao trabalho dos activistas sindicais, de CTs, de movimentos de precários, à visibilidade da intervenção parlamentar e da propaganda de rua, o Bloco de Esquerda somou uma ampla iniciativa militante, capaz de contactar directamente milhares de pessoas.

Ao escolher um tema, a Marcha contribuiu para desfazer o mito de que este pacote laboral “combate a precariedade”. E dialogou com o sector social mais intensamente afectado pela precariedade, a juventude. A Marcha envolveu directamente cerca de 500 bloquistas, uma parte dos quais participaram em vários dias. Tudo o que aprendemos nas Marchas em 2006 e 2008 deve agora ser usado no esforço de imaginação para novas iniciativas de envolvimento.

Na concepção da Marcha, foi de grande valor a experiência adquirida no último período por bom número de jovens militantes bloquistas na dinamização de colectivos abertos de precários.

No que diz respeito à actividade parlamentar, ressalta-se como muito importante o cumprimento de uma promessa eleitoral da revisão do Código do Trabalho, através da apresentação do Projecto-Lei de “Alteração ao Código Bagão”, bem como a intervenção nesta discussão com a apresentação de mais de 170 propostas de alteração ao código Vieira da Silva. Consagramos como um dos pontos centrais das jornadas parlamentares o debate sobre o código, tendo convidado para o efeito Jorge Leite, António Casimiro Ferreira e Júlio Gomes.

Promovemos um debate de urgente sobre a dinamização da contratação colectiva e a sua caducidade e ainda sessões sobre o código em vários pontos do País. Consagramos dois números do “Participação” sobre o código e outro sobre a “Revisão do Código e a Flexigurança”.

O Bloco apresentou vários projectos sobre temas como:

- :: Trabalho Temporário
- :: Estatuto dos Intermitentes das Artes e Espectáculos
- :: Estatuto do Trabalhadores-Estudantes
- :: Regime Laboral e Social dos Investigadores Científicos
- :: Comissões de Trabalhadores
- :: Contratos a Prazo
- :: Trabalho por Turnos

Foram, na sua maioria, propostas que marcaram uma importante discussão e confronto com as políticas do PS, tendo sido acompanhadas de movimentações e esclarecimento juntos dos sectores a que se destinavam.

Registe-se também como muito importantes as interpelações ao governo, sobre:

- :: Emprego
- :: Precariedade
- :: Desigualdades sociais

O governo alterou todo o quadro legislativo na Administração Pública: Avaliação de Desempenho, Estatuto de Aposentação, Protecção Social e no desemprego, mobilidade, vínculos, carreiras, com o ataque ao Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, vendido como ataque aos “privilégios e aos privilegiados”. O Bloco interveio e apresentou 186 propostas, todas elas rejeitadas pelo PS.

1.5.2. SEGURANÇA SOCIAL E PROTECÇÃO SOCIAL

Foram apresentados vários projectos de lei dos quais se destacam pela sua importância e impacto na reposição da justiça social:

- :: A Lei de Bases da Segurança Social, propondo novas formas de financiamento e nova fórmula de cálculo garantido ao mesmo tempo que a segurança social seja universal, solidária e pública.
- :: Direito à pensão completa com 40 anos de descontos independentemente da idade, com o objetivo de repor a justiça para quem começou a traba-

lhar muito cedo.

:: Alargamento da protecção no desemprego a todos os trabalhadores em especial para os mais jovens, através do encurtamento dos períodos de descontos para o acesso ao subsídio. Aumento do valor do subsídio de 65% para 70% do salário médio auferido e aumento do tempo de duração do subsídio.

1.5.3. ECOLOGIA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A Vª Convenção o Bloco de Esquerda definiu a ecologia, e, em particular, as alterações climáticas, como uma área estratégica para o combate ideológico à ofensiva neoliberal e para a sua intervenção política.

Este foi o ponto de partida para a constituição da comissão organizadora das Jornadas sobre as Alterações Climáticas. As Jornadas tiveram o seu início com o Seminário “Alterações do Clima: Tempo de Mudanças”, no dia 24 de Março de 2007, em Coimbra, seguiram com várias iniciativas distritais de Norte a Sul do país entre Julho a Setembro de 2008, abordando temas tão diversificados como a escassez e qualidade da água, as pressões sobre o litoral, os modos de produção e consumo energético, os transportes e a mobilidade sustentável, a desertificação e interioridade, as emissões poluentes e as falsas respostas de mercado, tendo terminado com a Conferência Internacional “Ninguém se pode esconder das Alterações do Clima: Desafios e Respostas”, no dia 22 de Setembro, em Lisboa.

Na sequência destas Jornadas foi aprovada pela Mesa Nacional a constituição da Comissão Nacional de Ambiente, com representantes dos vários distritos, a qual tem reunido e tomado diversas decisões do ponto de vista da orientação e iniciativa política. Duas das principais orientações adoptadas foram a criação de grupos de ambiente locais (GABE) e a construção de cartas verdes locais, de modo a estruturar o trabalho ecologista localmente e a promover a integração da ecologia nas várias frentes de intervenção, nomeadamente a autárquica. A última reunião da Comissão Nacional sublinhou a oportunidade de uma campanha nacional em defesa dos transportes públicos e de um seminário sobre de-

senvolvimento rural e interioridade.

Ao longo do seu trabalho, a Comissão tem acompanhado e apoiado a coordenação entre as várias iniciativas dos GABE ou de âmbito local e distrital, a luta de movimentos populares (e.g. barragens e linhas de alta tensão) e a intervenção parlamentar.

No âmbito da iniciativa parlamentar apresentámos diversos projectos em defesa de uma política ecologista activa (e.g. sustentabilidade dos biocombustíveis) e de resposta concreta a lutas populares pela justiça ambiental (e.g. linhas de alta tensão). O grupo parlamentar tem apoiado as mais diversas causas ecologistas, não só através da apresentação de propostas que defendem as pessoas e o ambiente perante o abuso e prepotência, mas também pela deslocação dos deputados aos locais onde essas causas são importantes (e.g. linha do Tua).

O início desse mandato coincidiu com a realização das Jornadas sobre Ambiente, com iniciativas, debates e acções por todo o país, culminando na realização de uma Conferência Nacional em Lisboa, que se realizou no dia 22 de Setembro de 2007.

1.5.4. DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Por decisão da Mesa Nacional, o Bloco promoveu e realizou uma campanha nacional em defesa do SNS, valorizando a gratuidade, acesso, modernização e humanização dos serviços públicos de saúde e combatendo a entrega aos privados da gestão dos hospitais e de outras parcelas importantes do SNS. No eixo da campanha, esteve uma petição dirigida à Assembleia da República, reunindo um apoio muito amplo e significativo de personalidades de esquerda, incluindo destacados socialistas (o 1º signatário foi António Arnault). A demissão de Correia de Campos traduziu o isolamento em que se encontrava e a amplitude do protesto contra a política que vinha impondo. O Bloco foi uma força muito activa e presente neste movimento.

As iniciativas parlamentares do Bloco, inscrevendo-se na campanha, procuraram dar-lhe corpo e visibilidade e responder a problemas concretos quer dos cidadãos quer dos serviços de saúde.

Foram aprovados dois projectos de lei: apresen-

tados pelo Bloco: a Carta dos direitos de acesso dos utentes do SNS (impondo tempos garantidos para a marcação de consultas e outros serviços) e o acompanhamento dos utentes nos serviços de urgência dos hospitais.

Apesar de rejeitados, outros projectos do BE permitiram uma discussão que, de uma forma geral, tiveram impacto na opinião pública, nos profissionais e na comunicação social, pela centralidade das questões suscitadas: a distribuição de medicamentos pelas farmácias dos hospitais (com o objectivo de obter uma baixa acentuada do preço dos medicamentos), o fim das taxas moderadoras, a suspensão do encerramento de SAPs e urgências hospitalares, o regresso à eleição dos directores clínico e de enfermagem dos hospitais. O PS rejeitou a proposta de criação de uma comissão de inquérito ao Amadora-Sintra. Significativamente, o governo passado algum tempo rescindiu o contrato com o grupo Mello que geria aquele hospital.

Está marcada a discussão de diversos projectos dirigidos aos portadores de Alzheimer ou Parkinson (comparticipação em medicamentos, medidas de apoio social).

O Bloco propôs também um conjunto de projectos destinados a combater a discriminação dos portadores de VIH/SIDA e dos homossexuais e bissexuais, neste caso, nos serviços de recolha de sangue. O primeiro foi rejeitado pelo PS e outros partidos, o segundo aguarda agendamento.

Aguarda ainda agendamento um projecto sobre as condições de exercício da actividade médica no SNS, que inclui um conjunto de medidas para fazer frente à falta de médicos.

O Bloco entregou no parlamento um projecto de resolução para garantir a democraticidade do processo de regulamentação das medicinas não convencionais, cuja lei em vigor resultou de uma iniciativa do Bloco na anterior legislatura.

1.5.5. EDUCAÇÃO

Na área da Educação, O Bloco tem articulado a sua intervenção parlamentar com o desenvolvimento da contestação à Ministra. O Bloco foi o primeiro

partido a apresentar, na actual legislatura, um projecto de resolução para a suspensão imediata do actual modelo de avaliação, apontando linhas alternativas para este processo, e obrigando os demais partidos e forças a responderem ao desafio.

Outra área de iniciativa importante foi a proposta de implementação de uma cadeira de Educação Sexual nas escolas secundárias. Esta proposta visa ultrapassar a completa inoperância do actual modelo e foi alvo de uma forte campanha de esclarecimento com propaganda, debates em dezenas de escolas e uma audição parlamentar com estudantes e dirigentes associativos.

O Bloco apresentou várias outras iniciativas, das quais se destacam as propostas sobre distribuição gratuita e empréstimo de manuais escolares, criação de equipas de combate ao abandono e insucesso escolar, eliminação das restrições na atribuição de bolsas de estudantes estrangeiros. O Bloco deu também resposta aos graves problemas de financiamento no Ensino Superior apresentando uma proposta de Financiamento Plurianual da Universidades e Politécnicos.

Dando continuidade ao vasto trabalho do BE no combate às políticas da educação deste governo, realizou-se a 26 e 27 de Outubro de 2007 o Fórum de Educação. Um debate alargado que visou reafirmar a necessidade de um compromisso pela defesa da escola pública. Convidados internacionais trouxeram as suas experiências que apoiaram o debate sobre os saberes, as linhas pedagógicas, a democracia na escola e a escola inclusiva. Conseguiu-se com esta iniciativa dar mais um passo importante na confluência de vontades e energias que permitiriam a consolidação de uma luta.

Realizou-se também um Encontro Nacional de Professores, fortemente participado, bem como reuniões locais, para ajudar ao esclarecimento e mobilização dos nossos activistas. Está marcado para 24 de Janeiro um Fórum sobre educação organizado pelo MEP, que será um importante momento do centramento do debate na qualidade e no futuro da escola pública.

1.5.6. CRISE, ECONOMIA E FISCALIDADE

As questões económicas têm estado e continuarão a estar no centro do debate político. O Bloco promoveu campanhas de esclarecimento em torno de vários temas da agenda económica. Nos últimos meses, o Bloco tem promovido uma intensa agenda de debates, sessões públicas e reuniões de activistas com o objectivo de esclarecer e promover uma forte ofensiva política em torno da Crise Financeira, das suas causas e dos seus responsáveis.

O Boletim Económico foi criado com objectivo de informar e discutir temas de economia, tratando-os com um uso mínimo de terminologia técnica que frequentemente inviabiliza a compreensão por todos. Os temas escolhidos para o Boletim procuraram acompanhar a agenda do Grupo Parlamentar e pretende-se que o mesmo sirva ainda como suporte para o início da reflexão, interna e externa, sobre os temas económicos. Já na sua 7ª edição aborda o tema do Orçamento de Estado, tendo passado por temas como: (i) Sobre a Crise Financeira; (ii) Pobreza e Desigualdade; (iii) Privatizações; (iv) Precariedade Laboral; (v) Crise Alimentar; (vi) O 3º Choque Petrolífero.

Nos debates sobre o Orçamento de Estado o Bloco apresentou diversas propostas na área da economia. A tónica das principais propostas centrava-se no combate aos diversos ilícitos que vêm sendo desvendados e que envolvem principalmente o sistema bancário. Dentre as diversas propostas destacam-se: (a) a proibição de crédito a sociedades offshore; (b) a obrigatoriedade no registo dos movimentos de capital que circulem entre instituições financeiras de países da União Europeia e entre estas e as de outros países e cujo montante cumulativo exceda 10000 euros; (c) Passagem de PPRs privados para o PPR público sem comissão bancária; (d) Direito a usar, sem comissão, o valor dos PPRs para amortizar o crédito à habitação.

Nas questões relacionadas a Fiscalidade e a Economia, o Grupo Parlamentar do Bloco tem mantido o esforço para propor alterações estruturantes e acompanhar e dar respostas aos desafios com os quais a economia portuguesa se defronta diariamente.

Destacam-se as propostas para a definição de regras relativas à transparência na publicidade e contratos de crédito, a determinação de regras a que deve obedecer a constituição de provisões fiscalmente dedutíveis, a proposta de alteração do Imposto Municipal sobre Imóveis, no caso de prédios que sejam propriedade de entidades que estejam registadas em regiões com regime fiscal claramente mais favorável e, por fim, a proposta de definição de um regime de acompanhamento e controlo da evolução dos preços de combustíveis.

1.5.7. POBREZA

O Bloco desenvolveu Campanhas sobre a Pobreza e as desigualdades sociais, com destaque para a campanha desenvolvida no Porto e a que se prepara em Lisboa, com trabalho de propaganda, contactos com organizações e apresentação de propostas. Na sequência da Campanha do Porto, elaborou-se um Livro Negro sobre a pobreza no Distrito, recolhendo todos os contributos obtidos nesse processo.

Na Assembleia, batemo-nos pela simplificação do processo de acesso ao Complemento Solidário para Idosos, na defesa do Rendimento Social de Inserção, pela redefinição do limiar de pobreza, bem como pelo apoio a instituições que realizam trabalho social.

1.5.8. DIREITOS CIVIS

O Bloco de Esquerda apresentou duas propostas marcantes no que diz respeito aos direitos civis. Introduziu o debate sobre as alterações à Lei do Divórcio, marcando um agendamento potestativo com dois Projectos Lei, um dos quais viria a ser aprovado – alteração do prazo de separação de facto para efeitos de obtenção do divórcio. Mas o debate estava lançado e atravessou a sociedade portuguesa.

Na sequência deste agendamento, o PS apresentou o seu próprio Projecto, em muitos aspectos semelhante ao do Bloco de Esquerda. Este projecto é aprovado com os votos do Bloco e a sua participação no debate em especialidade, onde viu aprova-

das várias das suas propostas. O novo regime jurídico do divórcio vem a ser alvo de um veto político de Cavaco Silva.

1.5.9. VIOLÊNCIA DE GÉNERO

As questões relacionadas com o combate à violência de género mereceram sempre a nossa atenção através de diversas iniciativas, incluindo a apresentação de um Projecto Lei sobre a Violência de Género, que enquadra todas as políticas nesta área. Este Projecto baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, onde foi objecto de cerca de duas dezenas de audições. O Grupo Parlamentar prepara neste momento uma nova proposta de projecto-lei.

Foi graças à insistência do Bloco em questionar o Governo sobre as pulseiras electrónicas para os agressores, que este se comprometeu a incluir este tipo de material de vigilância electrónica para o próximo ano. Serão 50 equipamentos, que o Bloco já denunciou como manifestamente insuficiente.

1.5.10. DIREITOS D@S LGBT

Em Maio e Junho de 2008 organizaram-se as Jornadas contra a Homofobia “Sem Medos”. Pela primeira vez o Bloco organizou diversos debates de Norte a Sul do país, recolocando a temática LGBT no centro das atenções e promovendo discussões que aprofundaram assuntos que alcançaram o debate político – o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adopção por casais homossexuais e a denúncia da discriminação que continua a grassar na nossa sociedade – do local de trabalho à escola, da doação de sangue à guarda de crianças.

Um encontro internacional, intitulado Fórum Sem Medos, realizado em Lisboa, a 14 de Junho de 2008, na Faculdade de Ciências Sociais de Lisboa foi o culminar deste ciclo de debates sobre identidade, liberdade e igualdade de direitos.

Na Assembleia, o Bloco cumpriu o seu compromisso e agendou o seu projecto-lei sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, no sentido de eliminar do Código Civil uma discriminação, dando

cumprimento à própria Constituição da República. O PS votou contra, afirmando que concorda, apenas por uma questão de oportunidade. Dois deputados do PS votaram a favor e registaram-se muitas declarações de voto. O PS viu-se obrigado a impor a disciplina de voto. O debate nacional em torno desta questão acabou por se revelar como um factor de apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

O Bloco teve outras iniciativas nesta área em torno da discriminação dos homossexuais e bissexuais nos serviços de recolha de sangue e na proposta de procedimentos singulares para as forças de segurança no acompanhamento a crimes de ódio contra esta população. Foi ainda proposta a instituição do Dia Nacional contra a Homofobia.

1.5.11. IMIGRAÇÃO

No que toca a iniciativas no Parlamento e após um período de 2006 e 2007, onde se discutiu densamente questões relativas à imigração em Portugal, como a lei da nacionalidade e a lei de imigração, onde o Bloco apresentou propostas alternativas, o Grupo Parlamentar tem vindo a fiscalizar a acção do Governo nestas áreas através da apresentação de perguntas ao Governo, sempre no sentido de verificar se os direitos dos imigrantes tem vindo a ser salvaguardados.

Saliente-se as perguntas relativas ao bloqueio das regularizações de imigrantes ou a relativa à concretização dos critérios que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras utilizaria para a apreciação dos pedidos de regularização ao abrigo do artigo 88.º da Lei.

No sentido de aproveitar alguns mecanismos que a nova legislação criou, que poderiam ser positivos para os imigrantes, mas que não se encontram a ser aplicados, recentemente apresentamos uma pergunta ao Governo na qual indagávamos o motivo pela qual os Ministros da Justiça e da Administração Interna ainda não haviam celebrado com a Ordem dos Advogados um protocolo no sentido de assegurar a assistência jurídica a estrangeiros nos Aeroportos, tal como previsto na lei de imigração.

Para além de iniciativas mais dirigidas à lei de imigração, o Grupo Parlamentar também tem tido

iniciativas em outras áreas relacionadas com a imigração, como, por exemplo, no combate à discriminação em razão da nacionalidade na atribuição de bolsas de estudo (Projecto de Resolução n.º 381/X) e no acesso ao subsídio de público aéreo (Projecto de Lei n.º 359/X).

Por fim, não é demais salientar que no debate parlamentar o Bloco tem tido particular atenção ao retrocesso que representa para os imigrantes a aprovação da Directiva do Retorno no Parlamento Europeu, texto que teve o consentimento do Governo Português.

1.6. PRIORIDADES DA ACTIVIDADE PARLAMENTAR

O grupo parlamentar concentrou a sua actividade na luta por propostas de oposição que tornassem claras as diferenças em relação ao governo.

Um ponto central dessa actividade foi a apresentação, em 11 de Janeiro, da primeira Moção de Censura apresentada ao Governo Sócrates, pela não convocação do referendo e pelo incumprimento de outras promessas em diversos aspectos da sua política.

O Bloco impôs, em agendamentos potestativos (que se impõem contra a vontade da maioria) a lei para o fim dos divórcios litigiosos, de que veio a resultar depois a aprovação de uma nova lei, e uma lei sobre as incompatibilidades de deputados e governantes (que veio a ser declarada inconstitucional pelo Tribunal, mantendo-se a situação de conúbio entre interesses públicos e privados).

Em interpelação ao governo, o Bloco trouxe ao debate com o primeiro-ministro as questões da desigualdade em Portugal, da saúde e da precariedade. Em debate de urgência, o Bloco obrigou a ministra da educação a ir ao parlamento no dia seguinte ao da maior greve de professores.

1.6.1. PROPOSTAS APROVADAS

Durante o mandato desta Mesa, o Bloco conseguiu fazer aprovar várias das suas propostas. O Bloco apresentou 17 Iniciativas legislativas que fo-

ram aprovadas na generalidade ou baixaram à comissão sem votação.

De entre estas, em votação final global, foram aprovadas 14 iniciativas, das quais 3 – os Projectos de Lei n.ºs 490/X, 405/X, 392/X - são iniciativas conjuntas com os restantes Grupos Parlamentares.

Em relação às restantes 11, é importante notar que, apesar de as propostas sido aprovadas na generalidade e discutidas na especialidade, os projectos que visavam concretizar foram, em muitos casos, colocados de parte ou desvirtuados.

O anexo I mostra o conjunto destas iniciativas.

1.6.2. ACTIVIDADE PARLAMENTAR DE PROPOSTA E OPOSIÇÃO

Para lá das propostas aprovadas, o Bloco tem mantido uma actividade parlamentar intensa. É de longe o Partido com mais propostas apresentadas por deputado e foi também, na última sessão legislativa, o Partido com o maior número total de propostas apresentadas.

No Anexo II, é apresentado o registo de alguns dos mais importantes projectos lei, propostas de resolução apresentadas durante o mandato da Actual Mesa Nacional.

1.7. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MANDATO NO PARLAMENTO EUROPEU

De Junho de 2007 ao fim de 2008, o trabalho do Departamento Internacional do Bloco de Esquerda (DIBE), mantendo as orientações de trabalho que vinham de trás, reorientou a sua actividade tendo em vista uma maior presença dos temas internacionais na nossa intervenção política no país. A presidência portuguesa da União Europeia constituiu a oportunidade para concretizar essa inflexão, que se manteve ao longo de todo o ano de 2008.

Neste período, foram temas principais: O impasse institucional europeu e o combate ao processo de ratificação do Tratado de Lisboa; a divulgação de uma perspectiva contrastante, sobre as relações entre a UE e África; o apoio à intervenção do blo-

co no plano do combate às alterações climáticas; o prosseguimento do trabalho de denúncia das condições de vida da imigração na Europa e, em particular, dos trabalhadores temporários portugueses; a solidariedade com os povos vítimas de guerras de ocupação (Iraque, Afeganistão, Sahara e Palestina); e, mais recentemente, um esforço importante de denúncia das causas da crise económica e financeira e de divulgação dos nossos pontos de vista sobre a dimensão internacional das respostas da esquerda em face dela.

Marcaram a actividade deste período:

:: A organização de uma visita de Aminatou Haidar, líder saharauí nos territórios ocupados, a Portugal, com sessões em Lisboa, Coimbra e Porto e presença assinalável nos media;

:: A criação de um blogue de seguimento crítico diário da presidência portuguesa que em 6 meses teve mais de 100 mil visitas;

:: Iniciativas internacionais em Portugal durante a presidência portuguesa, entre as quais um comício das Esquerdas Europeias (EL) em Junho em Lisboa, o apoio ao encontro do Bloco sobre alterações climáticas em Setembro, um encontro das Esquerdas Anti-Capitalistas (EALC) em Almada, também em Setembro, e ainda as jornadas de estudo do GUE/NGL em Outubro, onde intervimos sobre as relações com África;

:: Em 2008, prosseguiu a denúncia, nos media, de situações de trabalho temporário de portugueses, agora com destaque para a Irlanda.

:: Em Junho deste ano, realizou-se a iniciativa das “1001 Culturas”, que contou com a presença de centenas de pessoas ligadas aos meios culturais e que permitiu lançar pontes e propostas num domínio onde a reflexão do bloco apresenta atractos consideráveis;

:: A visita de uma delegação de 110 pessoas ao Parlamento Europeu, que participaram numa conferência sobre a crise económico-financeira e a Europa, e que serviu de base à realização, em Novembro e Dezembro, de 14 sessões de Norte a Sul do país, envolvendo 1500 pessoas. Esta “campanha” reproduziu, de forma amplia-

da, uma outra, concretizada um ano antes, mas incidindo no Tratado de Lisboa. De um modo geral, aumentou substancialmente o número de acções e a participação do nosso eurodeputado em actos públicos a convite das mais diversas instituições e associações;

:: Finalmente, a participação na conferencia da plataforma eleitoral da EL, em Berlim, que aprovou uma proposta, por nós avançada, para uma petição mundial pela tributação das transacções financeiras e a abolição dos paraísos fiscais. Esta iniciativa encontra-se actualmente em fase de preparação e o objectivo é que possa ser assumida pelo Fórum Social Mundial de fim de Janeiro de 2009.

RELAÇÕES COM PARTIDOS E MOVIMENTOS DE ESQUERDA NO ÂMBITO EUROPEU

O DIBE construiu a sua actividade em torno das seguintes plataformas: EL, EALC, relações com movimentos, rede Transform! e, finalmente, relações bilaterais com partidos e movimentos.

O PARTIDO DA ESQUERDA EUROPEIA (EL)

O Bloco acompanhou a actividade da EL através da sua representação nas estruturas, centrando os seus esforços na apresentação de propostas concretas de acção política. Foi por nossa iniciativa que os membros da EL levaram a cabo a sua primeira campanha conjunta: “Reclaim life fight precarity”. Os resultados foram modestos, mas permitiram multiplicar iniciativas em vários países sob este tema, bem como dinamizar a capacidade de proposta neste terreno envolvendo não apenas o grupo de trabalho da EL sobre questões de trabalho e sindicalismo, como os das mulheres e LGBTQ.

O bloco propôs também a criação de uma rede de deputados contra a OTAN, aprovada na Executiva da EL, articulada com a campanha contra a instalação do escudo anti-míssil na Polónia e na república checa.

Finalmente, insistimos na ideia de uma campanha internacional pelo encerramento dos off shores

e pela taxaço das transacções financeiras, que foi aprovada em Novembro deste ano, e que pode vir a constituir uma primeira acção conjunta entre redes internacionais de activismo muito diversificadas incidindo na crise económica mundial.

O bloco esteve ainda presente no congresso da EL em Praga, onde se bateu pela necessidade de concentrar a acção política sobre eixos precisos. Do mesmo modo, esteve presente nas principais iniciativas internacionais que a EL promoveu neste período.

O DIBE garantiu igualmente a inclusão da Cultra na rede Transform, uma fundação de reflexão política mais larga do que a EL, mas a ela associada. Esta cooperação permitiu já a colaboração da Transform no colóquio internacional sobre Karl Marx, realizado em Lisboa, no passado mês de Novembro.

Após a realização do seu congresso em Praga, a EL tem evoluído no sentido de submeter as actividades sugeridas pelos diversos partidos aos 4 eixos programáticos aprovados nesse conclave. Contudo, as especificidades de agenda de cada partido, bem como conjunturas particularmente difíceis nalguns deles, continuam a dificultar a concretização de acções em escala europeia mais arrojadas. A EL consolidou a realização de uma iniciativa europeia comum – as universidades de verão –, desenvolveu a actividade dos seus diferentes grupos de trabalho, o que é útil para a troca de informações e a criação de laços de confiança política entre activistas e continuou a acompanhar as iniciativas unitárias dos movimentos alter-globais, também eles a passarem por um período de dificuldades. Mas estas melhorias de funcionamento não têm tido correspondência na eficácia da acção política comum. A aproximação das eleições europeias, embora tenha permitido a aprovação de uma plataforma comum, aumenta a pressão para o predomínio das agendas nacionais sobre uma agenda comum. Este é o quadro em que decorrerão as europeias de 2009.

CONFERÊNCIAS ANTI-CAPITALISTAS (EACL)

A última actividade desta rede foi a que organizámos em Almada, em Setembro de 2007. Entretanto,

em 30 e 31 de Maio de 2008, a LCR promoveu uma conferência internacional em Paris, com um meeting associado, e que contou com a intervenção de Francisco Louça. Este encontro selou, paradoxalmente, o destino da EALC. A intenção do núcleo dirigente do futuro Partido anti-capitalista em França é a de avançar na direcção de uma nova força europeia que adquira a forma partido e que se integraria no GUE/NGL após as eleições europeias. Por outro lado, várias das forças que integravam a EACL sofreram mutações e rupturas internas que dificultaram a actividade da rede. Para além de diferentes apreciações de ordem táctica sobre a unidade de acção em escala europeia, vários partidos que participaram na EACL integram igualmente a EL, com destaque para o BE, o Synaspismos, a Refundação Comunista, a Esquerda Luxemburguesa, o ODP turco e a Aliança Verde-Vermelha da Dinamarca.

Por outro lado, a questão da participação na UE continua a não ser pacífica neste espaço político. Os dinamarqueses mantêm a sua posição anti-união; ingleses, escoceses e turcos torneiam a questão; Bloco e Synaspismos, pelo contrário, assumem o seu combate transformador no marco institucional da UE.

O DIBE, de acordo com a direcção política do Bloco, tem mantido e manterá até às eleições europeias uma atitude de prudência em face de projectos de recomposição e rearrumação internacional de forças à esquerda.

“MOVIMENTO DOS MOVIMENTOS” E RELAÇÕES BILATERAIS

O Bloco tem sido a única organização portuguesa a participar com regularidade no movimento dos fora sociais. Participado no Fórum Social de Malmoe através do GUE/NGL e da participação em seminários organizados pela Transform! e a EL.

No seguimento de Malmoe, o Bloco tem acompanhado o processo de preparação do próximo Fórum Social Mundial, previsto para Janeiro de 2009, no Brasil, em Belém e, de um modo geral, tem procurado assegurar a sua presença nas principais reuniões e encontros das diferentes redes internacionais actualmente existentes.

O bloco participou nos principais congressos dos partidos de esquerda europeus que se realizaram neste período: LCR, Partido Comunista da Moldávia, Red Green Alliance da Dinamarca, fundação do Die Linke, Swedish Left Party, Refundação Comunista de Itália e Esquerda Unida de Espanha. Não se podem extrair tendências gerais. Há países onde os partidos de esquerda consolidam posições – em particular em Portugal, Grécia, Alemanha, Holanda e Irlanda; outros onde as fracturas e recuos são pronunciados – especialmente, em Itália, no Reino Unido e na Escócia e ainda em Espanha; outros que apresentam desenvolvimentos desiguais, como na Dinamarca, onde a perda da Red-Green Alliance foi mais do que compensada pela ascensão do Partido Socialista (ex-partido comunista, europeísta); e, finalmente, outros que se encontram em fase de recomposição, como é o caso da França, onde a LCR dará origem a um novo partido anti-capitalista, mas onde também se assistiu à formação de um novo partido saído da ala esquerda do PSF.

2. UM MOVIMENTO EM ORGANIZAÇÃO

No início do ano de 2008, o Bloco fez uma Campanha de adesões que mobilizou mais de mil novos aderentes. Durante este período, foram igualmente cumpridas as deliberações da Convenção acerca de iniciativas organizativas.

2.1. COMUNICAÇÃO

Ao longo do ano e meio que decorreu desde a V Convenção, o Bloco de Esquerda intensificou o seu esforço de propaganda e os seus meios permanentes dedicados à nossa comunicação directa.

2.1.1. ESQUERDA.NET

O sistema de comunicação pela internet do Bloco de Esquerda completa dois anos e meio. A construção de um portal de informação alternativa aos grandes meios de comunicação é um projecto ímpar em Portugal. A aposta tem-se revelado um sucesso, ultrapassando as melhores previsões.

Progressivamente o esquerda.net tem-se tornado uma referência na Internet.

O antigo site do Bloco tinha pouco mais de 1.000 visitas por dia. No ano de 2008, temos uma média diária de 5.000 no esquerda.net e 8.000 na chamada Blocosfera (o sistema global de sites, que engloba esquerda.net, bloco.org, ecoblogue, blocomotiva, beparlamento e sites distritais do Bloco).

A opção por um portal informativo e não apenas de opinião bloquista revelou-se decisiva. A actualização noticiosa tornou o esquerda.net e a Blocosfera um sistema de informação das posições, actividades e intervenções do Bloco, muito útil para a comunicação interna ao Bloco. Mas, muito para além disso, permitiu tornar este meio participado e útil para pessoas fora do núcleo activista do Bloco.

No âmbito do portal, iniciou-se a publicação da Virus, revista electrónica de ideias que desde o seu lançamento se manteve muito acima dos 5 mil leitores por edição, aproximando-se de 10 mil em alguns casos.

Realizaram-se, no âmbito dos esforços de alargamento da utilização descentralizada dos suportes de intervenção online, duas sessões de formação técnica de camaradas de vários distritos, cobrindo quase todas organizações distritais do partido.

2.1.2. JORNAIS DE CAMPANHA E OUTRA PROPAGANDA EM PAPEL

Os jornais gratuitos são um suporte muito eficaz, assegurando a continuidade da presença de rua e uma intervenção pluri-temática. No último ano e meio, a edição destes jornais teve uma regularidade inédita: nove edições.

É sabido que, conforme as regiões e locais, há uma capacidade desigual de distribuição. Mas importa sublinhar que a convocação nacional de um dia comum de distribuição ajuda a garantir o escoamento; a larga maioria dos 80/100 mil exemplares é sempre efectivamente distribuída. Tudo isto representa uma autonomia comunicacional importante do Bloco de Esquerda.

Foram ainda editados dois boletins ParticipAcção e três Cadernos do Bloco (Conclusões do Encontro

Trabalho, resolução da MN sobre Saúde e uma brochura, “O Espectro de Wall Street”), entre muitos outros materiais de grande tiragem sobre diversos temas ou divulgando iniciativas.

O jornal Esquerda teve 12 edições entre Maio de 2007 e Dezembro de 2008, período em que deveria ter saído 17 vezes. O desenvolvimento do portal e a intensificação dos seus ritmos prejudicou a regularidade no cumprimento dos prazos e periodicidade do Esquerda em papel (a equipa redactorial é a mesma). Esse problema deve ser corrigido no próximo período.

2.2. ESTRUTURAS OUTDOOR

No período entre a V e a VI Convenção, o Bloco manteve uma rede mínima de estruturas outdoor de grande formato (50, concentradas nos distritos mais populosos). Não é possível manter ininterruptamente uma rede ampla e deste tipo de estruturas: fora de períodos eleitorais, é demasiado dispendiosa para nós e muitas autarquias não autorizam a sua implantação. As limitações da rede outdoor de grande formato foram compensadas pela aquisição de uma rede nacional de mupis (estruturas verticais de chão, formato 2x1m), a qual pode tornar-se permanente e para a qual passámos a editar cartazes com os mesmos temas aplicados na rede de grande formato.

Esses cartazes foram sete (um por trimestre, em média): Só a luta vence o abuso; Referendo europeu; Respeito; Tubarão; O Bloco não pára; Código de Trabalho; Banqueiros. Foram ainda editados mupis para as regiões onde se realizou a Marcha contra a Precariedade e também para convocar, na área metropolitana de Lisboa, as iniciativas do Teatro da Trindade e da Aula Magna.

2.3. AGITAÇÃO DE RUA

Durante os Verões de 2007 e de 2008, repetiram-se os comícios de verão, em número crescente (cerca de 10 em 2007 e de 15 em 2008), e com uma participação cada vez mais ampla, percorrendo o país todo, de zonas balneares ao interior. Estas

iniciativas envolveram vários milhares de pessoas e o Bloco é o único partido que as desenvolve, aproximando-se das pessoas e levando o debate e a iniciativa política o mais longe possível.

2.4. ENCONTROS SECTORIAIS

A Mesa Nacional convocou para 10 de Novembro de 2007 a IV Conferência dos Jovens do Bloco, que discutiu as prioridades de intervenção dos Jovens do Bloco, estabelecendo como prioritária a intervenção nas Escolas e Faculdades. A Conferência elegeu ainda a nova Coordenadora Nacional de Jovens, actualmente em funções. Nos verões de 2007 e 2008, os Jovens do Bloco organizaram Acampamentos de Jovens, à semelhança do que tinha sucedido em anos anteriores.

No fim de 2007, a 1 e 2 de Dezembro, o Bloco dinamizou as Jornadas Autárquicas, que se destinaram a aprofundar a reflexão do Bloco sobre a intervenção local, as políticas autárquicas, os problemas da democracia e participação. As Jornadas Autárquicas definiram ainda um quadro estratégico para a intervenção do Bloco nas Eleições de 2009.

A 17 de Maio de 2008, realizou-se o primeiro Encontro de Activistas de Comissões de Trabalhadores. O encontro foi uma ocasião de troca de experiências entre os participantes e foi fortemente marcado pela dinamização da luta contra o Código do Trabalho.

2.5. ESTRUTURAS DISTRITAIS

Desde a última convenção têm-se consolidado algumas estruturas distritais e autonomizado núcleos concelhios onde ainda não existiam. Os distritos de Vila Real e Bragança estão revitalizados e em Bragança foram criados dois núcleos (Bragança e Mirandela). Em Portalegre foram criados dois núcleos, dividindo os concelhos do Norte e os concelhos do Sul. Está também projectada a autonomização de um terceiro núcleo (Nisa, com Gavião e Ponte de Sôr). Finalmente, em Setúbal irá ser desdobrado o núcleo de Santiago/Sines.

Subsistem, no entanto, problemas ao nível da

participação e do activismo e das estruturas de coordenação, com destaque para a distrital de Évora onde apenas tem funcionado o núcleo de Mora. Em Leiria, os problemas de organização a nível distrital, estão a ser ultrapassados e existem neste momento cinco núcleos (Leiria, Caldas da Rainha, Marinha Grande, Alcobaça e Nazaré).

2.6. SEDES

Ao longo deste período o Bloco procurou manter e alargar a rede de sedes locais, abertas na sua maior parte no período das eleições autárquicas de 2005. Hoje dispomos de 62 sedes, distribuídas pela quase totalidade dos distritos do Continente e nas Regiões Autónomas. O apoio da Tesouraria nacional traduziu-se quer sob a forma de apoio financeiro quer através do fornecimento de equipamentos informáticos.

2.7. ADERENTES

Durante o último mandato, houve um esforço de recrutamento mais acentuado, com particular incidência na campanha de finais de 2007 / início de 2008. Como resultado, o Bloco teve um dos períodos de maior crescimento desde a sua fundação, o que demonstra a necessidade de continuar este trabalho e o potencial de crescimento que ainda está por realizar.

NOVOS ADERENTES POR DISTRITO

Açores	37
Aveiro	251
Beja	2
Braga	216
Bragança	4
Castelo Branco	14
Coimbra	74
Europa	4
Évora	3
Faro	57
Guarda	3
Leiria	12
Lisboa	251
Madeira	90
Portalegre	14
Porto	240
Santarém	82
Setúbal	133
Viana do Castelo	5
Vila Real	4
Viseu	22

TOTAL 1518

NOVOS ADERENTES POR GÉNERO

Homens	896
Mulheres	622

NOVOS ADERENTES POR IDADE

0-30	563
31-40	310
41-50	251
51-60	278
61-	116

Apesar do crescimento do número de aderentes, subsistem grandes problemas ao nível da participação nas organizações, do activismo regular, do envolvimento dos novos militantes na vida do Bloco. Este quadro sugere a necessidade de um contínuo esforço de inscrição e integração de novos aderentes, para lá do que está a ser feito.

2.8. FINANÇAS

Além deste apoio, mantiveram-se as transferências financeiras mensais destinadas a suportar parte da actividade política própria das estruturas Distritais e Regionais.

Nos últimos dois exercícios foi possível manter o equilíbrio económico-financeiro, tendo sido constituídas poupanças destinadas quer ao ciclo eleitoral de 2009 quer às obras de recuperação do edifício onde será instalada a nova sede nacional. Esta foi a decisão patrimonial mais relevante tomada na vida do Bloco, prevendo-se que estará em funcionamento no final de 2009.

Foi necessário ainda financiar as campanhas eleitorais da Madeira e Açores, e ainda as eleições de Lisboa.

Em 2008, e face ao ano anterior, registou-se uma diminuição de 13% na taxa de quotização dos aderentes do Bloco, situação que tem sido comum nos anos em que não se realizam convenções. A generalidade optou pelo pagamento do valor mínimo da

Quota nacional. Apenas 15% dos aderentes com a quota em dia pagam valores superiores ao mínimo.

Por outro lado, tem aumentado a adesão à utilização dos mecanismos de pagamento por via bancária, designadamente por débito em conta.

2.9. DEBATE IDEOLÓGICO E FORMAÇÃO POLÍTICA

A Mesa Nacional deliberou promover em 2007 um fórum de ideias denominado Socialismo 2007 em Lisboa e reeditou a iniciativa em 2008, no Porto, com a participação em cada caso de centenas de pessoas e muitas dezenas de comunicações e debates, incluindo muitos convidados e convidadas que não são membros do BE.

A última Convenção decidiu a criação de trabalho cultural e de debate político e ideológico, a partir de um centro de iniciativa, e assim foi feito ao longo destes dois anos. A principal iniciativa foi o Congresso Marx, que foi um sucesso pela diversidade e qualidade das participações e pelo número de presentes. Mas foram também organizados debates e formações sobre temas como o Maio de 68, revoluções, precariedade e flexigurança, neoliberalismo e serviços públicos ou vídeo.

O Bloco também intensificou um conjunto de iniciativas em torno das questões da memória, de que foram exemplo as comemorações dos 40 anos do Maio de 68 e as iniciativas realizadas sobre os 100 anos da CUF e o Arsenal do Alfeite.

PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A VI CONVENÇÃO

DATA, LUGAR E LEMA

1. A VI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda (Convenção) tem lugar nos dias 7 e 8 de Fevereiro de 2009, no Complexo Municipal da Belavista - Areeiro, em Lisboa, sob o lema “Juntar Forças”.

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é constituída pelos delegadas/os que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além dos delegados/as, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidados/as os restantes aderentes do Bloco de Esquerda no pleno uso dos seus direitos estatutários, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

DIRECÇÃO DOS TRABALHOS

7. A VI Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os e a eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um míni-

mo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar – no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento – o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa o anúncio das votações e a proclamação dos resultados da eleição dos órgãos nacionais.

11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Acta da Convenção.

12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

13. As/os delegados podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de votos obtido na eleição de delegadas/os, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção. a) Aproximadamente a meio do debate, os represen-

tantes das Moções terão um período próprio de intervenções, com tempos iguais e pela mesma ordem das intervenções iniciais.

15. Cada moção de orientação ou plataforma publicada (alínea b) do n.º 22 do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção) tem direito a um tempo global para intervenções das/os seus delegados proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate (exclui as intervenções de apresentação, as intermédias e de encerramento);

c) Os/as delegados indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegados à Convenção.

16. As/os delegados só podem dirigir por escrito à Mesa:

a) Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção;

b) Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção;

c) Declarações de voto que ficarão anexas à acta da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegados de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. As/os proponentes de proposta(s) de altera-

ção aos Estatutos considerada(s) para votação, pode intervir inicialmente exclusivamente para procederem às respectivas apresentações.

20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegados/as, devendo as listas dos delegados subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redactores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegados/as, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

VOTAÇÕES

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respectivos pontos da Ordem de Trabalhos.

24. As propostas de alteração aos Estatutos são votadas individualmente, não havendo lugar a votação final na generalidade.

25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração e às propostas de votação na especialidade relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

27. As eleições para os órgãos nacionais – Comissão de Direitos e Mesa Nacional – decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17:00 h do primeiro dia de trabalhos até às 11:00 h manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição às/aos delegados/as das listas de candidatura.

30. A apresentação das propostas de listas fica a cargo de um dos seus proponentes, imediatamente antes da abertura das urnas para início da votação.

31. Cada lista de candidatura indicará um delegado efectivo e um suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respectiva contagem dos votos.

32. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegados/as, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade – em cada sequência de 3 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um dos candidatos/as, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

33. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15:00 horas do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

34. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção directa dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatos da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 (oitenta) no caso da Mesa Nacional e de 7 (sete) no caso da Comissão de Direitos.

35. A Mesa distribui as actas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

36. A Mesa convida um(a) representante da lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Início dos trabalhos e eleição da Mesa da Convenção Nacional;
2. Apresentação e votação do Regimento da Convenção;
3. Intervenção de abertura;
4. Estatutos – discussão e votação de propostas de alteração;
5. Moções de Orientação Política – apresentações, debate e votação;
6. Apresentação das listas de candidatura para os Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos;
7. Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos;
8. Sessão de Encerramento.

Aprovado na reunião da Mesa Nacional de 06.Dez.2008

MOÇÃO A

TODA A LUTA

DA ESQUERDA

SOCIALISTA

PARA 2009

lista.a@bloco.org

O governo Sócrates tem sido poderosamente desafiado pela luta social. Enfrentaram o governo as populações em defesa do Serviço Nacional de Saúde, grandes manifestações sindicais e, sobretudo, a luta dos professores em nome da escola pública.

2009 é o ano de todas as lutas.

O governo PS tem agora de prestar contas pela recusa do referendo europeu, pelo aumento do desemprego e da precariedade, pela redução dos salários e das pensões, pelo ataque à contratação colectiva, pelas privatizações, pela desigualdade e pela degradação de serviços públicos.

A esquerda socialista, o Bloco de Esquerda, foi um factor fundamental na oposição, contribuiu para a força do movimento social e apresentou alternativas coerentes. Assim continuará. Somos portadores da energia decisiva para romper a maioria absoluta, para disputar a liderança do país e para criar uma nova capacidade de luta socialista.

CAPÍTULO 1. A NOVA CRISE DA CRISE VELHA

A economia portuguesa nunca recuperou da recessão de 2003: desde então, os rendimentos da maioria da população foram prejudicados, o desemprego cresceu, a precariedade tornou-se a regra do novo emprego e os serviços públicos degradaram-se. Esta é a verdadeira crise, o resultado de uma economia dependente e condicionada pelas opções liberais. É uma crise antiga, agravada pela recessão. Em consequência, o país atravessa a sua pior crise dos últimos 30 anos.

Os governantes que temos tido são responsáveis. Eles defenderam que a sua política, a da crise, era a única possível. É por ela que devem responder.

TESE 1. A CRISE É A EXPLORAÇÃO

1.1. Durante esta longa crise, Portugal foi governado pelo PSD-CDS, primeiro, e pelo PS, depois. Esses executivos foram o factor imediato da crise: governaram bem para os de cima e contra os de baixo. O resultado tem sido um oásis para a finança, que promoveu o endividamento e a especulação, para o negócio do trabalho temporário e para o trânsito de governantes para as empresas que negociam com o Estado. **Na crise, agrava-se o modelo de salários baixos, de pobreza escondida, de rentismo evidente e de crescimento subsidiário.**

1.2. Hoje, em Portugal, por cada euro pago em salário, há um euro de lucro para o capital. **Por via da desvalorização dos salários reais e das pensões durante o governo Sócrates, foram transferidos mais 5 mil milhões de euros para o capital. E, com a sua política de favorecimento do capital rentista (pelos juros, benefícios fiscais e privatizações), com este governo foram transferidos mais outros 25 mil milhões de euros para o capital.** Assim, a exploração cresceu brutalmente, ao mesmo tempo que aumentou a vulnerabilidade de quase 2 milhões de pobres, sobretudo idosos, e de meio milhão de desempregadas e desempregados.

TESE 2. A CRISE FINANCEIRA NÃO É FINANCEIRA

2.1. Marx assinalava, n' "O Capital", que a especulação é da natureza do capitalismo: "O capital tem horror à ausência de lucro. Quando fareja um benefício razoável, o Capital torna-se ousado. A 20%, fica entusiasmado. A 50%, é temerário; a 100%, enlouquece à luz de todas as leis humanas, e a 300% não recua diante de nenhum crime". Assim é.

No fim de 2008 os governos dos EUA e da UE dissiparam quantias colossais para pagarem a especulação no sistema financeiro mundial. O governo dos EUA gastou de uma só vez, para nacionalizar os prejuízos dos bancos, o equivalente à sua despesa com a guerra do Iraque. Essa intervenção não evita a recessão em 2009 nem o risco do domínio de novas crises bolsistas. Com efeito, esta **não é uma mera crise financeira, mas sim o fruto de um gigantesco processo de desvalorização do capital impulsionado por crises de sobreprodução e de escassez de procura efectiva.**

2.2. Desde a recessão de 1973-4, o capitalismo entrou numa longa fase de depressão, que exigiu uma reestruturação do capital e da sociedade. O liberalismo tem sido a ideologia e a política desta reestruturação.

Os primeiros objectivos desta política foram atingidos: a liberdade de circulação de capitais foi alcançada com os offshores e garantida por mecanismos de regulação dependentes do mercado; a precarização do trabalho enfraqueceu a contratação colectiva e os sindicatos. Assim, nos últimos dez anos, a taxa de lucro nas principais economias capitalistas recuperou lentamente.

A contradição desta ofensiva está no entanto patente quando se constata que o investimento directo na economia real se mantém a níveis medíocres. Há lucro, mas a acumulação de capital é a mais reduzida dos últimos 50 anos, seja porque uma parte do lucro foi asfixiada por rendas financeiras, seja porque as oportunidades de investimento oferecem ganhos limitados na óptica do capital.

TESE 3. A CRISE DE HEGEMONIA DO CAPITALISMO NORTE-AMERICANO

3.1. Os Estados Unidos, a economia dominante no mundo, tornaram-se o centro da espiral especulativa. O modelo económico da sua hegemonia baseia-se num elevado nível de consumo, financiado por crédito fácil, importações baratas (da China) e petróleo acessível (alianças e ocupações no Médio Oriente), mas sem capacidade de gerar poupança. Foi com endividamento que a economia cresceu. A consequência deste modelo tem sido um défice comercial gigantesco que tem levado à acumulação de dólares na China, no Japão e nos potentados árabes, os verdadeiros detentores da dívida pública norte-americana.

Assim, os EUA precisaram de atrair enormes massas de capital. Mas como o juro norte-americano é baixo, os capitais só afluíram porque a Bolsa se transformou no centro especulativo mundial. A confiança neste sistema foi garantida pelo poder militar e político dos EUA. É por isso que as guerras do virar do milénio têm sido as do petróleo e dos dólares.

As consequências deste modelo são evidentes:

:: Uma enorme concentração de riqueza para quem domina a especulação;

:: Uma gigantesca dívida pública, que é, em si mesmo, um inesgotável mercado mundial;

:: A euforia especulativa com a criação de produtos financeiros derivados que ocultam sucessivamente a fraude e os prejuízos.

A economia especulativa nos EUA é a primeira causadora da crise bolsista e revela que o capitalismo dominante tem bases frágeis. Sem uma ruptura clara com este modelo, a crise continuará a agravar-se.

3.2. Ao mesmo tempo que se afirma a crise da hegemonia económica de Washington, a UE é prisioneira das suas próprias contradições. Durante décadas, ela cresceu na base de um equilíbrio entre a construção de um mercado interno liberalizado e Estados-providência fortes. Este modelo nunca foi democrático, mas permitiu um crescimento sustentado durante

os 30 anos que se seguiram à IIª Guerra Mundial. Com o advento do liberalismo e a queda do Muro de Berlim, acelerou-se a mundialização das multinacionais, até então o principal motor do Mercado Interno.

A queda do Muro teve outra consequência: o alargamento da UE a leste tornou-se prioritário e tornou mais complexas as teias da decisão e dos alinhamentos políticos geo-estratégicos.

Na viragem do milénio, a criação do Euro assinala o último grande momento da construção europeia, com um preço social altíssimo, a partir do Pacto de Estabilidade e Crescimento, impondo reduções draconianas na despesa social e a abertura dos serviços públicos ao capital. A globalização do capitalismo com as políticas liberais fez crescer drasticamente a lista dos perdedores, os medos e as resistências, e a popularidade do projecto da UE caiu a pique.

Em vez de procurarem resolver os impasses através da democracia, fazendo dos cidadãos e dos povos os verdadeiros actores da construção europeia, as lideranças europeias escolheram o autoritarismo: a imposição de um Directório de grandes países como solução para os impasses na decisão e a negação aos povos do direito de se pronunciarem em referendo sobre o futuro da própria União.

O que hoje temos é uma Europa que é ainda o mais importante mercado mundial, que é estruturalmente incapaz de se reconciliar com os seus povos, de se refundar na base de um projecto de direitos sociais ou de praticar, na cena internacional, uma política independente das administrações norte-americanas.

A dimensão mundial da crise coloca a UE ante um desafio para o qual as suas actuais lideranças não têm resposta. Durante décadas, elas acreditaram nos milagres do seu próprio credo. Agora que é evidente o seu fracasso, a opção é dramática: ou a Europa se refunda numa base democrática e de direitos sociais, ou insiste no autoritarismo intensificando os sacrifícios sobre os mesmos de sempre.

Este será o grande debate das eleições europeias de 2009. O Bloco disputará essa batalha desenvolvendo o internacionalismo e o europeísmo de esquerda que o tem caracterizado.

3.3. Entretanto, outros poderes emergentes modificam o mapa-mundo. Na China surge um novo colosso económico. Outros poderes regionais emergentes, como o Brasil, a Índia e a África do Sul, ou que disputam posições anteriormente estabelecidas, como a Rússia, configuram alianças entre Estados e burguesias nacionais fortes.

A acentuação de disputas de hegemonia não cria apenas novas oportunidades num mundo inevitavelmente mais multipolar. Cria também novos riscos e novos problemas. A esquerda que defende a globalização solidária contra a globalização capitalista, só pode colocar a sua luta numa perspectiva europeia e internacionalista.

TESE 4. O LIBERALISMO AGRAVOU A CRISE EM PORTUGAL

4.1. Esta crise torna evidente a derrota ideológica do neoliberalismo e, ao mesmo tempo, o seu elevado preço social:

a) Durante anos, o dogma da austeridade foi imposto contra as políticas sociais, sob o pretexto de não haver recursos financeiros disponíveis. Em Portugal, a reforma Sócrates na Segurança Social diminuiu as pensões futuras. Agora, para salvar o capital dos accionistas, os governos decidem injeções massivas de dinheiro dos contribuintes.

Mas os portugueses já financiaram os lucros dos bancos, por via da duplicação do Euribor entre 2005 e 2008. O serviço da dívida das famílias passou a ser 68% do seu rendimento, mais 10% do que em 2005. O peso da dívida da habitação para quem tem até 500 euros mensais é de mais de metade do seu rendimento.

b) A financiarização das economias conduziu a uma bolha especulativa inédita na história. O dogma da liberdade de circulação de capitais produziu offshores, lavagem de dinheiro e mais especulação. O Bloco exige o fim dos offshores e a regulação financeira pelo Estado.

c) A UE e os governos nacionais têm promovido, com a "Estratégia de Lisboa", a criação de parcerias público-privadas e privatizações destruindo os sec-

tores públicos da economia. O resultado está à vista: os liberais, que exigiram sempre a privatização, clamam agora pelo intervencionismo estatal. Não exigiram aos accionistas que pagassem o prejuízo, antes pedem ao Estado a sua nacionalização.

4.2. A crise provou que é necessário mais investimento público de qualidade para responder à recessão, e que são necessárias políticas de justiça fiscal, como um imposto sobre as grandes fortunas e a tributação do capital. É a justiça fiscal que permite o combate prioritário à pobreza, em particular dos reformados.

Esta crise demonstrou ainda que a política de nacionalizações e de responsabilidade pública na economia, nas comunicações, nos transportes, no sistema financeiro, tal como o planeamento de recursos escassos para evitar a sua delapidação, são indispensáveis como resposta às dificuldades criadas pelo capitalismo real.

TESE 5. TODAS AS FORMAS DA EXPLORAÇÃO SE AGRAVAM

5.1. O liberalismo tem sido a voz do capitalismo para obter novas formas de acumulação de valor, através dos juros que absorvem as poupanças, da entrega ao privado de empresas públicas de monopólios naturais (electricidade, combustíveis, água, estradas, comunicações) e ainda de serviços essenciais (saúde) ou do preço da educação (com as propinas e a crise de financiamento do ensino superior). A degradação dos serviços públicos agrava ainda as assimetrias regionais que dividem o país.

O governo PS promoveu essas privatizações e benefícios fiscais para o capital rentista e transferiu o fardo dos impostos para os trabalhadores e consumidores.

5.2. Assim, o modo de exploração na sociedade capitalista torna-se cada vez mais sofisticado. Essa é uma realidade que desafia a esquerda. À exploração do trabalho, por via do trabalho não pago e transformado em lucro (e por via do aumento da idade

da reforma), acrescenta-se a exploração indirecta do salário, o trabalho que foi pago. Essa exploração impõe-se por via dos preços (ao consumidor), por via dos juros (ao trabalhador endividado) e ainda por via da especulação com os fundos de pensões (ao futuro reformado).

A força social do trabalho só se afirmará se for portadora de um projecto contra a exploração, em nome dos trabalhadores como dos contribuintes, das famílias endividadas e dos reformados. Esse é o projecto estratégico do Bloco de Esquerda.

TESE 6. O CENTRO DA ACÇÃO DO BLOCO É A LUTA POR SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

6.1. A luta dos professores demonstrou a centralidade da defesa dos serviços públicos de qualidade e a importância da luta pela escola pela igualdade e inclusão. Foi o maior movimento social contra a política do governo e polarizou o país. A sua vitória depende da aliança de todos quantos façam da escola e dos serviços públicos uma luta essencial.

6.2. O Bloco de Esquerda tem um centro da intervenção bem definido: é o desenvolvimento dos serviços públicos de que depende a democracia, na saúde, na educação, no acesso à água, à energia, às comunicações, à habitação, na protecção contra a extorsão financeira.

É a qualidade dos serviços públicos que define o progresso da vida das pessoas e a igualdade a que têm direito.

O Bloco convida todos os homens e mulheres de esquerda a uma convergência contra as políticas liberais e para o desenvolvimento da responsabilidade pública pelos bens essenciais da democracia.

CAPÍTULO 2. O ESPECTRO DA CRISE ASSOMBRA A SOCIEDADE

As Bolsas mundiais estão em queda desde 2007

e o crash de Outubro de 2008 foi a sua “queda do Muro de Berlim”, na expressão de Stiglitz. A explosão da bolha especulativa deixa a descoberto as operações financeiras fraudulentas que sustentaram a expansão do capital durante os últimos 30 anos.

A crise demonstra ainda a hipocrisia do discurso liberal que usou a austeridade para enriquecer os especuladores e que utilizou a redução do défice para destruir os serviços públicos, desmantelar a segurança social pública e promover o desemprego.

Esta é a hora de uma guerra social implacável do capital contra o trabalho e os direitos humanos. A esquerda socialista responde ao desafio do nosso tempo: analisar as características do capitalismo real para escolher uma estratégia clara que junte toda a força social e a aplique onde seja possível lutar e vencer.

TESE 7. A GUERRA INFINITA CONTINUA

7.1. Há quatro instrumentos de reorganização do capitalismo real:

:: A liberalização da economia, com o ataque às relações sociais baseadas em contratos colectivos e com a supremacia do capital para a precarização do trabalho.

:: A expansão do capital fictício e do crédito, para responder à sobreprodução.

:: A criação de um capital rentista moderno, com a posse de rendas do Estado.

:: A criação de um mercado incluindo os países de Leste e a China e gerando um exército industrial de reserva mundial, com concorrência entre trabalhadores e movimentos migratórios massivos.

Esta globalização proíbe a democracia nas decisões fundamentais. Combater essa ofensiva em nome da globalização democrática é o desafio que determina o futuro da esquerda.

7.2. A financiarização delirante da economia, através de bolhas especulativas, é o modo de ser do capitalismo rentista. O capital fictício assenta

em operações financeiras que multiplicam fraudes (vendas e revendas de activos sem valor), mas também toma como penhor tanto uma parte dos salários futuros dos trabalhadores (pelo endividamento), quanto uma parte dos seus direitos à reforma (com os fundos de pensões).

Assim, o capital não se desvanece nas crises bolistas sem vítimas: as pequenas poupanças atraídas pela Bolsa, os salários e pensões prejudicados pelas perdas financeiras ou pelos juros extorsionários. A universalização do capital fictício é uma forma perversa de dissolver as responsabilidades sociais dos Estados.

O Bloco desmonta os negócios que constituem o capitalismo rentista, acusa os seus beneficiários e sublinha a luta pela responsabilidade pública por todos os serviços essenciais, em particular a saúde, a educação, a energia, as comunicações. Só essa luta pode impor democracia contra o poder económico.

7.3. A acumulação de rendas tem uma importância nova na economia mundial. Essas rendas são extraídas da especulação, da posse de reservas de recursos naturais e ainda da corrupção. Uma parte importante desta acumulação é concentrada sob a autoridade de diversos governos e assim se constituem grandes reservas de capitais, que são os Fundos Soberanos: dos países árabes, da Rússia, da China, de Angola ou do Brasil, a partir das empresas públicas petrolíferas. A China virá a dominar estas reservas de capital, graças ao seu superáвите com os EUA.

Esses fundos prosseguem os seus próprios interesses de potências regionais no quadro da fragilização do domínio dos EUA e têm um papel importante na especulação. O fundo angolano, Sonangol, já é dominante no BCP e na energia.

A submissão destes fundos a regras anti-especulativas exige a transparência do seu controlo pela população. A denúncia da corrupção e do autoritarismo que suporta estes fundos é fundamental, e por isso a diferenciação em relação ao regime

angolano é tão importante para a esquerda portuguesa.

7.4. A guerra infinita traduziu-se também, nos EUA como na Europa, numa escalada de restrições securitárias e arbitrárias. A tortura, as prisões abusivas e julgamentos em tribunais militares sem direito a defesa, a vigilância a sindicatos e movimentos sociais, todas essas formas de intimidação social atingem os direitos democráticos.

7.5. A vulnerabilidade da hegemonia do Império e a sua derrota nas guerras do Iraque e do Afeganistão cria novos perigos, em particular no Médio Oriente, e estendendo a estratégia de tensão para os Balcãs, o Cáucaso e a Europa. As expectativas criadas pelo fim da presidência de Bush devem ser confrontadas com a exigência da luta: as modificações importantes na ordem política, económica e social internacional continuarão a depender da capacidade de mobilização e formação de opiniões públicas activas em escala internacional.

O Bloco continuará a defender uma política de paz no Médio Oriente e o reconhecimento do direito do povo palestino ao seu Estado, e exige a saída das tropas portuguesas do Afeganistão e de onde quer que integrem forças da NATO e de ocupação.

A globalização democrática opõe à guerra preventiva a prevenção da guerra e promove convergências de movimentos e plataformas que juntem forças contra o capitalismo real e as suas armas.

TESE 8. NÃO HÁ CAPITALISMO VERDE

8.1. O capitalismo tardio – um capitalismo industrial e financeiro em crise de financiarização, e um capitalismo rentista em ofensiva social – baseia-se num modelo insustentável.

A pegada ecológica da humanidade é já 31% mais elevada do que a capacidade para produzir recursos naturais: a Terra demora um ano e três meses a repor o que usamos num ano. Este modelo pode levar à liquidação das florestas, dos oceanos e das terras agrícolas. E tem consequências imediatas: a subida

vertiginosa dos preços alimentares em 2008 deve-se à especulação mas também ao uso de terras aráveis para os agrocombustíveis – encher um tanque de um jipe 4x4 consome tantas proteínas como uma pessoa por ano.

É por isso necessária uma ruptura com este sistema, para por cobro à sobreexploração dos recursos naturais e sobreprodução de resíduos.

8.2. As crises ambientais que defrontamos são cada vez mais graves. O risco das alterações climáticas, que o Bloco discutiu na sua última Convenção, é uma demonstração clara dessa natureza predadora. Desde então, a luta pela água e a escassez alimentar agravaram-se, havendo escassez dos recursos fundamentais em muitas regiões do planeta.

Nenhum capitalismo verde responde a esta crise universal. A mercantilização das emissões promove a sua continuação em níveis insuportáveis, em vez de orientar as economias para a democracia das escolhas sobre o modo de vida, que alterem os transportes, socializem os conhecimentos e promovam um mix de energias que seja sustentável, ao mesmo tempo que criem normas de conservação e de eficiência energética. A mercantilização da água promove igualmente a sua distribuição segundo critérios desumanos, apesar de ser o recurso escasso mais importante para a vida no planeta.

O Bloco de Esquerda propõe a nacionalização da energia e defende o sector público da água.

TESE 9. A CHINA É O CENTRO DA RECOMPOSIÇÃO DO CAPITALISMO MUNDIAL

9.1. A China é a economia de mercado que tem crescido mais depressa. Dentro de vinte anos poderá ser a maior economia do mundo e o seu mercado interno, com mais de mil milhões de consumidores, será certamente o maior. Esta tendência cria uma alteração histórica: nunca a economia hegemónica, os EUA, foi financiada por uma economia ascendente. Esta situação reforça o regime chinês, que tem demonstrado a sua autonomia e iniciativa em vários

confrontos com Washington.

A China, onde o comando e a propriedade estatal sobre a economia é o instrumento da acumulação de capital, torna-se um centro decisivo da recomposição do capitalismo. Uma grande parte da produção mundial de bens de consumo foi já transferida para a China, mas não a de bens de equipamento, de que continua a ser importadora. Enquanto os EUA e a Alemanha dominarem a produção de máquinas pesadas, a sua supremacia tecnológica perdurará.

A análise da integração da China no mercado mundial, a exploração dos seus trabalhadores e o desemprego que assim é gerado são questões decisivas que se colocam a toda a esquerda.

9.2. Esta integração no mercado mundial resulta na inclusão de centenas de milhões de trabalhadores, com salários baixos, no sistema de produção mercantil. A força de trabalho na China é de cerca de 800 milhões de pessoas, o dobro dos trabalhadores somados dos EUA, UE e Japão.

A exploração desta força de trabalho diminui o valor do trabalho no mundo. Daí a aposta do capitalismo mundial na continuidade do regime do PCC, porque impõe a exploração e proíbe as acções reivindicativas.

A característica particular da integração da China é a formação de uma burguesia nacional a partir do poder do Estado, com interesses próprios no mercado mundial e beneficiando da continuidade do regime do PCC.

No século XXI, a atitude perante o modelo chinês na exploração do trabalho e na destruição ambiental define a esquerda.

TESE 10. A EUROPA É MOVIDA PELA LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO INTERNO

10.1. Ao conspirarem, sob as presidências de Merkel e Sócrates, para evitarem qualquer referendo ao Tratado de Lisboa, os governantes europeus e a Comissão Barroso demonstraram como vêm a

União: não é unicamente uma Europa a várias velocidades entre nações e regiões, é também uma associação de poderes económicos e políticos hostil à democracia.

A refundação democrática e social da União Europeia é o centro do combate europeísta de esquerda contra as políticas e as instituições dominantes.

10.2. Esse autoritarismo tem um projecto social. A recente Directiva do Retorno e o Pacto de Sarkozy para a imigração, que prevêm a perseguição aos sem papéis, ou a Directiva que permite a flexibilização do trabalho até às 65 horas, demonstram o sentido social da governação europeia. O ataque aos direitos sociais, a flexigurança para os despedimentos, a pressão para privatizações e cortes orçamentais em serviços públicos são a verdadeira Constituição das UE.

Em resposta, as esquerdas europeias devem juntar-se em torno de políticas fortes de alternativa.

O Bloco de Esquerda continuará a luta contra o Tratado de Lisboa, exigindo referendos e defendendo um novo tratado que refunde a Europa com base nos direitos sociais e ambientais.

10.3. Ao longo dos últimos dois anos, a União continuou a sua parceria militar com Washington. Depois da promoção da guerra civil na ex-Jugoslávia, a maioria dos países da UE reconheceu a independência do Kosovo, apoiando assim um narco-protectorado dos EUA na região. No Cáucaso, Washington promove a aventura de tentar cercar a Rússia.

O regime de Putin e Medvedev é autoritário e a esquerda deve ser intransigente na defesa dos direitos humanos. Mas a Europa não precisa nem dos EUA nem da NATO para se defender e não tem qualquer interesse no regresso aos tempos da guerra-fria. O primeiro grande desafio militar que está colocado é o da instalação do sistema anti-míssil dos EUA na Polónia e na República Checa.

Em resposta a estas derivas, o Bloco defende o

fim da NATO e do sistema de mísseis norte-americanos na Europa.

TESE 11. A ESQUERDA E A CONSTRUÇÃO DO NOVO INTERNACIONALISMO

11.1. No Brasil, Venezuela, Bolívia, Uruguai, Equador e Paraguai foram eleitos governantes que se reclamam da esquerda e há hoje um novo quadro de luta social. Não se podem tomar estas realidades como um processo único: os governos e as forças políticas que dirigem estes processos são diferentes em tradições, políticas e expressão social, tendo alguns prosseguido políticas financeiras alinhadas com a estratégia do FMI (Brasil e Uruguai) e sido acusados de corrupção (Brasil), enquanto se desenvolvem políticas de protecção social mínima em contextos de grande pobreza (Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia), a nacionalização de alguns sectores da economia (Venezuela, Bolívia) e de recursos energéticos fundamentais, defendendo os direitos dos povos indígenas (Bolívia e Equador). Estes governos estão envolvidos em processos de concertação regional.

O Bloco de Esquerda tem como matriz fundacional a construção de uma nova esquerda, socialista e internacionalista, e rejeita as tradições alinhadas com os regimes da URSS ou da China, assim como recusa as tradições populistas. Os nossos parceiros não são os governos mas as forças da esquerda popular que actuam em nome da transformação social.

O Bloco toma posição clara contra a chantagem que quer apropriar-se do petróleo e do gás através de ameaças e do golpismo na Venezuela, Bolívia e Equador e apoia a cooperação latino-americana contra o império.

11.2. A social-democracia europeia construiu-se nos finais do século XIX como a representação política dos trabalhadores, e dela nasceram a maioria das correntes que ao longo do século XX definiram a

esquerda.

Nos tempos mais recentes, foi uma União de governos social-democratas que decretou o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Sob a forma da Terceira Via, o trabalhismo britânico dirigiu a ofensiva liberal na Europa e o alinhamento com Bush nas mais recentes guerras coloniais. Os governos dos PS europeus alinharam com esta estratégia económica, mesmo se alguns rejeitaram a política militar de Blair. Por outro lado, na Alemanha, constituiu-se um novo partido de esquerda, com um sector importante que rompeu com a social-democracia e com outras forças. Também em França está em curso um processo importante de recomposição.

Noutros países, onde a social-democracia era mais frágil eleitoralmente, foram constituídos governos de coligação que abrangeram partidos comunistas (em França nos anos 90 ou em Itália mais recentemente). Esses governos não representaram uma alternativa à política liberal e da direita, o que provocou derrotas graves.

11.3. Considerando a necessidade de afirmação política da esquerda, o Bloco de Esquerda proporá, após o ciclo eleitoral, a realização de um congresso das lutas anti-liberais, com movimentos sociais e partidos.

CAPÍTULO 3. PORTUGAL ESTÁ MAIS DESIGUAL

Com os últimos quatro anos temos um país mais desigual, mais tecnológico mas mais pobre, socialmente mais agressivo e mais inseguro no desemprego e na precariedade, onde a justiça é um privilégio e a corrupção e impunidade campeiam.

Para o Bloco, a estratégia é clara: para derrotar a desigualdade, é preciso construir uma esquerda popular para a luta com novas energias e movimentos sociais fortes. O Bloco de Esquerda crescerá nessa mobilização, na coerência das suas propostas e nos diálogos que respondam ao gigantesco embuste do liberalismo.

TESE 12. “FELIZMENTE, TEMOS SÓCRATES”, DIZ VAN ZELLER

12.1. A desigualdade cria o privilégio mas não é novidade. Ao longo dos anos, a burguesia portuguesa criou uma elite que governa, que singrou pelas administrações públicas, que migrou para o sector privado, que acumulou benesses e que é responsável pelo atraso. Depois de ter beneficiado da protecção da ditadura e, mais recentemente, da vingança contra o PREC, esta elite dominante impulsionou uma modernização conservadora e criou um regime social assente na exploração de trabalho barato e na precariedade.

Van Zeller, dirigente do patronato, resumiu o seu apreço pelo Código Laboral ao clamar que “felizmente, temos Sócrates”. Tem razão. O governo impôs o autoritarismo patronal como regra de lei.

O governo reduziu o valor do salário real, baixou as pensões com a aplicação do factor de “sustentabilidade” e promoveu assim o negócio das seguradoras. Ao mesmo tempo, criou novos mercados para o imobiliário (projectos megalómanos dos PIN no Alentejo e Algarve), para a saúde privada (parcerias público-privado em 4 hospitais e desagregação de serviços locais) e entregou monopólios públicos a sectores privados, através da privatização parcial da EDP e da GALP, e protegeu ainda os preços especulativos dos cartéis das gasolinhas e outros. Criou novas vantagens para os bancos e protegeu o BPN e as fortunas do BPP.

Mas é nas novas leis laborais que o governo Sócrates vai mais longe, aproximando o regime público e o privado com a norma da precarização. No Código Laboral, esse regime traduz-se na possibilidade de contrato não escrito até 2 meses de trabalho, de novas formas de precariedade, de um banco de horas podendo implicar até 60 horas semanais, não pagas como horas extraordinárias, do pagamento em espécie, dos despedimentos simplex, da caducidade dos contratos ou da imposição de contratos piores do que a lei geral. O Código anula o princípio constitucional do tratamento mais favorável da parte mais vulnerável, o trabalhador.

O Código do Trabalho é a razão do apoio patronal ao governo Sócrates.

12.2. A cooperação estratégica entre Cavaco Silva e o governo criou um bloco central entre Belém e S.Bento. Nas questões estratégicas essenciais, como a reforma da segurança social, o estatuto do trabalho na sociedade, o apoio do Estado aos empresários ou a política europeia, a consonância é completa entre os dois poderes.

Esta convergência provoca perdas de identidade no PSD, que elegeu sucessivos líderes até escolher a mais próxima de Cavaco Silva. Preso a esta ligação, o PSD torna-se um partido acessório na representação dos interesses económicos e sociais da classe dominante. No extremo da direita, o CDS regressa a um discurso populista e xenófobo contra os imigrantes e arrogante contra os pobres, jogando no sentimento de insegurança. No entanto, a sua passagem pelo governo e os sucessivos escândalos de favorecimento em que os seus ministros se envolveram afectam a sua capacidade de sobrevivência.

12.3. Para impor a sua política, o governo PS acentuou um controlo aparelhista sobre funções do Estado e sobre parte da comunicação social. Este Estado Rosa é o défice da democracia.

Em particular, o défice é grave na justiça. A justiça continua a ser um instituto de classe, excluindo uma parte da população de direitos efectivos e criando graves vulnerabilidades a agendas que não são as do respeito pela igualdade. **A falta de combate à corrupção, ao crime fiscal e ao branqueamento de capitais são exemplos desse défice democrático.**

12.4. Esta política de desigualdade tem tido um impacto profundo e negativo na evolução da estrutura social. O seu efeito tem sido empobrecer o trabalho e aumentar a insegurança social.

Nos anos 2006-2008, Portugal foi o único país da UE que congelou o salário real médio. Os funcionários públicos foram prejudicados perdendo 3,6% em quatro anos.

Mas é no emprego que os impactos da política

da desigualdade são mais importantes. Em 2008, os empregos precários são um em cada quatro, os trabalhos temporários são um em cada dez, os falsos recibos verdes são centenas de milhar. O desemprego real é cerca de 10% da população activa e o de longa duração é 51,2% do total. A cobertura por subsídio de desemprego baixou com Vieira da Silva de 72% em 2005 para 60% em 2008.

A esta política, o Bloco de Esquerda contrapõe a igualdade e a cidadania. Defende o combate a todas as formas de precariedade, falsos recibos verdes, trabalho temporário, intermitente e a prazo e exige uma política de emprego. Compromete os seus parlamentares com a proposta de revogação do Código do Trabalho e do da Administração Pública. **E mobiliza-se com a estratégia de juntar todos e todas pelos mínimos sociais: pela recuperação do valor real de salários e pensões, por um salário mínimo que proteja da pobreza, pelo alargamento da cobertura da protecção social no desemprego, por juros bonificados para os desempregados. O pleno emprego é objectivo da política socialista.**

TESE 13. A CLASSE DOMINANTE É A RAZÃO DO ATRASO

13.1. A burguesia portuguesa formou-se a partir de um processo fracassado de acumulação de capital que criou uma economia semi-dependente. A expansão colonial não deu origem a um Estado ou a uma burguesia mercantil com projecção internacional. Quando se desenvolveu a Revolução Industrial, a burguesia portuguesa não se tornou concorrente nos mercados europeus. Com o atraso de uma geração na industrialização e sem nunca ter imposto uma reforma agrária modernizadora, a classe dominante criou a ditadura de Salazar. No seu final, os grupos financeiros e industriais estavam dependentes do mercado protegido das colónias e do continente.

Foi por isso a partir das privatizações, desde os anos 80, que se reconstituíram e transformaram os actuais grupos financeiros portugueses, em parceria com o capital estrangeiro na banca (BPI, BES, BCP) e vivendo do Estado nas suas áreas mais importantes

de negócios (auto-estradas, saúde privada, energia). Outros grupos, como a Sonae, transferiram grande parte das suas operações da indústria para a distribuição e operações financeiras.

13.2. Os sectores dominantes da burguesia portuguesa são rentistas. Vivem do Estado, da especulação e de mercados monopolizados. A acumulação medíocre evidencia que estes lucros não são investidos e, pelo contrário, favorecem o desperdício e mais especulação.

A realidade do rentismo foi ilustrada claramente pela actuação dos administradores do BCP. Incapazes de realizarem os aumentos de capital de 1999 e 2000, envolveram-se num esquema de compra ilegal de acções próprias através de offshores, viciando as cotações para atrair capital e beneficiando pessoalmente de prémios de centenas de milhões de euros. No final de 2007, administradores que tinham presidido a este processo receberam indemnizações de cerca de 90 milhões de euros. O BPN revelou o mesmo padrão de actuação.

13.3. A dependência da classe dominante do Estado manifesta-se ainda pela estreita ligação entre os interesses económicos e políticos. As políticas florestais, com a passagem de governantes para as empresas de celulose, e a banca, com as administrações do PS e PSD, alargadas por vezes ao CDS, e sobretudo as obras públicas mostram como estas relações tentaculares se foram consolidando.

O exemplo da Lusoponte, parceria entre as principais construtoras (Mota-Engil, Somague, Teixeira Duarte), é uma demonstração destas relações. Tendo o Tribunal de Contas denunciado o contrato abusivo que determina o pagamento pelo triplo da Ponte Vasco da Gama e ainda a entrega da Ponte 25 Abril à empresa, verifica-se que vários ministros que negociaram a concessão foram nomeados administradores de empresas do consórcio.

13.4. É no imobiliário que se recicla parte do lucro das grandes obras como das aplicações especulativas. Por isso mesmo, **a esquerda socialista defende a apropriação pública das mais-valias criadas pela**

reclassificação das áreas rurais ou ecológicas e o fim do sistema dos PINs, em nome do combate à corrupção e especulação imobiliária.

CAPÍTULO 4. O BLOCO É A ESQUERDA DE CONFIANÇA PARA A LUTA SOCIAL E PARA A ALTERNATIVA POLÍTICA

Oposição de luta e de alternativa, o Bloco reforçou o compromisso com o desenvolvimento de novas formas de luta e movimentos sociais que trazem força ao movimento popular. Organizou mais aderentes e melhorou os instrumentos de informação, de debate e de formação. Criou um trabalho autárquico de representação das populações, com iniciativas locais de mais protagonistas e organizações concelhias.

O Bloco é hoje mais forte para responder à sua obrigação: constituir uma alternativa política para o país.

TESE 14. DEZ ANOS DO BLOCO DE ESQUERDA

14.1. O Bloco foi e será uma força de modernidade. Desde a sua fundação, há 10 anos, o Bloco reanimou o combate solidário pela igualdade, a busca de novos caminhos para a luta popular e do empenho militante na criação de movimentos sociais unificadores, de trabalhadores e de jovens. O Bloco abriu novos debates sobre o socialismo como anti-capitalismo e como democracia. Mobilizou a memória do movimento operário, na CUF ou no Arsenal. E fez parte de lutas que criam direitos, como no referendo vitorioso para o fim da punição das mulheres que abortam.

14.2. Ao longo dos quatro anos do Governo PS, o Bloco constituiu uma oposição popular que cumpriu.

Cumpriu a Marcha pelo Emprego e a Marcha contra a Precariedade, respondendo ao que é essencial.

Cumpriu o seu programa eleitoral e propôs uma reforma da segurança social que defende as pensões futuras. Cumpriu e opôs-se às Leis Laborais e defendeu a recuperação do valor dos salários. Cumpriu e conseguiu a paridade entre mulheres e homens. Cumpriu e abriu um novo capítulo do direito ao divórcio. Cumpriu e propôs o fim da discriminação dos homossexuais, como antes conseguira proteger melhor as mulheres da violência doméstica. Cumpriu e conseguiu novos direitos para os utentes dos serviços de saúde. Cumpriu o seu empenho numa política fiscal de justiça.

Durante estes anos de governo PS, o Bloco foi a mais coerente oposição de esquerda, nas propostas, na acção e na unidade.

TESE 15. AS LUTAS SOCIAIS CONTRA AS POLÍTICAS LIBERAIS

15.1. O peso do desemprego estrutural de longo prazo, da precarização das relações laborais e ainda da crise económica internacional ameaçaram a luta dos trabalhadores, quando esta era mais necessária. Apesar de o movimento sindical associar hoje um trabalhador em cada quatro, as manifestações da CGTP e depois das professoras e professores foram gigantescas demonstrações de capacidade de acção.

A aprovação do novo Código Laboral, com o apoio da UGT, constitui um recuo para os direitos sociais. Em 2009, é portanto preciso recuperar e acumular novas forças, conjugando as acções reivindicativas. Esse debate atravessa a CGTP, onde o espaço das correntes críticas tem sido atingido, mas onde também diversas opiniões se expressam sobre a acção da central como sobre as relações internacionais. Esses debates vão escolher os caminhos da luta.

O Bloco de Esquerda não tem para o movimento sindical a visão estratégica do controleirismo partidário, e entende que é preciso mais representatividade com pluralismo, mais sindicalização incluindo imigrantes, desempregados e precários, criando uma democracia de base, respeitando o direito de tendência, enraizando os sindicatos nas

empresas. O Bloco promove activamente essas políticas e tem um objectivo: apoiar a eleição de mais delegados e delegadas sindicais e de Comissões de Trabalhadores.

15.2. Os aderentes do Bloco de Esquerda empenham-se em movimentos que respondam às contradições sociais e que organizem a resposta dos sectores mais explorados, como os imigrantes e precários. Esses movimentos são abertos e procuram incluir todos quantos se reconheçam na necessidade de reunir os trabalhadores na base das suas razões.

Outros movimentos sociais, tão diversos como os dos professores e professoras pela escola pública, ou das populações afectadas pelas redes eléctricas de alta tensão, ou dos imigrantes, das comunidades LGBT, demonstram a importância destas formas associativas. São trabalhos de persistência, que criam confrontos importantes e em que o Bloco se empenha.

A resposta dos trabalhadores precários é difícil, dadas as condições de repressão que vivem. Com a acção de activistas da esquerda socialista, a realidade dos precários ganhou visibilidade e tornou-se parte do debate nacional. **Para o Bloco de Esquerda, a luta dos precários é um elemento estratégico da mobilização popular.**

TESE 16. AS TRANSFORMAÇÕES EM CURSO NA ESQUERDA POLÍTICA

16.1. O crescimento do Bloco de Esquerda é parte da recomposição em curso na esquerda política. A experiência das reformas liberais, impostas pela maioria absoluta do PS, bem como das dificuldades da vida dos trabalhadores, criou uma profunda vaga de descontentamento entre muitos homens e mulheres de esquerda, incluindo do PS.

Em algumas decisões fundamentais, como as leis laborais ou da segurança interna, ou a defesa do SNS e de outros direitos sociais, alguns deputados do PS manifestaram a sua oposição frontal. Manuel Alegre protagonizou iniciativas de diálogo aberto à esquerda.

Esta situação é nova. A quebra do tabu da incommunicabilidade entre diversas esquerdas é um sinal de grande importância. A busca de novos consensos para políticas concretas na defesa das responsabilidades públicas responde à derrocada do pensamento único neoliberal.

O Bloco rejeita terminantemente a acusação de que estes diálogos sirvam os interesses da política liberal. Pelo contrário, os diálogos com quem no PS combate a política liberal aumentam a responsabilidade pela apresentação de alternativas, enfraquecem a ofensiva do governo contra os direitos sociais e criam novas respostas.

O Bloco de Esquerda contribuirá para desenvolver estes diálogos, abertos a pessoas de todas as opiniões à esquerda, incluindo as que não têm partido e são parte de movimentos sociais.

16.2. Estas convergências pontuais e diálogos sobre novas gerações de políticas públicas são parte de uma mudança na esquerda. Indicam que tudo pode ser diferente, com a democracia activa em que a maioria dos trabalhadores tome a palavra. O **Bloco é uma força empenhada nessas mudanças e assim continuará**, com a consciência de que são necessárias transformações na disposição de forças, que dependem de novas fundações. A criação do Bloco foi o primeiro desses movimentos fundadores.

O Bloco de Esquerda empenha-se por isso nas propostas e plataformas que tragam nova reflexão e capacidade de acção na esquerda. A recomposição da esquerda, para a tornar mais forte e alternativa, impõe-se como necessidade nos próximos anos.

16.3. Ao longo destes quatro anos, entre o Bloco de Esquerda e o PCP houve muitos momentos de convergência parlamentar, na defesa de direitos sociais, da segurança social pública ou do referendo europeu, ou ainda na responsabilização dos governos pela passagem dos voos da CIA para Guantanamo. Na recusa do Código Laboral, essa convergência foi expressiva.

Em algumas áreas mantiveram-se divergências, como sobre a paridade entre homens e mulheres ou

o referendo do aborto. A vida resolveu estas questões, demonstrando que o referendo era indispensável para a vitória, como demonstra que não há igualdade sem paridade.

O BE regista igualmente as decisões do Congresso do PCP que fecham a porta a entendimentos unitários para a luta necessária. Mas **o Bloco, que mantém o debate claro sobre as diferenças quanto aos modelos sociais e à estratégia, insistirá na mesma atitude de diálogo, valorizando sempre a convergência prática e recusando tudo o que atrase ou prejudique os caminhos da unidade na acção.**

TESE 17. O BLOCO DE ESQUERDA EM CAMPANHA

17.1. A esquerda é movimento e alternativa ou não é nada. Uma esquerda que se propõe dirigir o país precisa de conjugar a história, a experiência, a dedicação e a coragem de muitos milhares de activistas. Essa alternativa só se pode construir através da sua expressão em movimentos sociais e em acção colectiva com coerência programática.

A organização é portanto uma questão de política, de programa e de acção. O Bloco precisa de ter muitos mais protagonistas da luta social e de mais capacidade de acção em movimentos, através dos seus eleitos, através dos colectivos concelhios e distritais e da intervenção juvenil.

Para responder à necessidade de formação e debate político, foram criados um fórum anual (Socialismo 2007 e 2008) e formas novas de debate (a revista Vírus).

O sucesso do Congresso Marx, organizado por diversas instituições, é de salientar.

17.2. O Bloco decidiu disputar a comunicação pública. O portal esquerda.net é exemplo dessa escolha e de uma contra-ofensiva ideológica contra o pensamento único.

Criando meios de comunicação, o Bloco responde à ideologia dominante e a uma discriminação grosseira pela comunicação social. Mas procura

muito mais: quer comunicar ideias fortes a muitos milhares de pessoas e transformá-las em protagonistas da notícia, através de todos os meios disponíveis na internet.

17.3. Na preparação do ciclo eleitoral, a elaboração de um programa de alternativas é fundamental. Esse programa deve ter como centro as políticas de igualdade. Exige por isso a mobilização do conhecimento e da luta social e a abertura a ideias diferentes.

O programa eleitoral do Bloco de Esquerda será elaborado através de um debate na internet, estimulando a participação de militantes, de activistas de movimentos, de especialistas e de homens e mulheres de esquerda de diversas opiniões. Nunca nenhum partido em Portugal promoveu um processo de discussão aberta deste tipo. O Bloco fá-lo-á.

17.4. A intervenção autárquica do Bloco responde à representação das populações em todo o território e procura combater as desigualdades que se expressam na exclusão do interior. Em 2009, o BE precisa de reforçar este trabalho, com mais organização de base e mais agenda local.

Para isso, o Bloco responde com clareza ao debate da regionalização, defendendo o **princípio da regionalização com democracia, para a coordenação de escolhas e políticas regionais.**

17.5. O acordo entre a aliança "Lisboa é Gente" e o PS foi estabelecido em condições de desagregação da autarquia. Esse acordo previa medidas concretas em seis pontos fundamentais, incluindo o combate à corrupção, novas regras de planeamento urbano e políticas sociais e ambientais.

Durante o mandato, o BE conseguiu a integração dos trabalhadores precários. Mas constata que pontos essenciais do acordo não foram e deviam estar a ser cumpridos. Por outro lado, consumou-se o abandono pelo vereador Sá Fernandes do seu programa eleitoral e a sua assimilação prática ao PS, pelo que o Bloco deu essa aliança por terminada.

O Bloco decide que nas eleições de 2009 não haverá lugar a um acordo como o que foi estabelecido em Lisboa em 2007.

17.6. O Bloco de Esquerda fixa os seguintes objectivos políticos para as campanhas eleitorais:

:: A apresentação do programa da esquerda socialista, demonstrando como deve o país ser governado com uma política de esquerda, em alternativa à do PS.

:: A apresentação de candidaturas coerentes com essa alternativa.

:: Os candidatos e candidatas afirmarão o seu compromisso com o programa, de cuja elaboração fazem parte.

:: Nas eleições europeias, em Junho de 2009, o Bloco afirmar-se-á contra a política e o governo da União, tendo como objectivo reforçar a sua presença europeia.

:: Nas eleições legislativas, o BE procurará ampliar a sua representação e retirar a maioria absoluta ao PS.

:: Nas Autarquias, o BE quer aumentar o número de eleitos, apresentando programas locais de uma campanha nacional. O Bloco apresentará as suas próprias candidaturas e não fará coligações com outros partidos. Nos casos em que movimentos independentes com expressão local tornem possível uma convergência que alargue o campo da esquerda da luta social, o Bloco estará disponível para essa convergência.

:: Os eleitos do BE só aceitarão responsabilidades em executivos locais quando tiverem autonomia para aplicar o seu programa e a conjugação de forças for representativa e sem exclusões na esquadra.

17.7. A continuidade das políticas que criaram desemprego, precariedade e pobreza é o projecto do PS para 2009, quer para isso tenha maioria absoluta, quer recorra ao bloco central. Nas opções económicas e sociais e de regime é já o bloco central que nos governa. Quebrar a maioria absoluta e combater a política do bloco central é a estratégia da esquerda socialista.

O Bloco enfrentará o próximo governo, no parla-

mento e na luta social, apresentando as propostas que são o seu programa. O Bloco de Esquerda será coerente como sempre foi, porque o mandato popular que recebe é o da sua política de justiça social. Por isso, não participará em governo com o PS, porque os programas são contraditórios. Nem aceitará nenhuma colaboração com um governo, do PS ou do bloco central, porque quatro anos de Governo Sócrates demonstraram que essas políticas têm que ser vencidas.

O Bloco de Esquerda empenha-se na vitória, com a sua actividade social reforçada, o seu crescimento eleitoral e a sua capacidade de diálogo aberto ao movimento e à diferença. O futuro da esquerda define-se em toda a luta socialista.

O Bloco completa dez anos. Têm sido tempos intensos de refundação da esquerda e de constituição de novas alternativas. Durante estes anos, o Bloco trouxe nova força à esquerda e modificou o mapa da política. O Bloco tem sido energia e imaginação. Mas tem sobretudo sido o empenho militante dos seus activistas onde há dificuldades, insegurança social, riscos e ameaças contra o trabalho, opressões que perduram.

Com renovada determinação, o Bloco enfrenta a exigência de resposta à nova crise dentro da crise antiga.

O Bloco é e será a esquerda de confiança.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO A "TODA A LUTA DA ESQUERDA SOCIALISTA PARA 2009"

Francisco Louçã,
Luís Fazenda,
Ana Drago,
Fernando Rosas
Miguel Portas,
Helena Pinto,
Pedro Soares,
João Semedo,
Jorge Costa,
Cecília Honório,
José Gusmão,
Andrea Peniche.

Nuno Pereira Moniz - (Açores/Horta)
Lúcia Arruda - (Açores/SMiguel)
Zuraida Soares - (Açores/SMiguel)
Joaquim Dias - (Aveiro)
Amadeu Oliveira - (Aveiro)
Carlos Miguel - (Aveiro)
Hugo Silva - (Aveiro)
Carlos Pais - (Aveiro)
Raquel Vidinha - (Aveiro)
Pedro Vidinha - (Aveiro)
Victor Solteiro - (Aveiro)
José Carlos Lopes - (Aveiro)
Sérgio Carvalho - (Aveiro)
Sérgio Silva - (Aveiro)
Rui Machango - (Aveiro)
Guida Ascensão - (Aveiro)
Joaquim Falé - (Aveiro)
Pedro Filipe Soares - (Aveiro)
Catarina Gomes - (Aveiro)

Ivar Corceiro - (Aveiro)
Joana Dias - (Aveiro)
Luís Mariano Guimarães - (Aveiro)
Nelson Peralta - (Aveiro)
Rui Maio - (Aveiro)
Diogo Silva Barbosa - (Aveiro)
Eva Braga - (Aveiro)
Hugo Meireles - (Aveiro)
Helena Oliveira - (Aveiro)
Belmira Ferreira - (Aveiro)
Púria Esfandiari - (Aveiro)
Daniel André Monteiro - (Aveiro)
Guida Ascensão - (Beja)
Joaquim Falé - (Beja)
António Guerreiro (Bia) - Beja)
Alberto Matos - (Beja)
Adelino Coelho - (Beja)
Constantino Piçarra - (Beja)
Jorge Gonçalves - (Braga)
Ricardo Pinheiro - (Braga)
José Maria Cardoso - (Braga)
Adriano Campos - (Braga)
Paula Nogueira - (Braga)
António Cruz Mendes - (Braga)
António Meireles Lima - (Braga)
António Sarmento - (Braga)
Armando Góis - (Braga)
Carlos Teles - (Braga)
Custódio Braga - (Braga)
Gaspar Cerqueira Silva - (Braga)
Helena Órfão - (Braga)
Henrique da Cunha Vilela - (Braga)

José António Diniz Pinto - (Braga)
José Gonçalves da Silva - (Braga)
Luís Marado - (Braga)
Pedro Mendes - (Braga)
Rafael Ferreira - (Braga)
Sérgio Cunha - (Braga)
Mário Marques - (Braga)
Adelino Mota - (Braga)
Ana Rute Marcelino - (Braga)
Carlos Pereira - (Braga)
Hélder Pereira - (Braga)
José Luís Araújo - (Braga)
Luís Serguilha - (Braga)
Marcelo Oliveira - (Braga)
Bruno Lopes - (Braga)
João Ferreira - (Braga)
Frederico Pinheiro - (Braga)
João Ricardo Pinheiro - (Braga)
Joaquim Teixeira - (Braga)
João Oliveira - (Braga)
José Vaz - (Braga)
Ana Bárbara Pedrosa - (Braga)
Dino Gomes - (Bragança)
Luís Vale - (Bragança)
Nuno Nascimento - (Bragança)
Rui Bordalo - (Bragança)
Bruno Pereira - (Castelo Branco)
Tiago Moura - (Castelo Branco)
Ana Monteiro - (Castelo Branco)
José Guerra - (Castelo Branco)
José Serra dos Reis - (Castelo Branco)
Fernando Ferreira - (Castelo Branco)

Aires Coreia Ventura - Coimbra)
Artur Miguel Dias - Coimbra)
António Marinho Silva - (Coimbra)
António José André - (Coimbra)
Celeste Maria Simões - (Coimbra)
Catarina Martins - (Coimbra)
Ernesto Nunes - (Coimbra)
Cláudio Nunes - (Coimbra)
Hugo Dias - (Coimbra)
João Paulo Tomé - (Coimbra)
Jorge Manuel Martinho - (Coimbra)
João Carlos Manso - (Coimbra)
Joaquim Machado - (Coimbra)
José Manuel Reis - (Coimbra)
José João Lucas - (Coimbra)
José Manuel Pureza - (Coimbra)
Júlia Ramos Correia - (Coimbra)
Marisa Matias - (Coimbra)
Maria de Lurdes Sá - (Coimbra)
Teresa Cunha - (Coimbra)
Natércia Coimbra - (Coimbra)
Sandra Martins Silva - (Coimbra)
Rui Curado Silva - (Coimbra)
Nelson Fraga - (Coimbra)
Serafim Duarte - (Coimbra)
Fernando Costa - (Évora)
Bernardino José Rodrigues Guia (Faro)
Fernando Duarte Silva Gregório - (Faro)
Luís Costa - (Faro)
Luís Fernandes da Costa - (Faro)
Mária Luísa Penisga González - (Faro)
Paulo José Feliz de Oliveira - (Faro)

Pedro Miguel Sousa D. Mota - (Faro)	Marco Marques (Lisboa)	Fernando Martins Marques - (Porto)	Cândida Esteves (Setúbal)
Simeão Leonor Quedas - (Faro)	Maria José Vitorino (Lisboa)	Fernando Paiva - (Porto)	Helena Nunes (Setúbal)
João Manuel Vasconcelos - (Faro)	Maria Tengarrinha (Lisboa)	Francisco António da Silva - (Porto)	Helena Oliveira (Setúbal)
Vítor Ruivo - (Faro)	Mariana Carneiro - (Lisboa)	Hugo Cardoso da Silva - (Porto)	Henrique Pires (Setúbal)
Jorge Noutel - (Guarda)	Mário Tomé - (Lisboa)	Jaime Alves Pereira - (Porto)	Jorge Gonçalves (Setúbal)
Fernando Rocha - (Leiria)	Margarida Santos - (Lisboa)	João Teixeira Lopes - (Porto)	Luís Filipe Pereira (Setúbal)
José Peixoto - (Leiria)	Miguel Reis - (Lisboa)	Joaquim Manuel Peres Viana (Porto)	Manuel Braga (Setúbal)
Vitorino Vieira Pereira - (Leiria)	Mónica Frechaut - (Lisboa)	Jorge Manuel Alves de Sousa (Porto)	Manuela Tavares (Setúbal)
Amândio Fernandes - (Leiria)	Paulo Jorge Vieira - (Lisboa)	José Carlos Ribeiro Gonçalves - (Porto)	Pedro Oliveira - (Setúbal)
António Fonseca Gomes - (Leiria)	Paulo Sousa e Castro - (Lisboa)	José Machado de Castro - (Porto)	Pedro Pombeiro - (Setúbal)
Fábio Salgado - (Leiria)	Pedro Sales - (Lisboa)	José Oliveira - (Porto)	Pedro Reis - (Setúbal)
Telma Ferreira - (Leiria)	Raul Teixeira - (Lisboa)	José Soeiro - (Porto)	Teresa Sales - (Setúbal)
Albertina Pena - Lisboa	Rita Calvário - (Lisboa)	Luís da Silva - (Porto)	Alberto Cruz - (Setúbal)
Ana Sofia Cortes - (Lisboa)	Rita Gorgulho - (Lisboa)	Manuel Carneiro de Miranda - (Porto)	Mário Durval - (Setúbal)
Vítor Brilhante - (Lisboa)	Rita Silva - (Lisboa)	Conceição Nogueira - (Porto)	Adalberto Carrilho - (Setúbal)
Aníbal Ramos - (Lisboa)	Rosa Félix - Lisboa	Maria de Lurdes Domingues - (Porto)	António Chora - (Setúbal)
Orlando Guerreiro Almeida - (Lisboa)	Rodrigo Rivera - (Lisboa)	Maria João de Matos Macedo - (Porto)	Carlos Cardoso - (Setúbal)
Alistair Grant - (Lisboa)	Rogério Moreira - (Lisboa)	Maria José Espinheira - (Porto)	Daniel Bernardino - (Setúbal)
Berta Alves - (Lisboa)	Rui Borges - (Lisboa)	Marília Silva Fernandes - (Porto)	Eduardo Rocha - (Setúbal)
Luís Castro - (Lisboa)	Sérgio Vitorino - (Lisboa)	Joaquim dos Santos Pinho - (Porto)	Fernando Sequeira - (Setúbal)
Floralval Cordeiro - (Lisboa)	Tiago Ivo Cruz - (Lisboa)	Moisés Ferreira - (Porto)	Joaquim Raminhos - (Setúbal)
Helena Coelho - (Lisboa)	Vítor Machado - (Lisboa)	Joel Pontes de Oliveira - (Porto)	Manuel Martins - (Setúbal)
João Azevedo - (Lisboa)	Vítor Castro - (Lisboa)	Paula Sequeiros - (Porto)	Vítor Fernando Barros - (Setúbal)
José Luís Pissarro - (Lisboa)	Paulo Jorge Vieira - (Lisboa)	Paulo Teles de Lemos e Silva - (Porto)	Cipriano Pisco - (Setúbal)
Teresa Leitão - (Lisboa)	Ricardo Robles - (Lisboa)	Ricardo Lafuente - (Porto)	Ricardo Caçõila - (Setúbal)
Tiago Brito Andrade Vicente - (Lisboa)	Ana Sofia Roque - (Lisboa)	Paulo Renato Cardoso Ricardo - (Porto)	Carlos Guinote - (Setúbal)
Tiago Vicente - (Lisboa)	Ansumane Mané (Braima) - (Lisboa)	Pedro Ramajal - (Porto)	Maria Eduarda Costa Faria - (Setúbal)
Ana Bastos - (Lisboa)	António José - (Lisboa)	Renato Soeiro - (Porto)	Mariana Aiveca - (Setúbal)
Adriana Lopera - (Lisboa)	Clara Coelho - (Lisboa)	Ricardo Salabert - (Porto)	Vítor Gonçalves Cabrita - (Setúbal)
Ana Campos - (Lisboa)	José Falcão - (Lisboa)	Ricardo Sequeiros Coelho - (Porto)	João Afonso - (Setúbal)
Ana Cansado - (Lisboa)	Manuel Gago - (Lisboa)	Sandra Cristina A. Carvalho - (Porto)	Almerinda Bento - (Setúbal)
António Lage - (Lisboa)	Rui Maia - (Lisboa)	Vítor Manuel Mendes Pires - (Porto)	Luísa Teixeira - (Setúbal)
Armand Muñoz - (Lisboa)	Tiago Gillot - (Lisboa)	David José Borges da Costa - (Porto)	Roberto Robles - (Setúbal)
Bruno Maia - (Lisboa)	Victor Franco - (Lisboa)	Rui Nóvoa - (Porto)	Vítor Cavalinhos - (Setúbal)
Carlos Miguel Vilar Patrão - (Lisboa)	Vítor Edmundo - (Lisboa)	Francisco Magalhães Silva - (Porto)	Carlos Macedo - (Setúbal)
Cláudia Oliveira - (Lisboa)	João Curvelo - (Lisboa)	José de Magalhães Inácio - (Porto)	Henrique Guerreiro - (Setúbal)
Carlos Santos - (Lisboa)	Elsa Marques dos Santos - (Lisboa)	Silvestre Gomes Pereira - (Porto)	Assunção Duque - (Setúbal)
Carlos Solposto - (Lisboa)	Alexandre Abaladas - (Lisboa)	Francisco Amorim Baptista - (Porto)	Francisco Roque - (Setúbal)
Carlos Sousa - (Lisboa)	Ricardo Pereira - (Lisboa)	Ernesto Miguel Pereira Pinto - (Porto)	João Madeira - (Setúbal)
Cármen Hilário - (Lisboa)	Fernando Figueira - (Lisboa)	Angelina Viagem - (Porto)	Jorge Santana - (Setúbal)
Catarina Príncipe - (Lisboa)	Isabel Duarte - (Lisboa)	José Miranda da Silva - (Porto)	Ricardo Barata - (Setúbal)
Daniel Oliveira - (Lisboa)	Filipa Gonçalves - (Lisboa)	Artur Ribeiro de Carvalho - (Porto)	Tília Alves da Silva - (Setúbal)
Dina Nunes - (Lisboa)	André Beja - (Lisboa)	Alberto de Sousa e Silva - (Porto)	António Manuel Antas Moreira - (Viana do Castelo)
Gustavo Behr - (Lisboa)	Fernando Baeta Neves - (Lisboa)	Jorge Magalhães (Porto)	Francisco Ribeiro Vaz - (Viana do Castelo)
Heitor Sousa - (Lisboa)	Paulo Martins - (Madeira)	Bruno Góis (Santarém)	Luís Filipe Oliveira Louro - (Viana do Castelo)
Helena Figueiredo - (Lisboa)	Rodrigo Trancoso - (Madeira)	Fátima Figueiredo (Santarém)	Manuel Sá Mota - (Viana do Castelo)
Hugo Evangelista - (Lisboa)	Fernando Letra - (Madeira)	José Carreira (Santarém)	Maria Hermínia Silva Esteves - (Viana do Castelo)
Humberto Andrade - (Lisboa)	Roberto Almada - (Madeira)	Manuel António (Santarém)	Rui Rodrigues Marques - (Viana do Castelo)
Idalino de Oliveira Moura - (Lisboa)	Luís Pedras - (Portalegre)	Carlos Matias (Santarém)	Adriana Meireles Sousa - (Vila Real)
Joana Mortágua - (Lisboa)	Paulo Cardoso - (Portalegre)	Luís Gomes (Santarém)	Ana Morgado - (Vila Real)
João Almeida - (Lisboa)	José Maria - (Portalegre)	António Gomes (Santarém)	Filipe Rolão - (Vila Real)
João Bau - (Lisboa)	Alda Macedo - (Porto)	Albérico Afonso (Setúbal)	Rui Cortes - (Vila Real)
João Pacheco Machado - (Lisboa)	Fátima Grácio - (Porto)	Alice Brito (Setúbal)	Lia Raquel Dias - (Vila Real)
João Rodrigues - (Lisboa)	Ana Luísa Amaral - (Porto)	Álvaro Arranja (Setúbal)	Carlos Gomes - (Vila Real)
João Romão - (Lisboa)	Alda Sousa - (Porto)	Fernando Pinho (Setúbal)	Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues - (Viseu)
José Casimiro - (Lisboa)	Amélia M. Pereira - (Porto)	Jaime Pinho (Setúbal)	Graça Pinto - (Viseu)
José Esperto - (Lisboa)	António Alcino Norte Simões - (Porto)	José Luís Pereira Santos Gonçalves Neto (Setúbal)	Jorge Carneiro - (Viseu)
Luís Branco - (Lisboa)	António da Silva Gonçalves - (Porto)	Leonardo Silva (Setúbal)	José Carlos Costa Vasconcelos - (Viseu)
Luís Leiria - (Lisboa)	António Joaquim Soares Luz - (Porto)	Manuel Reis (Setúbal)	Marco Mendonça - (Viseu)
Mamadou Ba - (Lisboa)	Baltasar Fernando Duarte - (Porto)	Maria Valentina Loução (Setúbal)	
Ana Palma - (Lisboa)	Carlos Menezes Machado - (Porto)	Rogério Miranda (Setúbal)	
Joana Amaral Dias - (Lisboa)	Eduardo Pereira - (Porto)	Teresa Bonito (Setúbal)	
Vítor Castro - (Lisboa)	Eliseu Filipe Pinto Lopes - (Porto)	Ana Lúcia (Setúbal)	
Hugo Evangelista - (Lisboa)	Eurico Carvalho - (Porto)	Ana Sartóris (Setúbal)	
Manuel Grilo (Lisboa)	Fernando Oliveira Queiroz - (Porto)		

MOÇÃO B

CONSTRUINDO A DEMOCRACIA DE BASE POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA

lista.b@bloco.org

1. DIZ QUE É UMA ESPÉCIE DE MOÇÃO

Para o melhor (e o pior) mantêm-se em grande parte actuais todas as questões político-ideológicas suscitadas no contexto das propostas de Moção de Orientação Política apresentadas à V Convenção Nacional do Bloco de Esquerda que seriam divulgadas e conhecidas como “Moção B” e “Moção D”. Para o melhor – porque o tempo se encarregou de validar algumas das suas propostas objectivas – e para o pior – porque a sua justeza justificariam, como o tempo ajuizou, uma reflexão mais cuidada.

Por isso, reafirmamos uma das ideias originais – “O Bloco por uma maioria social de esquerda” – e reassumimos os eixos políticos centrais das moções B e D de 2007: o Bloco de Esquerda só pode continuar fiel ao compromisso de exigência e de luta por uma política de esquerda que enfrente a injustiça social, o desemprego e todas as discriminações e/ou formas de discriminação. Por isso também – conscientes do papel solitário que nos cabe – acrescentámos-lhe um subtítulo/subtema: “Diz que é uma espécie de moção”. Apenas e só porque temos andado arredios da irreverência que fazia da luta do Bloco uma inovação e, concomitantemente, um modo bem arejado e salutar de estar e viver a política.

Tal como em 1999 – provavelmente, desde que há Liberdade em Portugal – uma Esquerda forte, popular, democrática e pluralista continua a ser vital para responder aos sinais de crise que a sociedade portuguesa vive (e vê agravados em cada novo ciclo político). O Bloco, que integra essa esquerda, só tem de lutar pela maioria social, organizar-se enquanto movimento, programar e preparar substantivamente as suas acções político-partidárias, empenhar-se e participar sem complexos nos movimentos sociais. Em suma: contribuir para que a esquerda, na sua pluralidade e diversidade, possa, finalmente, assumir o papel adiado desde 25 de Abril de 1974.

A VI Convenção do Bloco de Esquerda tem uma finalidade fulcral: armar o Bloco, no seu conjunto, para enfrentar uma situação política, económica e social adversa, tanto do ponto de vista internacional, como nacional, num contexto de enorme imprevisibilidade financeira, e cumulativamente, num muito difícil ciclo de três eleições sucessivas: europeias, legislativas e locais.

Olhando para o trajecto percorrido nestes últimos nove anos, e ao projectar o que é, neste momento, possível antecipar, o Bloco de Esquerda percebe que terá de caminhar no sulco original, prosseguir e avançar numa intervenção de carácter institucional e, em simultâneo, desenvolver um trabalho político perseverante ao nível de todos os movimentos sociais com clareza programática – rejeitando todas as formas de acordos eleitorais, expressos ou sub-reptícios, com outras forças políticas e clarificando, até ao limite, a proposta da maioria social de esquerda como forma de ultrapassar a crise.

Muito para além da representação e dos jogos do poder instituído no aparelho de Estado, a maioria social de esquerda constrói-se no dia-a-dia, lentamente mas em permanência, batalhando pelas diferentes gerações de direitos humanos, da ecologia à luta pela paz, contra a fome, contra as novas formas de escravatura e, ainda e sempre, pelos direitos cívicos. O desafio mais importante de todos para a esquerda neste início de século determina a ruptura clara com os métodos tradicionais de intervenção política, desde logo para desmascarar as

correntes social-democratas que apenas gerem as sucessivas crises do capitalismo, sem nunca estabelecerem pontos de fractura, e que se servem dos trabalhadores e que se lambuzam à sua custa.

A conquista da maioria social afirma-se constantemente com alternativas reais e objectivas às medidas neoliberais que, em simultâneo, darão consistência à massa crítica social para desenvolver dinâmicas ajustadas aos novos tempos e à realidade concreta que se for oferecendo. Sem pretensões de hegemonização, de controlo ou de vanguardismos ultrapassados, o Bloco de Esquerda deve procurar a influência no carácter e na concepção dos confrontos sociais. Uma participação regular em todas as frentes de luta populares, mesmo naquelas que aparentemente não apresentam grande relevância, dando-lhes perspectivas políticas globalizadoras, é condição fundamental para se ir criando maiorias susceptíveis de proporcionar avanços sociais, a que a intervenção institucional (nas autarquias, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu) só terá de dar ressonância e audição pública.

Se a este verdadeiro trabalho da formiga se juntar o enriquecimento teórico permanente e o debate frequente entre activistas, a intervenção quotidiana ganha sentido, substância e um horizonte tangível: a maioria social de esquerda.

O caminho do Bloco de Esquerda não é nem pode ser feito de arranjos de bastidores: é a sua natureza que o dita. O caminho da maioria social de esquerda (e, inclusive, da Esquerda Socialista de que todos nos reclamamos) será definido pela sua própria agenda; e o Bloco de Esquerda caminha, só pode caminhar, pelas suas próprias pernas, sem se deixar pear pelas regras e aritméticas parlamentares, ou outras.

E com todos os que lá estão a poderem escolher os sulcos de um querer comum, em diálogo aberto e amplamente democrático.

2. O “FLOP” DA ECONOMIA DE CASINO

A situação política internacional impôs-se, mais do que nunca em 2008, com uma crescente impor-

tância, tal como se afirmaram as chamadas potências económicas emergentes. O "flop" da Economia de Casino, que nos é apresentado como um acidente que os povos têm de pagar para continuar a desenvolver-se, é a melhor demonstração de que a palavra de ordem dos 1960 "socialismo ou barbárie" mantém-se correcta.

A lição que já conhecíamos, mas que é agora ainda mais evidente, é que os economistas, bolsistas e outros especialistas não prevêem nada, nem sequer para o dia seguinte: no início de 2008 afirmavam que o petróleo não voltaria abaixo dos 100 dólares, mas à beira do final do ano ele aí está a descer; no final de 2007, as nacionalizações eram sinónimo de Esquerdismo e, agora, assistimos a uma espécie de corrida à nacionalização dos prejuízos dos bancos...

Apesar do descalabro tantas vezes anunciado, em Portugal, como no resto do chamado mundo civilizado, os governantes têm encontrado o dinheiro que tanta falta tem feito para acabar com o desemprego e a precariedade e minorar as crises sociais. Mas é para o bolso dos exploradores que o destinam!

Não possuímos informação super-estrutural que nos permita contrariar as falácias dos detentores do poder, mas a análise que fazemos coincide com as análises que têm sido avançadas pela direcção bloquista, neste particular. Por isso, **sublinhamos apenas que, afinal, o gigante dos EUA também tem pés de barro, que estão ser estilhaçados pelos gigantezinhos asiáticos e que, através dessa contradição, se desenha nova partilha do Mundo.**

3. DEVAGAR QUE TEMOS PRESSA

Que consequências tem a estratificação social na quebra do sentimento de pertença que a organização industrial inculca no proletariado? E hoje, cumulativamente, o vínculo precário, a desestruturação classista e o bombardeamento cultural/consumista – será que ainda temos na Europa um "proletariado" receptivo à ideia "Nada a perder, lutar pelo Socialismo"?

A capacidade do sistema reabsorver as lutas conjunturais e balizá-las num enquadramento reformador dentro do sistema é sinal de que uma fase pré-transformadora radical se avizinha? Serão estes esforços desespero dos poderosos em "fim de linha"? Conseguiremos acumular experiências de enfrentamento quantitativamente cada vez mais alargadas de modo a despoletarem a mudança qualitativa? Ou, ao contrário, o sistema está ainda muito enraizado e, apesar dos abanões conjunturais, e até com a sua ajuda rejuvenescedora, ainda está para "lavar e durar"?

Reconhecemos a utilidade de procurar entendimentos e convergências ocasionais com outras áreas e outras forças políticas de Esquerda. Podemos e devemos convergir em situações concretas, iniciativas ou temáticas concretas, abrangentes, sejam as reivindicações dos trabalhadores, sejam situações concretas dentro das empresas. Todavia, queremos afirmar que, em nossa opinião, a grande prioridade que o Bloco de Esquerda tem de concretizar é um trabalho de persistência, sem calendário eleitoral, capaz de interagir com os cidadãos e as cidadãs.

A prioridade tem de ser para mostrar aos que vêem a política como "o mundo da vigarice e dos que só pensam em encher os bolsos" que existem soluções completamente alternativas. É preciso que as populações sintam que o Bloco de Esquerda faz as denúncias sem "rabos de palha" e apresenta as propostas que garantem a transparência e a utilidade da vida política.

A prioridade é fazer com que o abstencionismo se transforme em empenho cívico e se converta em maioria social alternativa, de Esquerda.

Não será objectivo para um muito curto prazo. Será, concerteza, objectivo para o Bloco de Esquerda, que sabe que "outro mundo" só será possível quando a participação cidadã for uma atitude socialmente maioritária.

O projecto ideológico e cultural alternativo do Bloco de Esquerda tem de ter, como "pano de fundo", metodologias novas, específicas de quem quer começar de novo e consolidar genuínas maiorias sociais, que não sejam estruturalmente apenas eleitores e eleitoras flutuantes. Queremos Marias e

Zés que sejam exigentes e participantes, que cresçam na persistência da actividade local, construída em propostas alternativas ao sistema e caldeadas no vaivém do diálogo com toda a população.

Sem mimetismos, deveríamos ser mola concreta. Representantes eleitos assumindo-se como promotores de inquéritos locais, a servirem de ponto de partida a novas agendas da reivindicação cidadã. Autarcas com dia de atendimento público – anúncio feito nas localidades para aumentar proximidade. Participando em programas televisivos com linguagem, análise e propostas alternativas. Deputados que no Parlamento e fora dele dão a voz a quem deles necessita, questionando o Governo e as suas políticas, e que se empenham em acções de rua com consequências e prestações de contas.

Talvez não seja ainda o tempo de usarmos a designação “Agenda 21 e Orçamento Participativo”. Mas é, certamente, o tempo de começarmos a implementar: um passo de cada vez. Talvez nos leve mais depressa ao “destino” da cidade sem muros nem ameias...

O que não é possível é a reedição da experiência de Lisboa, que nada de bom trouxe à credibilização da intervenção do Bloco de Esquerda e que em nada contribui para construir uma alternativa política aos malabarismos do “centrão”. Afinal, sabe-se agora, estava tudo errado desde antes do início do Acordo PS/Bloco.

4. POR UMA DEMOCRACIA INCLUSIVA

O Bloco de Esquerda faz 10 anos. Já não é um bebé. Para que o queremos? Como o queremos? A constatação de que o activismo é pouco não pode ser camuflada pela funcionarite!

O princípio a seguir deveria ser o da inclusão, não devendo, nunca, a maioria ceder à tentação da exclusão aritmética, porque no momento em que a exclusão não resultar da imposição numérica estará alcançada a maioridade da democracia interna. A democracia, para que seja plena, passa pela obrigatoriedade ética de lidar com os desacordos de modo

inclusivo, conquistando-se sempre os acordos justos para os interesses afectados.

O nosso desacordo, face às decisões da anterior Comissão Política, não é, no essencial, em relação a cada iniciativa de “per si”, antes relativa à sua calendarização, que conta muito com os funcionários e muito pouco com o tempo de “respiração” dos núcleos.

A anterior Convenção estabelecia como prioritária toda a atenção aos núcleos. Qual a sua periodicidade de reuniões? Quantos núcleos de freguesia foram criados? Quantos discutiram e se pronunciaram, antes ou depois, sobre as matérias discutidas na Mesa Nacional? Ou seja: como “respira” o Bloco de Esquerda? De dois em dois meses, a Mesa Nacional “despacha”. Aos aderentes chegam, pela via dos funcionários/controladores regionais, vagos ecos sem tempo nem para reflexão nem para o contraditório, quase exclusivamente na fórmula simplificada de tarefas concretas.

O Bloco falha naquilo que se pode designar de trabalho autárquico, na preparação e acompanhamento do seus autarcas e no trabalho que podia/devia marcar as agendas políticas locais. O Bloco não consegue desenvolver qualquer trabalho estruturado.

Na anterior Convenção afirmámos, e mantemos, sermos contra concursos para funcionários. Reconhecemos que a sua escolha é uma função executiva que cabe à Comissão Política, mas é uma função que decorre de avaliação de prioridades e de gastos que têm de ser transparentes, com critérios de selecção devidamente publicitados. É que a história das organizações partidárias, em Portugal e no Mundo, mostra, indelutavelmente, que as degenerescências ideológicas passaram, e passam muito, pelo controlo e características do aparelho de funcionários!

Se o projecto é dar o protagonismo à Cidadania, devolver a política à rua, precisamos de ser capazes de abolir a velha proposta leninista de organização partidária. Temos de reforçar a rede. O velho partido – cópia de um exército – centralizado, macrocéfalo, que espalha controladores no terreno para fazer cumprir o que decidiu, que só trazem eco do que corre

bem, com medo de serem avaliados como incompetentes, tem de ser substituído por activistas voluntários, dos locais aos quais se disponibilize funcionários administrativos, dependentes das decisões colectivas, tomadas nas distritais e concelhias.

Não estamos a negar a necessidade de funcionários e assessorias que apoiem e dependam da Comissão Política e do Secretariado Nacional, cumprindo as indispensáveis tarefas administrativas e técnicas. Mas é tempo de ousar deitar para o lixo da história a figura tendencialmente burocratizante do controlador (“paraquedista das ordens superiores”). Defendemos uma lógica de funcionalização que seja potenciadora dos tempos do activismo voluntário por oposição ao controladorismo que vem “explicar” o que há para fazer.

Ainda em sede de democracia inclusiva, é certo que o Bloco está a crescer e a cativar muitos jovens, mas também não é menos verdade que existe cada vez menos militância por parte destes mesmos jovens. Podemos/devemos fazer uma reflexão sobre esta questão. Qual é realmente o novo modelo integrados jovens no Bloco? É que não podem ser apenas alvo de disputa das diversas “jotas” das tendências subliminares que integram o Bloco de Esquerda...

O Bloco continua a ser um espaço aberto à discussão e à troca de ideias sem que necessite de criar uma “jota”, mas cada vez mais tem dificuldade em cativar e formar os seus jovens para uma militância de base, mais interventiva, pluralista e com maior presença pública, criando, assim, mais responsabilidade e vontade de intervir na construção do próprio seu país e de um mundo mais solidário, mais participado e mais justo.

Ainda neste capítulo, diz o Bloco, na moção de orientação política aprovada pela V Convenção, que “não pretende ser um partido de propaganda, para repetir algumas ideias criando uma devoção interna elevada...”.

Ora, o crescimento eleitoral do Bloco tem exibido a fraqueza da sua estrutura organizativa que, curiosamente, tem sido o maior entrave à melhoria e à eficácia do processo democrático decisório. A diversidade de opiniões e sensibilidades fazem parte da

matriz fundadora do Bloco, mas o aparente consenso no modelo organizativo e modo de funcionamento interno contradizem a diversidade de opinião, o que pode significar, para alguns, que a retórica não passa, afinal, de um modelo ilusório.

Exemplo objectivo é o que se passa com o Grupo Parlamentar. Após a V Convenção, o Grupo Parlamentar passou a distribuir, através do Correio da Mesa, informação abundante relativa à sua actividade, mas daquela que qualquer cidadão pode recolher no sítio na Internet do Parlamento, mesmo com um “Magalhães”... Ou seja, o Grupo Parlamentar controla a sua “agenda” com total autonomia e independência e, por isso, presta contas do que já aconteceu. Precisamente porque entende que não pode informar previamente (para debater...) do que está para acontecer. Nos assuntos não urgentes, a Mesa Nacional devia ter um papel activo.

5. OS MALEFÍCIOS DA MAIORIA ABSOLUTA

No contexto da política nacional, o país sofre as consequências da maioria absoluta conquistada pelo Partido Socialista (PS). Desde a tomada de posse de José Sócrates como primeiro-ministro, Portugal assistiu a um desfiar de políticas neoliberais verdadeiramente impensáveis por parte de um qualquer dirigente do PS até há bem poucos anos. Basta pensar na ofensiva contra o Serviço Nacional de Saúde executada por Correia de Campos e complementada por Ana Jorge; na política autoritária na Educação de Maria de Lurdes Rodrigues; ou no atentado político e civilizacional contra os direitos de quem trabalha interpretados por Vieira da Silva, num estilo ainda mais maquiavélico do que um qualquer Bagão Félix.

Basta pensar, também, na guerra aberta, praticamente institucionalizada, no PSD.

No mesmo prato da balança “caíram” Cavaco Silva e a sua teoria de coabitação pacífica e cooperante com o Governo, em nome dos “superiores interesses da Nação” e das reformas a fazer. O défice passou a comandar todas as decisões e o PS mostrou-se incapaz de abrir novos horizontes, na crença de que

conseguiria submeter todas as nossas esperanças ao domínio dos seus “possíveis”. Ele a falar-nos de “futuro” e nós a vivermos a “falta de futuro”; ele a querer calar a contestação generalizada e nós sempre à procura daquela margem de liberdade que permite abrir novos espaços, testar novos modelos, fugir ao imediatismo...

A nível nacional e municipal, as políticas sociais resultaram em tudo menos em instrumentos de justiça social, as empresas municipais ligadas à habitação e à intervenção social não passam de meros instrumentos partidários e de lóbis.

É em questões como estas que o Bloco deve intervir de uma forma sólida e activa, evitando a todo o custo a omissão perante este tipo de “segredos sociais” que mais não são do que o silêncio “imposto” pelos diversos lóbis existentes na política portuguesa. O trabalho do Bloco a este nível desenvolve-se no terreno do concreto e é aí que devemos apostar permanentemente desde o início, não apenas nos momentos de pré-campanha eleitoral.

6. SAÍDA DA NATO E REDUÇÃO DRÁSTICA DE EFECTIVOS NAS FORÇAS ARMADAS

O Bloco deve continuar a levantar, junto dos cidadãos, questões sociais, civilizacionais e de direitos, que habitualmente são consideradas menos fáceis. São exemplos de questões a levantar o direito à eutanásia, as condições claras para a separação clara dos mercados da droga (com a assumpção pelo Estado da distribuição das drogas leves), a adequação da dimensão e da forma das Forças Armadas face às necessidades reais do país, a saída da NATO, a solidariedade internacionalista das lutas.

As Forças Armadas e a sua adequação à realidade geopolítica e estratégica do país, por exemplo, é uma das questões a que a Esquerda tem andado mais arredia. Portugal é um pequeno país do sudoeste da Europa que mantém relações externas que não suscitam a previsibilidade, a curto ou médio prazo, de conflitualidades que exijam intervenções de tipo militar. Assim, **a quantidade de elementos que compõem as**

Forças Armadas, no activo e em situação de reserva, são claramente exageradas.

Um movimento como o do Bloco deve bater-se para que sejam reduzidos drasticamente os efectivos das Forças Armadas e para que se mantenha um aparelho militar meramente simbólico e completamente virado para as questões da manutenção da paz e da cooperação com os outros povos. A defesa dos interesses nacionais, por exemplo na Zona Económica Exclusiva marítima, e o combate ao tráfico de drogas pode ser assegurada por forças com carácter policial.

As afirmações recorrentes de que temos de manter os nossos compromissos a nível militar são falaciosos e cairiam pela base se afirmássemos, corajosamente, a nossa preocupação com a Paz e a recusa em participar em contingentes, as mais das vezes, agressores e com preocupações imperiais por parte dos nossos “aliados”. Não somos irresponsáveis nem insensíveis à situação que se vive no planeta e cujas políticas de rapina imperialista são uma das causas que propiciam eventuais ataques terroristas. Mas mesmo essas possibilidades deverão ser encaradas preventivamente do ponto de vista político e social, não meramente militar.

Outra medida a defender deverá ser a desmilitarização das forças policiais, nomeadamente da GNR, e a sua transformação num corpo de guarda civil. Particularmente gravosa é a pretensão, a exemplo do que Nicolas Sarkozy pretende implementar em França, de colocar militares em trabalho policial. Contra tal pretensão a Esquerda Socialista deverá lutar com todas as forças, dado o perigo que essa prática acarreta para a democracia.

Num país onde constantemente se ouve falar na necessidade de contenção de despesas é espantoso que os gastos com a Defesa não mereçam, ao menos, estudos sérios com vista à sua utilização onde sejam mais úteis.

Nesta linha de pensamento, **o Bloco deverá retomar de forma intransigente a defesa da saída de Portugal da NATO, assim como o fim desta organização militar que tem servido como cobertura internacional para as agressões perpetradas pelos Estados Unidos nos mais diversos pontos do Globo.**

7. EDUCAÇÃO PARA A MULTICULTURALIDADE

A Educação surge com um papel de charneira que o Estado tem no respectivo sistema e na responsabilidade de criação de condições de trabalho, para trabalhadores docentes e não docentes, e de aprendizagem para milhares de crianças, adolescentes e jovens que frequentam a escola pública.

As escolas portuguesas, gradualmente, nos últimos anos, emergiram como mosaicos multilingues e multiculturais. O que, para muitos, é assumido como uma "questão problemática", para o Bloco de Esquerda é uma mais-valia! É a possibilidade que comporta de fortalecimento, entre outras, de relações interpessoais e da troca de conhecimentos culturais e linguísticos. É, ainda, a possibilidade que, igualmente, comporta de apreciar valores, atitudes, comportamentos e características de uns e outros, de modo a promover a interacção social e a comunicação, numa perspectiva relacional e dinâmica, neste planeta multicultural que a todos pertence.

Consciente dessa importância, o Bloco, enquanto força política representada na Assembleia da República, deve apresentar alternativas que propiciem uma real promoção da igualdade de oportunidades de acesso e frequência de todas as crianças, adolescentes e jovens provenientes de outros países e que frequentem a Escola. Deve, igualmente, desenvolver esforços de modo que, em todas as escolas, onde a diversidade linguística e cultural esteja patente, sejam criadas condições de inserção de mediadores linguístico-culturais.

O Estado tem um papel fundamental no garante da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Básico (três ciclos de ensino com a duração total de nove anos) como estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, no ponto 1 do artigo 6.º. O Bloco de Esquerda, defensor intransigente deste direito, sabe da sua não aplicabilidade a muitas crianças e adolescentes do país. A exclusão social, a discriminação e a pobreza são disso responsáveis. Até ao momento, muito pouco tem vindo a ser feito no

combate a esta realidade! E as escolas pouco têm usufruído de programas específicos alternativos a este combate. O Bloco deve encetar uma campanha defensora desse combate, uma campanha alicerçada no garante da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Básico, e na desmistificação desta gratuidade que de gratuita nada tem! Uma campanha onde a alimentação, o transporte (nalguns casos o alojamento), os equipamentos e os materiais didácticos sejam garantidos pelo Estado a todas as crianças e adolescentes, utentes do Ensino Público obrigatório. Igualmente deve exigir a implementação de condições para a optimização do acesso de todos à qualidade de aprendizagens. Uma campanha que inclua, também, o alargamento efectivo da rede pública da Educação Pré-Escolar e Básica a todo o país.

Neste esforço de defesa da Escola Pública é indispensável propor legislação que incentive a ida dos pais à escola e a audição dos alunos, na vivência escolar.

8. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

É certo que a questão da energia nuclear, trazida à discussão nos últimos tempos, não faz parte da agenda política do Bloco de Esquerda. As nossas preocupações estão voltadas para o estudo, aproveitamento e exploração das energias alternativas limpas e para a implementação do Plano de Eficiência Energética, que pode permitir uma enorme poupança na energia.

Por outro lado, importa separar claramente a questão da produção de energia eléctrica e o consumo de combustíveis fósseis, nomeadamente nos transportes. No que se refere aos transportes é necessária a alteração do actual paradigma, que privilegia o transporte rodoviário sobre o ferroviário. Só assim será possível abrandar a dependência brutal face à gasolina e ao gasóleo.

Infelizmente, tem-se assistido a um investimento enorme na construção de auto-estradas e ao desin-

vestimento na rede ferroviária, excluindo, agora, a loucura de novoriquismo que é o TGV, nomeadamente em trajectos em que é inútil.

Com a crise energética que vivemos, mais agravada pela extrema ganância da especulação financeira, a falsa alternativa nuclear pode fazer caminho entre os cidadãos acoitados pelo preço dos combustíveis. Como sempre, já está em construção um discurso largamente falacioso e evitado de mentiras e "não verdades" sobre a utilização do nuclear na produção de energia eléctrica.

É indispensável responder com uma campanha que explique claramente os terríveis inconvenientes da utilização da energia nuclear, pondo em causa os seus elevados custos de construção, a dependência da tecnologia e a questão da deposição dos resíduos.

Com algumas razões aduzidas aqui e tantas outras, quer de carácter político, quer de carácter técnico, que se opõem à utilização do nuclear para a produção de energia eléctrica, impõe-se defender alternativas respeitadoras do ambiente e ainda por explorar para a produção de energia. As eólicas ainda podem aumentar a produção, bem como a energia das marés, que está em quase completa hibernação, num país com os dias de sol que Portugal tem o aproveitamento da energia do sol é menos que residual.

Mas é no Plano de Eficiência Energética que será necessário fazer uma aposta firme, com vista a uma poupança nada negligenciável, tendo em conta que algumas das medidas a implementar possam não ser de aceitação imediata muito fácil.

Em matéria ambiental é importante o apoio a lutas em que as populações se sentem prejudicadas como têm sido, por exemplo, os casos da co-incineração e das linhas de alta tensão.

9. O MUNDO DO TRABALHO

À frente dos problemas que mais preocupam os trabalhadores (todos nós) está o desemprego, aliado ao trabalho sem direitos (precariado).

O Bloco tem desenvolvido algumas iniciativas com vista a chamar a atenção para estes flagelos dos nossos dias, mas é necessária uma maior mobilização e uma mais incisiva intervenção. É necessário compreender que a precariedade não é um problema exclusivo dos trabalhadores mais jovens. Com a aprovação do Código do Trabalho do PS todos os trabalhadores tendem a ser mais ou menos precários. **Assim, é indispensável a mobilização de todos contra uma situação em que o trabalho sem direitos e uma política de baixíssimos salários estabeleça como que uma "asiatização" no mundo do trabalho. A participação nos movimentos anti-precariedade não deve visar o seu controlo, mas dar-lhes a força e a visibilidade pública de que carecem para a sua afirmação e reconhecimento.**

O escândalo do leque salarial, que em Portugal tem uma das maiores aberturas, deve ser denunciado e, ao mesmo tempo, promovida uma aproximação entre os salários mais altos (dos gestores e administradores) e os mais baixos dos trabalhadores que, efectivamente, produzem riqueza. O aumento dos salários reais dos trabalhadores, longe de ser um perigo para a competitividade e a produtividade, constitui uma forma de aumentar o consumo interno e desenvolver a produção industrial e, conseqüentemente, a riqueza. Esta realidade é firmemente contrariada pela Direita e completamente esquecida pelo Governo Sócrates.

Subsistem tentativas de destruição da Segurança Social, quer pela pressão para a constituição de seguros de reforma privados, quer pela desvalorização da filosofia da Segurança Social como forma de solidariedade intergeracional, sob a tutela do Estado. Por outro lado, o investimento dos fundos da Segurança Social na "Economia de Casino", em que os jogos da Bolsa se transformaram, não garante nada de bom ao futuro das nossas pensões de reforma, tal como os milhões já desbaratados confirmam. Esta não é uma visão antiquada e ultrapassada, como, tantas vezes, querem fazer crer os que veneram o mercado como "deus ex-maquina", que tudo resolve e tudo pode. É a necessidade, imperiosa, de moralizar uma situação que constitui um verdadeiro escândalo nacional.

Por isso, o Bloco deve continuar a erguer bandeiras de luta como as seguintes:

- :: não ao pacote laboral;**
- :: trabalho com direitos para todos;**
- :: fim do trabalho precário;**
- :: aumento dos salários mais baixos; diminuição dos salários mais elevados;**
- :: aumento das pensões de reforma, com equivalência ao salário mínimo;**
- :: não à utilização dos fundos da Segurança Social na "Economia de Casino".**

Os sindicatos, porque não têm sabido incentivar a sindicalização, porque têm um funcionamento muito pouco compatível com as necessidades dos nossos dias e, também, porque não têm conseguido credibilizar-se aos olhos dos trabalhadores mais jovens, têm sofrido um enorme desgaste e, hoje, pouco mais resta com actividade e capacidade reivindicativa do que os sindicatos ligados à Função Pública. A este fenómeno não é alheio um certo individualismo e desinteresse pelas questões do colectivo que grassa na sociedade, em parte motivado pelo clima de medo que se tem vindo a instalar e, também, por pressão da instabilidade que se vive no mercado de trabalho.

Mas pouco tem sido feito para criar uma outra perspectiva e uma filosofia de vida mais solidária, nomeadamente entre as camadas mais jovens.

Os aderentes do Bloco que são sindicalistas devem ter uma posição muito firme dentro dos respectivos sindicatos:

- :: pela defesa intransigente de sindicatos amplamente democráticos:**
- :: por um funcionamento transparente;**
- :: por direcções eleitas, no máximo por três mandatos consecutivos;**
- :: por uma ligação permanente aos locais de trabalho e auscultação dos associados, em todas as questões sindicais;**
- :: por sindicatos que sejam independentes dos interesses e agendas que não sejam impostos pelos**

seus associados;

- :: por uma ampla solidariedade com as lutas nacionais ou internacionais que ocorram;**
- :: pela abertura, criatividade e inclusão de novas opções de luta, como constituição de caixas de greve e outras formas de apoio aos activistas;**
- :: por outras e novas formas de organização dos trabalhadores (comissões de trabalhadores, organizações de desempregados ou de precários e outras), que sejam encaradas de acordo com as necessidades específicas de cada caso e sem serem hostilizadas à partida.**

10. INTERVENÇÃO AUTÁRQUICA

A frente de luta municipal está, em grande parte, enquadrada pelas políticas por nós defendidas em outros temas, como são a defesa do ordenamento do território, o ambiente, políticas sociais a energia, a política de alianças, etc.

O trabalho autárquico, sendo a territorialização da execução dessas políticas, é um sector fundamental de luta contra as políticas neoliberais, contra a privatização de serviços públicos de distribuição de água, de prestação de cuidados de saúde, mas também de políticas de emprego e de apoio social às vítimas do capitalismo. Mais que reafirmar a necessidade de também nas autarquias, o Bloco cerrar fileiras em torno da luta contra essas políticas do bloco central, importa reflectir, identificar os estrangimentos à acção dos militantes e das populações e propor alternativas organizativas que promovam a participação dos cidadãos.

É nesse sentido que reafirmamos que a proposta do Bloco para a reforma do sistema eleitoral autárquico é claramente insuficiente e não atalha aqueles que reconhecidamente são as grandes 'lacunas' da lei e que permitem aos partidos do arco do poder, perpetuar-se nele, através de artifícios vários, em que o processo eleitoral nem é o mais importante.

O maior constrangimento à eficácia da actuação fiscalizadora e legisladora dos partidos da oposição é a distorção eleitoral que advém da presença dos presidentes de Junta nas Assembleias Municipais. Estes não são economicamente autónomos, pelo contrário. Pelas escassas competências que a Lei lhes atribui, não têm qualquer relevância significativa, sendo presenças fáceis dos todo-poderosos presidentes de Câmara, que manipulam a seu bel-prazer as carências e necessidades de toda a ordem das freguesias.

É, pois, imperioso que se acabe com a dependência que envergonha e diminui as freguesias, autonomizando-as, e dando-lhes competências de acordo com a sua dimensão, já que existem freguesias com mais de 60.000 habitantes e municípios com alguns milhares.

A qualidade da democracia autárquica e o reforço da sua fiscalização não depende de meios técnicos, mas sim da disponibilidade de tempo dos eleitos para o desempenho da função, a sua formação e novos instrumentos de fiscalização, como sejam, comissões de inquérito e inquirições a vereadores.

As medidas mais significativas e substanciais de transformação, para a dignificação das juntas de freguesia, em nosso entender, são:

1. Mais competências para as freguesias e correspondente aumento de meios financeiros.

2. A presença dos presidentes de Junta nas Assembleias Municipais passar a ser facultativa, e sem direito a voto.

3. Diferenciação de competências das freguesias e municípios de acordo com a sua dimensão.

4. Introdução de criação de comissões de inquérito, agendamento potestativo, inquirições a vereadores, moções de rejeição e capacidade propositiva no Plano e Orçamento.

5. Redução ou eliminação dos poderes unipessoais dos presidentes de Câmara, tornando os executi-

vos órgãos colegiais.

11. O CICLO ELEITORAL DE 2009

É portanto num quadro muito complexo e desafiador que se aproxima um ciclo eleitoral que vai pôr à prova a capacidade do Bloco em desenvolver iniciativas que permitam o alargamento da intervenção junto e a novos activistas e a reactivar o interesse de tantos que já estiveram ao nosso lado na luta e que se têm afastado. O Bloco só crescerá, de facto, se mostrar que inclui e que não discrimina diferentes formas de encarar a luta pela Democracia e pelo Socialismo.

Os diferentes programas que o Bloco de Esquerda apresentará ao ciclo eleitoral que se aproxima devem constituir claras alternativas às políticas neoliberais e integrar os resultados de debates abertos entre os aderentes e todos aqueles que nele queiram participar.

Uma questão que se vem colocando na sociedade portuguesa, ultimamente, é a regionalização. O Bloco de Esquerda tem já aflorado essa problemática, mas apenas superficialmente e sem sistematização. Questão que, muito provavelmente, se vai apresentar, pelo menos durante a campanha eleitoral para as autárquicas pelo que era de toda a conveniência que se começasse a debater a questão para, em tempo oportuno, se assumir uma posição clara e credível, evitando-se tomadas de posição individuais e desencontradas. A simples introdução de um nível intermédio de poder não pode ser considerada como a resolução de todos os problemas.

Na sua candidatura para as eleições europeias, o Bloco de Esquerda :

:: deverá reafirmar a sua proposta de uma Constituição Europeia, elaborada num Parlamento com poderes constituintes;

:: rejeitar o Tratado de Lisboa, que pretende im-

por fórmulas anti-democráticas e que consagra uma Comissão Europeia (Governo) isento de sufrágio e de controlo parlamentar;

:: rejeitar as políticas de carácter xenófobo e anti-imigração;

:: rejeitar as políticas armamentistas e o permanente alinhamento com os princípios orientadores da guerra infinita;

:: incentivar políticas de bom relacionamento e de aproximação entre os povos, que vise a eliminação das causas que levam à proliferação das ameaças terroristas.

O programa para as eleições legislativas deverá marcar uma diferença com todas as políticas e as práticas que o "centrão" tem vindo a impor ao país, de desigualdades sociais gritantes, de desemprego, salários baixos, precariedade, mas também de destruição dos serviços públicos, de corrupções várias e dos mais descarados compadrios.

Um tal programa propondo alternativas credíveis, claramente socialistas, é susceptível de alargar a participação e o apoio de sectores da população que, neste momento, descrêem da validade da intervenção política.

O Bloco tem que se manter na Assembleia da República como porta-voz das lutas sociais e como oposição firme às pretensões neoliberais e, até, menos democráticas que se perfilam. Em situação alguma o Bloco de Esquerda aceitará responsabilidades num Governo do PS.

Nas eleições autárquicas, o Bloco deverá apresentar-se com as suas próprias listas e os seus programas locais bem definidos.

As preocupações programáticas deverão insistir nas questões sociais, cultura, na melhoria das condições de vida dos munícipes, na sustentabilidade do ambiente, acabar com a proliferação de empresas municipais não controladas pelas Assembleias Municipais e no incentivo à participação dos cidadãos na vida autárquica, como seja a implementação das Agendas 21 locais e os Orçamentos Participativos.

O apoio a eventuais listas de cidadãos indepen-

des deverá ser cuidadosamente estudado, caso a caso, pelas respectivas Concelhias ou Distritais.

O Bloco deverá incentivar a participação dos imigrantes com capacidade electiva.

Os eleitos pelo Bloco só poderão aceitar cargos executivos no caso de lhes ser possível defender, claramente e sem entraves, o programa eleitoral do Bloco de Esquerda e rejeitar tudo aquilo em que este programa possa ser ultrapassado. Tal decisão deverá ser ratificada pela estrutura do Bloco a que esteja ligado.

12. E DEPOIS DO CICLO ELEITORAL?

Terminado o ciclo eleitoral, 2010 deve permitir que o balanço de 10 anos de Bloco de Esquerda sejam consubstanciados numa conferência sobre o funcionamento interno, dando cumprimento ao compromisso assumido pela lista maioritária nos debates da IV Convenção. Fazendo reflexão em torno de temas cada vez mais particulares, para sistematizar propostas concretas e não apenas declarações de intenções generalistas.

Como? Por exemplo, fazendo uma avaliação da prática do direito de tendência. Como? Por exemplo, organizando jornadas culturais (à semelhança das já organizadas a nível autárquico), onde os aderentes possam debater ideias e traçar linhas orientadoras de acção, bem como divulgar iniciativas e contribuir, assim, com o seu exemplo, para fomentar outras, principalmente a nível local e distrital.

Devemos, até ao final de 2010, criar a oportunidade para aprofundar, por exemplo, o debate sobre temáticas como o sindicalismo e a organização nos locais de trabalho, o relacionamento intergeracional, ou a sustentabilidade ambiental no quotidiano degradado das cidades-dormitório.



SUBSCRITORES DA MOÇÃO B "POR UMA PLATAFORMA DE DEMOCRACIA SOCIALISTA"

Ana Lúcia Dias Garcia - Matosinhos
António João Sequeira - Setúbal
António Sequeira Mendes - Leiria
Armando Herculano - Vila do Conde
Carlos Maria Miranda da Mota - Matosinhos
Cecília Augusta Moutinho da Silva - Matosinhos
Cristiana de Sousa - Leiria
Dulce Cristina Coelho Ramos - Matosinhos
Fernando Pinto Lacerda - Vila Nova Gaia
Filomena Maria Silva - Setúbal
Gonçalo Manuel Lemos Reis Torgal - Matosinhos
Inês Lúcia Santos Moura - Valongo
Isabel Maria Sousa Hortas - Porto
João José Sousa Almeida - Ovar, Aveiro
João Manuel Camacho Marques - Lisboa
João Pedro Moreira Freire - Matosinhos
Jorge António Caetano dos Santos - Matosinhos
Jorge Manuel Coelho M. Rodrigues - Ovar, Aveiro
José Aleixo - Matosinhos
José Fernando Oliveira Bastos - Matosinhos
José Joaquim Ferreira dos Santos - Matosinhos
José Manuel Estevens - Faro
Marco Loureiro - Guarda
Margarida Castro Felga Pinho - Porto
Maria Cecília Peixoto da Eira - Matosinhos
Maria da Graça Ribeiro Pinto - Matosinhos
Maria Helena Lemos Oliveira e Carmo - Lisboa
Maria Moura Castro Felga - Porto
Paulo Alberto Branco Teixeira de Sousa - Gondomar
Paulo Manuel Fernandes da Silva - Gondomar
Teodósio Maria Alcobia - Lisboa
Victor de Sousa - Leiria

MOÇÃO C

COMBATER O CAPITALISMO. OUSAR O SOCIALISMO

lista.c@bloco.org

“A esquerda deve reagir a esta crise com uma ofensiva política e com uma contra-ofensiva ideológica fundamental, sublinhando a derrota do neoliberalismo e a sua política de nacionalização dos prejuízos da especulação.”

Resolução da Mesa Nacional

E qual o conteúdo dessa contra-ofensiva ideológica, qual a substância que transforma a proclamação em prática política?

Apresentar hoje o imposto sobre as grandes fortunas sem ofensiva ideológica significará perante os portugueses que o Bloco não questiona a acumulação de capital, mas apenas a sua taxaço “justa”.

Apresentar hoje proposta de maior rigor no controle dos lucros da banca privada não pode significar que o Bloco renuncia à nacionalização do sector bancário, enquanto elemento estratégico de coesão social e do desenvolvimento do país, que não pode estar ao serviço de interesses especulativos.

Apresentar hoje propostas no âmbito do Código do Trabalho não pode significar que o Bloco não discute os limites da iniciativa privada, e que não tem, nem quer ter, uma ideia alternativa sobre as relações laborais, que questione a superioridade do capital em desfavor do trabalho.

Contestar hoje a privatização de mais 7% da GALP não pode significar que o Bloco abdica da proposta de uma sociedade em que todos os sectores estratégicos são nacionalizados, e que isso inclui, além do sector financeiro, a água, a energia, a saúde, o ensino e os transportes públicos.

O Bloco tem, e bem, defendido no actual contexto sistémico medidas que atenuem a exploração capitalista, abandonando a velha retórica inconsequente, em que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores era encarada como um atraso para a revolução. Mas esta visão, a que aderimos no *Começar de Novo*, não pode levar ao esquecimento do compromisso político aí assumido, e integrado nos objectivos estatutários do partido, o de que o Bloco *“renova a herança do socialismo e inclui as contribuições convergentes de diversos cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram com a busca de alternativas ao capitalismo”*.

Conciliar esses dois discursos – um mais concreto correspondendo aos ciclos políticos e eleitorais de curto prazo, outro mais elaborado e de grande alcance, que plasme as ideias-guia do programa socialista que nos comprometemos a elaborar – é uma tarefa exigente, mas de que não podemos abdicar, sob pena de nos convertermos em mais uma peça do sistema, cuja extinção é a razão última da nossa existência como partido.

Ninguém quer regressar ao tempo da esquerda com toda a razão do mundo, mas com votos contados à décima, mas não podemos igualmente aceitar a “inevitabilidade” da conversão à lógica da democracia burguesa e abandonar o combate pela transformação social profunda.

Construir um Bloco com influência social, presente nas lutas populares e não apenas nos parlamentos é o desafio que se nos coloca no início da segunda década de vida do partido. E é este o debate que trazemos à VI Convenção.

CAPÍTULO 1 AS OPÇÕES POLÍTICAS E O PASSADO RECENTE REVISITADO

Para melhor encararmos os grandes desafios que nos estão colocados, é fundamental começar por olhar para o passado recente, nomeadamente para

as análises e propostas políticas que apresentámos à V Convenção.

Ao reflectir sobre o mundo, observávamos com especial ênfase as lutas populares que um pouco por todo o mundo, mas em particular no Médio Oriente e na América Latina, mostravam cada vez mais, não apenas o descontentamento dos povos com as políticas da guerra, da pobreza e fome impostas pelo imperialismo, como a própria fraqueza das grandes potências face às revoltas e contestações.

Parecia-nos contraditório, então, que, propondo-nos ser uma alternativa socialista para o país, continuássemos no Partido da Esquerda Europeia, com partidos que integravam (como era o caso da RC na Itália), ou apoiavam (como a IU na Espanha) governos europeus que atacavam as trabalhadoras e os trabalhadores e faziam a guerra.

A experiência da RC e o castigo eleitoral que sofreu representou um atraso na construção de uma alternativa de esquerda credível na Itália e ajudou a abrir caminho para o retorno da direita ao poder. Tínhamos assim razão contra a maioria expressa na última convenção em defender a suspensão da RC do PEE como condição para a permanência do Bloco.

No plano interno, o projecto político que apresentámos estava marcado pela necessidade de derrotarmos o governo PS, o que só poderia ser obtido se, ao lado das mobilizações sociais, apresentássemos propostas claras de convergência contra as políticas neo-liberais do Governo, ao PCP, a Manuel Alegre e ao sector que representa na área do PS.

Para muitos, a proposta foi considerada deslocada, mas desde aí já se realizaram comícios conjuntos com Manuel Alegre, e até o PCP, pela voz do seu Secretário Geral, já mostrou alguma abertura para um diálogo com o BE, apesar de no recente Congresso, o Bloco continuar a merecer críticas severas - sendo caracterizado como um partido “social-democratizante” - e o discurso sobre convergências ser deliberadamente obscuro. Também aqui a razão esteve do nosso lado, dos que defenderam a necessidade de criar condições e apresentar propostas concretas de convergências à esquerda.

Também deixámos claro que, no projecto que apresentávamos, não cabiam quaisquer tipos de acordos com o governo do PS/Sócrates. Contrariando o compromisso então assumido, fez-se o Acordo de Lisboa com António Costa, que trouxe consequências negativas para o Bloco e nada de significativo melhorou na cidade.

Finalmente, reafirmámos que o BE, para ser uma alternativa socialista e de luta, tinha que estar inserido no mundo do trabalho, com uma política para construir esta opção no terreno. Continuamos a não ser, com poucas excepções, uma alternativa organizada ao PCP e ao PS no interior do mundo sindical.

Porque consideramos que os últimos dois anos reafirmaram muitas das propostas que havíamos colocado na V Convenção, pensamos que é preciso continuar esta batalha, aprendendo com o passado para construirmos um Bloco ainda mais forte.

CAPÍTULO 2. A CRISE DO CAPITALISMO E A LUTA POR UMA ALTERNATIVA SOCIALISTA

Depois de décadas em que a ideologia dominante vendeu o capitalismo como gerador de riqueza e bem-estar, está colocada uma oportunidade única para a demonstração de que o capitalismo não pode ser o "fim da história".

2.1. O capitalismo em crise

2.1.1. Uma crise financeira e Económica

Iniciada por alturas do Verão de 2007, no mercado imobiliário dos EUA, a crise económica mundial deu um salto em Setembro de 2008, quando as bolsas de valores de todo mundo começaram a desmoronar e grandes bancos a falir.

Esta crise não é só financeira nem se deve apenas à falta de regulação estatal deste sector. Trata-se

de uma crise capitalista clássica de superprodução, como foi a de 1929. A crise que vivemos hoje é ainda agravada pela desregulamentação, pela globalização da economia e financeirização do investimento. Estas foram as três fórmulas adoptadas pelo capitalismo, a partir da década de 70, para compensar o fim do crescimento económico do pós-guerra e a consequente tendência à queda dos lucros. Mas, desta forma, o sistema só conseguiu adiar e tornar mais violento o eclodir de uma crise que veio para durar e parece incontável.

2.1.2. O Estado intervém na economia para salvar os banqueiros

A resposta dos governos dos EUA e da Europa à crise tem sido justamente o inverso do que têm proclamado em defesa do neoliberalismo: intervenção do Estado na economia, com a compra de acções da Banca e injeção de biliões nos mercados financeiros.

Nos EUA, o Estado entrou no capital de alguns dos maiores bancos através da compra de acções preferenciais com parte dos 700 mil milhões de dólares (o equivalente aos gastos nos 5 anos de guerra no Iraque) em apoios governamentais do Plano Bush/Paulson aprovado pelo Congresso. Já no conjunto da UE, a ajuda dos vários governos e do BCE à Banca, para evitar o colapso do sistema financeiro, já totalizava, em Outubro, quase 2 milhões de milhões de euros, dos quais 20 mil milhões em Portugal.

No nosso país o BPN foi recentemente nacionalizado, com o Estado (e por consequência os contribuintes) a pagar o buraco financeiro de 400 milhões de euros que os banqueiros fizeram voar para outras paragens. Esta situação e os projectos do governo são escandalosos, pois hoje utilizam a "nacionalização" (leia-se a utilização do dinheiro público) para salvar o que os ex-governantes do PSD fizeram, preparando-se para a seguir engordar os banqueiros voltando a privatizar. As justificações para a ajuda ao banco dos especuladores, o BPP, são ainda mais vergonhosas.

Assim, fica mais clara a perspectiva da burguesia

nacional e internacional: nacionalizar os prejuízos e privatizar os lucros!

2.1.3. Uma crise para durar: a recessão atinge o centro do capitalismo

Contudo, a intervenção estatal, por mais dinheiro que injecte na Banca e no mercado financeiro, tem sido inútil, pois não estancou a crise. Pelo contrário, esta continua nos mercados financeiros, alastrando-se à "economia real". As consequências são catastróficas a nível social: fecho de empresas, desemprego, pessoas desalojadas, aumento do endividamento das famílias, queda generalizada do nível de vida, aumento dos preços dos bens essenciais. A recessão económica é hoje uma realidade nos EUA, na Europa e no Japão.

Os países ditos emergentes (China, Índia, Brasil, etc.), apressadamente diagnosticados como imunes à crise, já perceberam que estarão no mesmo barco. Com a redução do consumo e, portanto, da importação dos EUA e da Europa, a produção nos países emergentes, irá reduzir-se. Na complexa teia da globalização económica, não há excepções à crise.

2.1.4. Os trabalhadores pagam a crise

As consequências imediatas da crise para os trabalhadores e a maioria da população têm sido o aumento do desemprego e do custo de vida, agravado pelo aumento dos juros e dos combustíveis.

A taxa de desemprego na Zona Euro subiu para em 7,7% em Outubro, com estimativas oficiais de 12 milhões de pessoas sem emprego. Uma grande parte da mão-de-obra afectada é imigrante, a maioria sem visto e, portanto, sem direito ao subsídio de desemprego e desprotegida e elementares direitos humanos.

O aumento da pobreza e das desigualdades são as principais consequências directas da crise: calcula-se que 43 milhões de cidadãos da UE correm o risco de não poderem comprar diariamente alimentos necessários à sua sobrevivência.

Os nossos compromissos

A batalha da esquerda socialista é denunciar não apenas a face mais "selvagem do sistema" mas a sua própria natureza, bem como todos aqueles que, no momento da crise profunda, lhe dão a mão para o salvar. É preciso criar alternativas ao capitalismo e para tal é preciso pôr o dedo na ferida e recuperar a tese da impossibilidade de reconciliar capital e trabalho. É altura de passar à ofensiva não apenas na propaganda mas nas propostas ousadas. É preciso levantar de novo a ideia do socialismo.

2.2. O Capitalismo em guerra contra os povos e o Planeta

2.2.1. A rapina do imperialismo e a resistência no Médio Oriente

A crise capitalista explode enquanto o imperialismo americano e europeu mantêm as suas tropas de ocupação em vários cenários de guerra. A guerra e a exploração económica dos países do chamado Terceiro Mundo são necessárias para garantir os lucros das grandes potências mundiais.

No Iraque, já são 1,2 milhões de civis mortos desde o início da invasão. No Afeganistão, de Janeiro a Agosto de 2008, 1.445 civis morreram, cerca de 40% a mais que nos oito primeiros meses de 2007, segundo a ONU.

Contudo, o genocídio praticado pelos invasores não consegue derrotar a resistência dos povos iraquiano e afegão.

Este quadro de genocídio praticado pelo imperialismo inclui também a Palestina, onde Gaza se transformou num verdadeiro campo de concentração controlado por Israel, que mantêm a sua política de implantação de colonatos na Cisjordânia e terror sobre a população.

2.2.2. Nova presidência dos EUA: mudar, para ficar tudo na mesma

Depois da vitória de Barack Obama, muitos acreditam numa mudança na política interna e externa

dos EUA. Na realidade, Obama anuncia uma mudança táctica na guerra, transferindo as tropas do Iraque para o Afeganistão, com a ameaça de a qualquer momento voltar se os interesses americanos estiverem em causa. Assim, apesar da anunciada "mudança", as guerras pelos recursos estratégicos do Médio Oriente irão continuar, com um discurso um pouco diferente, sob a alçada da NATO ou da ONU. A recondução do Secretário da Defesa de Bush, Robert Gates, é sintomática de quão "longe" irá a alteração da política imperialista americana.

Também no campo económico, Obama não representará a mudança que alguma esquerda esperaria. Ainda como candidato, respondeu prontamente ao apelo de Bush e da burguesia americana para apoiar os banqueiros no âmbito do Plano Bush/Paulson.

2.2.3. Portugal também é uma força militar ocupante

Portugal continua a participar de algumas das ocupações militares, entre as quais no Afeganistão, Líbano, Timor e Kosovo. Para a esquerda socialista não pode ser aceitável a manutenção de tropas portuguesas em qualquer cenário de guerra ou ocupação, seja sob a égide da NATO ou da ONU. Esta tem que ser uma bandeira do Bloco de Esquerda.

2.2.4. O capitalismo predador do planeta

A nível ambiental, o capitalismo tem vindo a mostrar cada vez mais o seu carácter predatório dos recursos naturais e de destruição do planeta.

Contudo, não acreditamos que o chamado "capitalismo verde" vá solucionar a insustentabilidade ambiental. Somos socialistas e enquadrámos os principais problemas ambientais no sistema económico-social e cultural em que vivemos.

Por isso não aceitamos a tentativa de responsabilizar os indivíduos pela destruição ambiental, esquecendo que o principal responsável é o capitalismo.

Consequentemente, não separamos a luta da defesa do planeta, da luta pela justiça social e pela superação deste sistema, e recusamos as políticas ambientais que passem para os mais pobres os custos ambientais originados pelo consumismo e exploração desenfreada levada a cabo pelos mais ricos.

Os nossos compromissos

(a) O BE defenderá, quer no plano institucional, quer na mobilização popular, a imediata retirada das tropas imperialistas de todos os países ocupados bem como o fim da intervenção de tropas.

(b) O BE defenderá a saída imediata de Portugal da NATO e continuará a pugnar pelo fim das suas bases militares em Portugal e na EU, e pelo desmantelamento da NATO.

(c) O BE realizará uma grande campanha nacional contra as alterações climáticas e a carestia de vida, que ganhe as pessoas para a causa ambiental, associando-a à luta por um novo modelo social de produção.

2.3. Por uma Europa dos povos, contra o directório

2.3.1. Uma europa construída contra os trabalhadores

A União Europeia tem vindo a ser construída contra os trabalhadores e os povos da Europa, em particular através dos ataques ao Estado de Bem-estar social, aos direitos laborais, ao poder de compra, ao património estatal - que continua a ser privatizado - e à exploração de mão-de-obra imigrante. O Pacto de Estabilidade e Crescimento proporciona mais lucros para poucos, à custa da exploração da maioria.

No contexto de crise actual, a necessidade do capitalismo europeu manter as taxas de lucro das suas empresas deu corpo a mais dois grandes ataques aos trabalhadores e povos da Europa: a aprovação de nova legislação no âmbito laboral que prevê a possibilidade de extensão do horário de trabalho até

às 65h semanais, retrocedendo-se ao século XIX em matéria de direitos laborais, e a Directiva de Retorno e leis de imigração cada vez mais duras, que tornam mais precárias as condições dos imigrantes.

Facilita-se, assim, a sua exploração e chantageiam-se os governos africanos reticentes a aceitar acordos de livre comércio com a UE. Alimenta-se ainda o racismo e a xenofobia, associando a imigração ao desemprego, à violência e até ao terrorismo, no caso dos imigrantes muçulmanos.

Quando se começaram a notar os efeitos da crise económica, em vez de reduzir a jornada laboral, proibir horas extra, reduzir a idade da reforma, para garantir os postos de trabalho e os salários, a UE que prometia avanços sociais com o capitalismo e proclamava a morte do socialismo, percorreu o caminho inverso: o da destruição dos direitos dos trabalhadores para garantia dos benefícios dos patrões.

2.3.2. Uma europa cada vez mais antidemocrática

É no contexto desta crise profunda do capitalismo e no âmbito dos ataques às trabalhadoras e aos trabalhadores da UE que devemos compreender o crescendo antidemocrático, mais recentemente reafirmado com o Tratado de Lisboa. Como sempre na História, a falta de democracia serve para poder explorar mais e impedir que os povos, dando a sua opinião, ponham em causa a ofensiva levada a cabo contra os seus direitos.

O novo tratado, atravessa nova crise com a vitória do "Não" no Referendo na Irlanda. O seu objectivo é o mesmo do anterior – "constitucionalizar" o neoliberalismo e o militarismo.

2.3.3. Crescem as lutas contra a Europa do Capital

A crise económica, a guerra e os ataques aos direitos dos trabalhadores têm sido contestados em todo o mundo. Na Europa assistiu-se nos últimos dois anos a uma radicalização da mobilização social.

Em França e na Grécia têm lugar grandes greves e mobilizações na área dos transportes e da educação, em defesa das reformas, contra a redução de postos de trabalho e por aumentos salariais para os funcionários públicos. Na Alemanha e em Inglaterra foram os sectores dos transportes e da educação e função pública a protagonizar mobilizações como já não se viam há décadas. Mais recentemente, em Outubro, uma manifestação protestou em Barcelona contra a Directiva das 65 horas semanais, e uma gigantesca greve geral paralisou a Bélgica em defesa do poder de compra. No mesmo mês em Itália, uma greve geral paralisou os transportes, saúde, ensino e administração pública contra a política do governo Berlusconi. "Não seremos nós a pagar pela vossa crise" foi um dos principais lemas da manifestação.

2.3.4. Construir a esquerda europeia: com os governos da burguesia ou contra eles?

Os trabalhadores e a população não colocaram em xeque apenas as políticas neoliberais aplicadas pelos governos da UE, mas também deram uma resposta clara à política de participação ou apoio a esses governos promovida por alguns partidos da esquerda, como a IU em Espanha e a RC em Itália.

O caso da RC foi o mais exemplar: depois de participar do governo Prodi, sustentando as suas políticas de ocupação militar no Afeganistão e os ataques aos direitos dos trabalhadores italianos, foi chumbada nas urnas pela população. A traição da coligação Prodi-RC custou caro aos trabalhadores italianos, porque abriu caminho à vitória da direita, com o retorno de Berlusconi ao poder.

Apesar destas lições, há uma constante tentativa por parte de sectores da esquerda em apoiar governos burgueses liderados pela social-democracia ou similares.

O mais novo e importante protagonista desta política é o Die Linke (A Esquerda), partido alemão que pertence ao PEE. Hoje o Die Linke participa numa coligação com o SPD no governo de Berlim e, no contexto desse governo local, em Março de 2008, colocou-se contra a greve dos transportes na cidade, que reivindicava aumento salarial.

No último Congresso do PEE, os partidos membros decidiram colocar no topo da direcção o Die Linke, a RC e a IU, deixando bem claro quais são as correntes dominantes nesta organização, que um dia pretendeu ser uma alternativa política de esquerda na Europa.

2.3.5. O BE e a esquerda europeia: com o PEE ou por uma alternativa anticapitalista?

Ao Bloco cabe decidir se vai persistir na permanência no PEE. Certamente que cabe a cada partido definir a sua orientação política nacional, mas não é menos certo que cabe às e aos aderentes do Bloco decidirem se querem estar colectivamente filiados numa organização cujos membros mais proeminentes contrariam com a sua prática uma política anticapitalista.

Entendemos que esse não é caminho para um europeísmo que se quer verdadeiramente anticapitalista, sendo este PEE um travão às lutas dos povos europeus e ao projecto socialista do BE.

Os nossos compromissos

(a) O Bloco de Esquerda defenderá, no quadro das eleições para o Parlamento Europeu, um programa anticapitalista para combater a crise. O BE sustentará a necessidade não apenas de uma refundação democrática da Europa, mas a construção de uma Europa socialista, dos trabalhadores e dos povos, contra a UE do directório e do capital.

(b) O Bloco de Esquerda desvincula-se do PEE, um partido que já comprovou a sua completa inutilidade para propor uma estratégia de mobilização e luta independente dos trabalhadores contra os patrões na EU, e a sua vocação, através dos seus principais partidos, para servir de suporte para a social-democracia em crise e as suas políticas neoliberais. O BE contribuirá para a criação de um movimento da esquerda europeia em ruptura com o capitalismo e a social-democracia, em conjunto com as organizações que na Europa se têm reunido nas Conferências Anticapitalistas.

CAPÍTULO 3. NO PAÍS EM CRISE, CRESCE A CONTESTAÇÃO AO GOVERNO

O governo de Sócrates ataca os trabalhadores e protege os banqueiros e os patrões.

3.1. No Portugal em crise, Sócrates continua a ofensiva liberal

3.1.1. Portugal não foge à crise

Em Portugal, a crise económica também derrubou a Bolsa e levou a medidas para salvaguardar a banca, como os 20 mil milhões de euros oferecidos pelo governo. A Comissão Europeia prevê que Portugal entre em recessão técnica no final de 2008, assim como o conjunto dos países da União Europeia a 27.

No entanto, ao contrário de países como Espanha, a crise em Portugal não começa agora, pois mal chegámos a sair da crise anterior, numa acumulação grave de desemprego, desigualdades sociais, precariedade, dificuldades de acesso aos serviços públicos e perdas salariais e de poder de compra constantes nos últimos anos.

Sócrates pretende colocar-se como o “salvador” do país perante a crise internacional, mas as saídas para a crise são mais do mesmo: garantir os lucros dos banqueiros e patrões, à custa do sofrimento das trabalhadoras e dos trabalhadores.

3.1.2. A crise económica agrava a crise social

Os problemas mais graves cujos efeitos são causados ou agudizados pela crise económica em Portugal são o desemprego, a perda de poder de compra dos salários e os juros altos – sendo a recente tendência para baixar insuficiente para atenuar os efeitos perversos nas prestações do crédito à habitação e no aumento do custo de vida em geral.

Embora a taxa oficial de desemprego ainda não tenha reflectido a crise, a tendência é para a sua subida nos próximos tempos. Por outro lado, sabemos

que o desemprego real é muito mais alto que o valor oficial. Esta realidade, combinada com salários entre os mais baixos da Europa, com uma precariedade crescente e um subsídio de desemprego que abrange cada vez menos trabalhadores, cria uma grave crise social, em que perto de 2 milhões de portugueses vivem abaixo do limiar da pobreza.

Em Portugal, em Julho de 2008, 49,5% das famílias tinham empréstimos para habitação. Com o aumento dos juros, o número médio de anos necessários para pagar este empréstimo passou de 31 para 45 anos, ou seja, mais do que a vida activa da maioria das portuguesas e dos portugueses. À custa destes aumentos, muitas famílias têm já sido obrigadas a abandonar as suas casas.

Outro elemento explosivo que se combinou com a crise económica foi o aumento dos combustíveis, que em Portugal atingiu níveis superiores ao dos demais países europeus, com consequências gravíssimas na subida dos preços dos alimentos, dos transportes e na diminuição constante do nível de vida.

Mesmo a recente tendência para a queda nos preços internacionais do petróleo não tem apresentado um efeito equivalente no país, onde os preços dos combustíveis permanecem muito altos, afectando diversos sectores da economia, e mesmo quando baixam não se vê o reflexo no custo dos bens produzidos.

3.1.3. Governo Sócrates: quatro anos de ataque aos serviços públicos e aos trabalhadores

Os quase quatro anos de mandato de Sócrates foram anos de ataque aos trabalhadores, aos reformados e à maioria da população portuguesa. Os principais ataques têm-se concentrado na Função Pública (congelamento da progressão nas carreiras, redução de postos de trabalho, fim da contratação colectiva), na Segurança Social (aumento da idade da reforma e redução do valor das pensões), no Sistema Nacional de Saúde (fecho de urgências, maternidades e SAPs e aumento das taxas moderadoras) e no sistema de Educação pública, com principal alvo nos professores (Estatuto da Carreira

Docente, avaliação dos professores, novo modelo de gestão). Todas as reformas levadas a cabo nestas áreas têm-se pautado pela degradação dos serviços públicos de forma a favorecer o surgimento de serviços privados, bem como pela redução de funcionários e das suas possibilidades de progressão na carreira.

Com o novo Código do Trabalho, Sócrates continuou a sua política de reduzir os direitos dos trabalhadores, com mais precariedade laboral, mais horas de trabalho (flexibilização dos horários e "Banco de horas" até às 60h semanais), menos direitos (ataques à contratação colectiva, maior facilidade nos despedimentos) e uma maior desvantagem legal do trabalhador perante o patrão em caso de conflito judicial.

Assim, em tempos de crise, apesar de Sócrates se vangloriar de manter o aumento do salário mínimo nacional, na realidade rouba a população através de políticas sistemáticas que criam mais instabilidade e desprotecção no trabalho e no desemprego.

Ao mesmo tempo que o governo favorece uma política de serviços privados de qualidade para os ricos, os serviços públicos estão cada vez mais degradados para os pobres, aprofundando o fosso de desigualdade social, que já é das maiores da UE.

3.1.4. Uma juventude mais precária no ensino e no trabalho

A juventude é hoje um dos sectores que mais paga – e pagará no futuro – a factura das políticas liberais do Governo. No Ensino superior com a constante diminuição no financiamento público e o brutal aumento de propinas, agravado pela política privatizadora de Bolonha e do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES); no ensino básico e secundário, com o Estatuto do Aluno, e o aprofundar do autoritarismo com a nova figura do director.

Se na destruição do ensino público se hipoteca uma maior igualdade de oportunidades no futuro, a precariedade generalizada nos contratos, nos sa-

lários, nos direitos (no trabalho e no desemprego) põe em causa um futuro melhor para toda uma geração.

3.1.5. O liberalismo e o conservadorismo atacam os sectores mais oprimidos

Apesar da propaganda governamental em torno da despenalização do aborto, a política liberalizadora de Sócrates aprofunda a desigualdade entre homens e mulheres, continuando estas a ser as mais afectadas pelas políticas da precariedade, do desemprego e pela pobreza, bem como as mais sobrecarregadas pela inexistência de serviços públicos de qualidade e pela insegurança e desprotecção nos seus direitos de maternidade.

Em relação às imigrantes e aos imigrantes, o governo continua a dificultar a sua legalização, mantendo-os como mão-de-obra barata e descartável, sempre sujeita às rusgas promovidas pelo SEF e PSP. A perseguição policial também continua a oprimir os moradores dos bairros pobres da periferia das grandes cidades, ao mesmo tempo que a política de degradação social do Governo favorece o crescimento da xenofobia e do racismo.

Finalmente, apesar de propagandear o facto de ser de esquerda, ao continuar a impedir o casamento e adopção de crianças por homossexuais, o governo do PS mostrou mais uma vez que não estava verdadeiramente disposto a defender os segmentos sociais discriminados e os seus direitos.

3.2. Nas lutas e nas eleições: construir a alternativa para combater o governo Sócrates

3.2.1. Cresce a contestação a Sócrates

A contestação ao governo Sócrates ganhou força nos últimos dois anos. A oposição popular ao encerramento de unidades do SNS forçou Sócrates a deixar cair Correia de Campos e a substituí-lo por uma figura próxima de Manuel Alegre. A função pública e os trabalhadores em geral têm saído à rua em enormes mobilizações para contestar os ataques

contra eles feitos. A CGTP convocou para a luta centenas de milhares de trabalhadores, sendo por vezes a própria direcção sindical surpreendida com a dimensão das manifestações.

Mas o facto mais interessante nas diversas mobilizações tem sido o crescimento da iniciativa da base face às suas direcções, nomeadamente através de movimentações não enquadradas, de cariz diverso, como as dos professores, pescadores e camionistas.

A luta das professoras e dos professores tem sido das mais fortes e radicalizadas no último período, com mobilizações da quase totalidade desta classe profissional. Defendemos a demarcação dos professores do Bloco da capitulação que significou a subscrição do Memorando de Entendimento entre a FENPROF e o governo Sócrates, em rota de colisão com a vontade expressa de milhares de professores.

Apesar do pacto assinado pelos sindicatos com o governo, e não obstante a inércia da frente sindical no início do ano lectivo 2008/2009, os professores reiniciaram o movimento de protesto. Muitas escolas decidiram a suspensão da avaliação e uma nova mobilização em Lisboa, a 8 de Novembro, quebrou o recorde de 8 de Março, com 120.000 professores nas ruas.

Foi a pressão da base, expressa também pelos movimentos independentes de professores, que forçou a Plataforma Sindical/Fenprof a convocar esta última manifestação, a que aderiram os movimentos, e desenvolver novas acções de luta. Apenas com intervalo de uma semana a manifestação convocada pelos movimentos para 15 de Novembro demonstrou que existe um vasto sector de professores que defendem a radicalização das formas de luta.

A elevadíssima adesão das professoras e professores à greve de 3 de Dezembro comprovou que os sindicatos foram timoratos na condução da luta.

3.2.2. A radicalização política do país faz surgir novas movimentações

A nova iniciativa das bases na contestação ao go-

verno, como a dos professores, é a marca de uma situação política cada vez mais radicalizada, em que o Governo e as burocracias sindicais vão perdendo capacidade de controlar as mobilizações. Ao mesmo tempo, a crescente contestação ao governo PS fez surgir novas movimentações à esquerda.

A contestação a Sócrates dentro do PS ganhou formas mais explícitas, com Manuel Alegre à frente desse processo, que teve como momentos destacados as votações contra o Código Laboral e a favor dos casamentos homossexuais. Alegre tem-se também mostrado aberto a convergências à esquerda com o BE, de que foram exemplo o comício Abril e Maio e um novo acto conjunto a realizar em Dezembro, o Fórum sobre Serviços Públicos, agora com a significativa participação de Carvalho da Silva.

Apesar das votações divergentes e das iniciativas unitárias com o BE, é possível, no entanto, que Alegre e os contestatários do PS mantenham o apoio a Sócrates nas próximas eleições legislativas, voltando a integrar as listas do PS, o que garantiria a Sócrates capitalizar votos à esquerda.

No caso de Alegre romper com Sócrates, como ultimamente tem deixado transparecer, é necessário que o Bloco, em todas as propostas e iniciativas comuns, deixe claro que a unidade só faz sentido se tiver como base um programa claro de alternativa anticapitalista.

3.2.3. A unidade da esquerda como uma necessidade de alternativa ao governo

Apesar das convergências episódicas, continua sem surgir à esquerda do PS qualquer tipo de entendimento que sugira uma real alternativa de governação, com um programa de oposição à deriva capitalista.

O Bloco deve afirmar com clareza a sua disponibilidade para participar na construção de alternativas, colocando como essencial que as convergências à esquerda sejam sempre em alternativa a um governo Sócrates, mesmo que minoritário após as próximas legislativas, e subordinadas a um programa

de ruptura com as políticas de direita, programa esse que deve ser apresentado de forma clara e inequívoca aos portugueses. Sem esse programa, sem a materialização de propostas concretas, todos os apelos às convergências não passarão de retórica, que em nada contribuirá para uma significativa mudança na política nacional.

As forças pró-capitalistas não têm qualquer pudor em gizar alianças táticas, colocando como valor estratégico a defesa e perpetuação do sistema. Isso mesmo foi comprovado no passado com os governos PS/CDS e PS/PSD, e possivelmente será repetido se nenhum dos partidos do "centrão" alcançar a maioria absoluta em 2009.

No quadro político nacional não reconhecemos à direita e ao PS o monopólio da unidade, enquanto à esquerda se persiste na divisão que impossibilita a constituição de alternativas políticas viáveis.

Sendo certo que as circunstâncias em que vem sucedendo o debate político à esquerda não suscitam a hipótese de convergências eleitorais para 2009, importa que o Bloco clarifique que não tem como questão irrevogável a apresentação a todas as eleições de listas próprias, estando o partido aberto a convergências eleitorais no futuro, sempre com absoluta autonomia das partes e completa clarificação programática.

3.2.4. O perigo das alianças políticas sem um programa contra o governo

Do PCP, vêm sinais contraditórios, aparecendo agora, no seu Congresso, fechado sectariamente num suposto purismo ideológico e a cerrar portas a todos os entendimentos que ultrapassem o seu espaço de sempre. Manuel Alegre mantém um diálogo aberto com o BE, mas vota favoravelmente o Orçamento de Sócrates. É, pois, fundamental a clarificação programática das alianças que pretendemos constituir.

Não aceitamos convergências ambíguas face ao governo Sócrates, ou muito menos que venham

a ser uma unidade muleta dum qualquer governo minoritário do PS.

A manutenção de uma política de convergência com Alegre, sem que este rompa com o seu apoio ao Governo e sem uma clarificação programática, colocaria o BE comprometido com uma política mais recuada e indirectamente ligado à área governamental. Esta questão é particularmente relevante quando é bastante provável que, não rompendo com Sócrates, Alegre possa vir a lançar uma candidatura presidencial apoiada pelo PS, lançando um repto ao BE e ao PCP para apoiarem o candidato da esquerda contra Cavaco.

Neste contexto, o Bloco não apoiará qualquer candidatura do PS, mesmo que esta seja encabeçada por Alegre, pois a unidade da esquerda deverá servir para combater o governo e as suas políticas, e não para o sustentar.

Ao mesmo tempo, não poderemos continuar a ter uma atitude passiva face ao PCP e a deixar para segundo plano acções convergentes. O PCP, independentemente das divergências ideológicas que com ele temos (e que também temos com Alegre), é um partido de oposição ao governo Sócrates e com uma inserção central na classe trabalhadora, pelo que qualquer convergência para combater o governo não pode deixar de ter um apelo claro a este partido.

Sem com isso escondermos a nossa oposição a políticas do PCP, nomeadamente de domínio sobre o movimento sindical, que encara como um instrumento, assente em direcções burocráticas e na contenção das lutas, adoptando calendários e interesses estranhos às mobilizações.

Os nossos compromissos

(a) O Bloco deve tomar a iniciativa no apelo a convergências de esquerda para combater o Governo PS, nas lutas pelos serviços públicos, por direitos laborais, por uma saída anticapitalista para a crise.

(b) O Bloco de Esquerda apresentará candidaturas próprias às eleições legislativas de 2009, com base num programa contra a crise. Esse programa anti-

capitalista, que recupere a consigna "Os ricos que paguem a crise", deve ser apresentado sem tibiezas ou cálculos eleitoralistas, porque a força do Bloco não pode assentar no desvio ou ocultação da sua luta pelo socialismo.

O BE defenderá como parte do programa para as eleições legislativas medidas para a superação da crise:

:: Nacionalização da banca, sem indemnização e com gestão sob o controlo dos trabalhadores.

:: Renacionalização da GALP e do sector energético, como condição para que os preços dos combustíveis e da energia sejam controlados pelo estado.

:: Fixação e redução drástica das taxas de juros e reformulação dos contratos de crédito à habitação.

:: Redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem redução do salário, para que haja mais emprego.

:: Congelamento dos preços dos bens de primeira necessidade, impedindo que a inflação reduza ainda mais o poder de compra.

:: Aumento geral de salários e pensões que reponha as perdas provocadas pela inflação. Aumento progressivo a curto prazo do salário mínimo nacional para 600 euros.

:: Revogação do Código do Trabalho, fim dos falsos recibos verdes e efectivação dos trabalhadores temporários ao fim de um ano.

(c) O BE não viabilizará qualquer governo PS, através do apoio directo ou indirecto.

3.3. Combater o PS e a direita nas autarquias

3.3.1. O trabalho Autárquico do BE

O balanço do trabalho autárquico do Bloco revela realidades muito desiguais, resultantes das dinâmicas próprias, porque não foi até agora estabelecida a necessária coordenação e acompanhamento do trabalho das e dos nossos autarcas, quer ao nível da direcção nacional quer das coordenadoras locais. Das eleições autárquicas de 2005 resultou a presença

do Bloco em diversas assembleias municipais e de freguesia. Além de Sá Fernandes, o Bloco elegeu vereadores no Entroncamento e na Moita, e mantém a Câmara de Salvaterra de Magos, através de um compromisso político com um conjunto de independentes que já antes dirigiam o município eleitos pela CDU.

3.3.2. O Acordo de Lisboa e o BE face ao poder autárquico

O caso da Câmara de Lisboa merece particular atenção, quer pela notoriedade nacional que assume, quer porque, pela primeira vez, o Bloco estabeleceu um acordo de poder a nível autárquico. O balanço do Acordo é negativo e a perda de credibilidade de Sá Fernandes com a sua colagem constante ao PS ainda o torna mais negativo. Em Novembro de 2008, a direcção do BE resolveu finalmente romper com Sá Fernandes, mas sem colocar em causa o acordo de Lisboa ou fazer um balanço autocrítico do mesmo.

Desde o primeiro momento manifestámos a nossa oposição ao Acordo com o PS e consideramos que a repetição do Acordo de Lisboa, será sempre um erro, quer só lá esteja o Bloco e o PS, quer seja alargado a outras forças políticas de esquerda ou listas de cidadãos.

O que torna o Acordo de Lisboa um erro político a não repetir é a inclusão do PS enquanto partido responsável pela situação do país, e a ilusão de que há dois PS's.

Após o desastre que foi a experiência com Sá Fernandes neste último mandato, qualquer tentativa imediata de "trocar" este Sá Fernandes por outro qualquer não iria mobilizar internamente o partido nem iria ser compreendido pelo eleitorado. Seria desastroso para o BE se falhasse de novo a tentativa de "abertura" agora com um período temporal de quatro anos. O apoio a Helena Roseta ou a elaboração de uma lista conjunta com esta, ainda fará menos sentido depois da convergência recentemente alcançada com Costa.

Os nossos compromissos

(a) Apresentação de listas próprias do Bloco de Esquerda nas autárquicas, com programas claros de alternativa nacional ao PS e à sua política de direita e de alternativa local, às gestões PS/PSD/GDU, conforme as situações concretas.

No caso em que não seja possível apresentar listas próprias, ou quando se conclua que é possível e desejável a criação de convergências com listas de cidadania, estas terão de se basear em programas de ruptura com o governo do PS e a sua política, e que não colidam com os princípios do Manifesto Autárquico do BE.

(b) Recusa de acordos pré-eleitorais com a direita ou com o PS, enquanto Partido de Governo, não sendo credível que em qualquer lugar surja um PS que afronte o PS de Sócrates. Recusa de acordos pré-eleitorais à esquerda que não pressuponham a aceitação dos princípios acima enumerados, nomeadamente a recusa de acordos com a direita ou o seguidismo acrítico em relação a gestões autistas, prepotentes e que mantêm o clientelismo, a falta de respostas às injustiças sociais e a cedência às pressões dos interesses imobiliários dos construtores civis e dos impérios comerciais.

Recusa de acordos pós-eleitorais baseados nos mesmos pontos.

CAPÍTULO IV. POR UM BE MILITANTE E DEMOCRÁTICO, INSERIDO NA CLASSE TRABALHADORA

A militância e a democracia interna, com organismos de base fortes e participados são o principal passo para combater a institucionalização do BE.

4.1. A vida interna do BE: mais militância e democracia precisa-se!

4.1.1. Reforçar a militância e activismo dos bloquistas

Nos últimos tempos, o BE tem vindo a crescer em termos de aderentes. Da campanha de adesões lançada na sequência da V Convenção, resultaram mais de 1600 novas adesões.

No entanto, das novas adesões ao partido não resultou um equivalente aumento do activismo e participação. Antecipámos este facto, defendendo a realização de uma campanha de adesões política e não burocrática, que se traduzisse num reforço efectivo do Bloco enquanto força actuante na sociedade portuguesa, nos locais de trabalho, nas escolas e nos movimentos sociais, e não centrada nos parlamentos.

O funcionamento do Bloco a nível interno continua a apresentar deficiências, tanto ao nível da participação como da democraticidade do processo de tomada de decisões. A falta de militância activa da maior parte das e dos aderentes é um problema, e o modelo pelo qual se organiza o BE não a estimula. A falta de reuniões de base regulares, a quase inexistência de núcleos por escola ou local de trabalho, dificulta a organização do activismo.

Ao mesmo tempo, este modelo de pirâmide, em que quase não se discute em plenários com carácter de decisão, cria um novo distanciamento da base face à direcção, reforçando o afastamento da militância. O melhor exemplo dessa falta de democracia foi a política do "facto consumado", apresentada relativamente ao Acordo de Lisboa. Com efeito, e como todo o BE sabe, a própria MN só foi convocada para discutir e ratificar o Acordo com o PS já depois de ele estar assinado e colocado em prática.

Assim, a insuficiente democracia acentua a falta de militância e a falta de militância serve de desculpa para a insuficiente democracia.

4.1.4. Actividade parlamentar e activismo político: que prioridades?

O centro da actividade do BE tem sido, desde há vários anos, o trabalho parlamentar. No entanto,

enquanto socialistas e activistas dos movimentos sociais que somos, sabemos que a mudança fundamental da sociedade não virá do parlamento, mas das lutas sociais que conseguirem derrotar este sistema.

Comprendemos que a actividade parlamentar é imprescindível, mas não pode ser o motor da nossa política, ao contrário, deverá ser a influência social a suportar a proposta legislativa.

O esforço e actividade das e dos profissionais do BE não devem estar, assim, essencialmente centrados no apoio ao Grupo Parlamentar. Num ano de eleições é, sem dúvida, necessário centrarmos os nossos esforços nas batalhas eleitorais, mas colocando-as ao serviço do reforço e construção de mais núcleos regionais e sócio-profissionais, para que saíamos das eleições não apenas com mais votos, mas acima de tudo mais capacidade de mudança social. É com essa perspectiva de construção na base que queremos pensar e organizar a actividade eleitoral e o que vem depois dela.

Os nossos compromissos

(a) A Mesa Nacional deve reunir com maior regularidade para acompanhar e decidir sobre as questões centrais da política do BE, deixando de ser um órgão meramente consultivo (muitas das vezes posteriormente à tomada de decisões), para ser um verdadeiro órgão de discussão, decisão e direcção do BE. Pela mesma ordem de razão a Comissão Política deve ser eleita proporcional e não maioritariamente, permitindo a representação das diferentes correntes internas.

(b) O BE deverá incentivar a organização militante baseada primordialmente em aglutinados em núcleos regionais. Ambas as formas de organização devem ser pautadas pela realização de plenários/assembleias com poder de decisão sobre núcleos sócio-profissionais de escola, local de trabalho ou sector profissional, aglutinados em núcleos regionais. O poder de decisão deve abranger a orientação política sectorial e a realização de actividades.

(c) O BE deve incentivar a organização local de actividades próprias das distritais e concelhias, não devendo estes organismos serem tomados pela direcção nacional como meramente tarefeiros em iniciativas de carácter central. As jornadas nacionais de acção do BE devem por isso ser preparadas em conjunto com estes organismos, que são quem garante a sua realização nos vários locais do país.

(d) As coordenadoras dos grupos de trabalho devem ser eleitas em conferências que decidam a política e as linhas de actuação para esses sectores, no âmbito da orientação mais global do BE. No caso da juventude deverá também manter-se a realização de Conferências de Jovens (até aos 30 anos) e eleição da respectiva Coordenadora Nacional.

4.2. Por Um BE combativo inserido na classe trabalhadora.

4.2.1. Coordenadora do Trabalho e as limitações da sua actuação

A Mesa Nacional elegeu uma Coordenadora Nacional do Trabalho, de cuja actividade se regista como resultado visível o jornal ParticipAcção (sem publicação regular) e o encontro de CT's. Esta Coordenadora não coordena o trabalho das e dos sindicalistas e outros activistas do Bloco em termos nacionais, limitando-se a reunir para acompanhamento das lutas que se vão desenvolvendo nos diversos sectores.

4.2.2. Transformar a influência eleitoral do BE em trabalho sindical

O crescimento da influência política e eleitoral do Bloco de Esquerda não tem tido a indispensável consequência de um fortalecimento orgânico na classe trabalhadora. Também neste sector fundamental da sociedade, é preciso que a existência do Bloco signifique um abanar das velhas estruturas burocratizadas, que têm amarrado a classe trabalhadora às políticas reformistas e conciliadoras que, nos últimos 30 anos, têm produzido uma permanente perda de

direitos e salários, e que têm aberto o caminho à ofensiva dos Governos e do patronato, estando hoje a exploração, a precariedade, os horários e os ritmos de trabalho em risco de atingir os níveis existentes no século XIX.

O Bloco constituiu-se para ocupar um espaço político de alternativa à velha esquerda, e, se esta alternativa era necessária e sentida para o conjunto do país, dentro da classe trabalhadora ela é ainda mais necessária e sentida pelos trabalhadores, que desconfiam e se sentem traídos por muitas políticas das actuais direcções do movimento sindical, seja dos sindicatos da UGT, seja dos sindicatos da CGTP.

4.2.3. Unidade para construir alternativas combativas e democráticas, em oposição às burocracias sindicais

A construção de movimentos de unidade alternativos às direcções burocráticas dos sindicatos, de movimentos que pugnem por uma acção democrática e combativa, quer seja no âmbito sindical quer seja nas CTs deve ser a proposta das e dos militantes e aderentes do BE que intervêm no sector laboral.

Pugnamos pela unidade dos activistas para fazer avançar as lutas, para colocar as reivindicações dos trabalhadores num plano vencedor. É neste sentido que precisamos de fazer um balanço das lutas passadas e ver quais as políticas e as direcções que têm conduzido as lutas à derrota. O caminho da construção de uma alternativa não pode ser o da unidade com os que continuam uma acção sindical burocrática e responsável por inúmeras derrotas.

Assim, as e os activistas do BE devem recusar o apoio a listas promovidas pelos dirigentes sindicais responsáveis por acordos que vão contra as reivindicações da classe, como aconteceu no caso recente dos professores (através da participação no SPGL e SPN), e/ou cuja prática burocrática tem sido desmobilizadora das lutas e da participação da base na vida sindical ou da empresa. Mais, os activistas do BE devem juntar-se com todos aqueles que lutam por uma alternativa ao dirigismo burocrático vigente.

A crítica e a nossa acção sindical em prol da democracia e da combatividade não podem ser orientadas para aceitarmos ser parceiros minoritários dos dirigentes aos quais tínhamos pretendido ser alternativa.

Os nossos compromissos

(a) Organizar o Bloco na base da classe trabalhadora, construindo alternativas sindicais democráticas e combativas.

(b) Constituir comissões por sector de actividade, a partir da Comissão Nacional de Trabalho, para promover a organização de núcleos por sector/empresa.

(c) Incentivar as e os activistas do BE para que orientem a sua actividade para promover a constituição de movimentos de unidade, em oposição às burocracias sindicais, para uma acção democrática e reivindicativa nos diversos sectores, sindicatos e CT's.

(d) Assegurar na Comissão Nacional de Trabalho especial atenção no apoio às e aos activistas do Bloco, para apresentação de listas alternativas candidatas às direcções sindicais e às CT's.

Compromissos para Cumprir

Os compromissos que assumimos perante as e os aderentes do Bloco são para cumprir. Foi isso mesmo que fizemos desde a última Convenção, quer enquanto membros da Mesa Nacional, quer como eleitas e eleitos nas comissões nacionais e nas coordenadoras locais. Defendemos uma política socialista e é assim, disponíveis para a unidade na acção, sem sectarismo, mas com princípios inegociáveis, que actuamos, nos sindicatos, nas CT's, nas autarquias, no movimento associativo e nas universidades. Assim o faremos no futuro próximo, influenciando a linha política do Bloco, na recusa de derivas ou compromissos que contrariem uma "acção política democrática como garantia de transformação social, e a perspectiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão" (Estatutos, Artº 1). Sem determinismos, sabendo que a acção política terá que ser adequada à evolução dos contextos, das mobilizações e das lutas, deixamos claro às e aos bloquistas que connosco não haverá surpresas como o Acordo de Lisboa.

SUBSCRITORAS E SUBSCRITORES DA MOÇÃO C "COMBATER O CAPITALISMO. OUSAR O SOCIALISMO."

João Delgado – Braga
Gil Garcia – Amadora
Isabel Faria – Lisboa
João Pascoal – Lisboa
Daniel Arruda – Seixal
Flor Neves – Coimbra
Gabriela Mota Vieira – Açores
José Franco – Lisboa
António Grosso – Oeiras
Daniel Martins – Braga
Teresa Alpuim – Oeiras
Pedro Fidalgo – Porto
João Reis – Coimbra
Eduardo Henriques – Almada
Cristina Portella – Lisboa
Carlos Ordaz – Lisboa
André Pestana – Lisboa
Celina Adriano – Lisboa
Manuel Afonso – Coimbra
João Marques – Lisboa
Joana Oliveira – Famalicão
Bruno Mendes – Felgueiras
Miguel Inocêncio – Faro
Diana Curado – Lisboa
Hugo Bastos – Lisboa
Cláudio Kuster – Oeiras
Carla Mendes – Viseu
Nuno Geraldès – Braga
José Rui Machado – Guimarães
Deolinda Roda – Leiria
Rui Machado – Famalicão
Hélder Agapito – Benavente

Flávia Pulido – Lisboa
Raquel Oliveira – Coimbra
João Antunes – Coimbra
Amandine Fonseca – Lisboa
Octávio Raposo – Lisboa
Ivo Silva – Coimbra
Ana Paula Oliveira – Benavente
José Carlos Vinagre - Almada
Délio Figueiredo – Lisboa
Norberto Vidinhas – Amadora
Fernanda Ribeiro – Setúbal
Luís Franklin – Coimbra
Lina Pereira – Lisboa
Elisabete Santos – Lisboa
André Rodrigues – Coimbra
Fernando Martinho – Amadora
Liliana Inverno – Coimbra
Jorge Fontes – Lisboa
José Ferreira – Amadora
Mário Grosso – Setúbal
Vítor Fonseca – Amadora
António Fernandes - Lisboa
Gil Ferreira – Sintra
Inês Reis – Coimbra
José Nicolau Gomes – Amadora
Vasco Basílio – Oeiras
Pedro Varela – Lisboa
Tiago Castelhana – Amadora
João Viegas – Coimbra
João Lopes – Lisboa

Representante da Moção na COC: Gil Garcia

CALENDÁRIO DA VI CONVENÇÃO

JANEIRO 2009

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

5 JANEIRO

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS A PUBLICAR NO DEBATES #2

14 JANEIRO

PUBLICAÇÃO DO DEBATES #2

15 JANEIRO

SÓ OS/AS ADERENTES DO BLOCO INSCRITOS/AS ATÉ ESTA DATA PODEM ELEGER E SER ELEITOS/AS DELEGADOS/AS À VI CONVENÇÃO

6 A 28 JANEIRO

PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS MOÇÕES

29 JANEIRO E 1 FEVEREIRO

ASSEMBLEIAS PARA ELEIÇÃO DE DELEGADOS/AS À VI CONVENÇÃO

FEVEREIRO 2009

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28

7 E 8 FEVEREIRO

VI CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA

ATENÇÃO:

SE AINDA NÃO REGULARIZASTE O PAGAMENTO DA JÓIA ANUAL DE 2009 DEVES FAZÊ-LO O QUANTO ANTES, DE FORMA A PODERES PARTICIPAR DE PLENO DIREITO NO PROCESSO PREPARATÓRIO DA CONVENÇÃO E NA ELEIÇÃO DE DELEGADOS/AS.

A PRÓXIMA EDIÇÃO DESTE BOLETIM, A PUBLICAR A 14 DE JANEIRO, SERÁ ENVIADA APENAS A QUEM TENHA O PAGAMENTO DA QUOTA EM DIA.

deBatEs #1

índice

INTRODUÇÃO	3
REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA VI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA	4
RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2008-2008)	7
PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A VI CONVENÇÃO	22
MOÇÃO A: “TODA A LUTA DA ESQUERDA SOCIALISTA PARA 2009”	25
MOÇÃO B: “CONSTRUINDO A DEMOCRACIA DA BASE: POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA”	41
MOÇÃO C: “COMBATER O CAPITALISMO, OUSAR O SOCIALISMO”	53
CALENDÁRIO DA VI CONVENÇÃO	69

FICHA TÉCNICA

EDITOR: BLOCO DE ESQUERDA

MORADA: AV. ALMIRANTE REIS, 131 - 2º, 1150-015 LISBOA

ANO: 2008

Nº DEPÓSITO LEGAL: 257898/07

IMPRESSÃO RAINHO & NEVES, LDA

MORADA: RUA DO SOUTO, 8, APARTADO 103 / 4524-909 SANTA MARIA DA FEIRA

TIRAGEM: 6 MIL EXEMPLARES



VI CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

7 e 8 Fevereiro 2009 | LISBOA | Complexo Municipal Belavista - Areeiro

www.esquerda.net

